



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE PAU DOS FERROS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

VITÓRIA RAÍSSA FERREIRA MANGUEIRA

ELO CALON:

Proposta de um espaço público como oportunidade de melhoria da vida urbana na
comunidade tradicional cigana de Sousa/PB

PAU DOS FERROS - RN

2023

VITÓRIA RAÍSSA FERREIRA MANGUEIRA

ELO CALON:

Proposta de um espaço público como oportunidade de melhoria da vida urbana na comunidade tradicional cigana de Sousa/PB

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tamms Maria da Conceição Moraes Campos.

PAU DOS FERROS - RN

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

M277e Manguiera, Vitória Raíssa Ferreira.
Elo Calon: Proposta de um espaço público como
oportunidade de melhoria da vida urbana na
comunidade tradicional cigana de Sousa/PB /
Vitória Raíssa Ferreira Manguiera. - 2023.
138 f. : il.

Orientadora: Tamms Maria da Conceição Moraes
Campos.

Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Arquitetura e
Urbanismo, 2023.

1. Ciganos. 2. Direito à cidade. 3. Segregação
socioespacial. 4. Regularização fundiária. 5.
Sousa/PB. I. Campos, Tamms Maria da Conceição
Moraes , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Pau dos Ferros
Bibliotecária: Erlanda Maria Lopes da Silva
CRB: 15/966

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

VITÓRIA RAÍSSA FERREIRA MANGUEIRA

ELO CALON:

Proposta de um espaço público como oportunidade de melhoria da vida urbana na comunidade tradicional cigana de Sousa/PB

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Defendida em: 16/05/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Tamms Maria da Conceição Morais Campos
Orientadora

Prof^a. Dra. Anna Cristina Andrade Ferreira
Membro interno

Prof. Dr. Damião Esdras Araujo Arraes
Membro Interno

AGRADECIMENTOS

À Deus. O início e o fim de toda arte que eu faço, de todo traço desenhado. Se nesse caminho eu olhei com amor, se andei com esperança, se sonhei com certezas, é porque Nele eu já tinha todas as coisas. O meu Socorro bem presente na tribulação.

Aos meus pais, Vanilda Ferreira e Francisco Mangueira. Eles me ensinaram a andar com a cabeça nas Alturas e os pés no chão. A valorizar a vida e tudo que ela proporciona, bênçãos e lutas. Muitos foram os percalços, mas maior ainda foi o amor, o cuidado e a educação que me deram. Eles são o meu alicerce e o meu céu, a minha casa e o meu lar.

À minha amada irmã, Vanêssa Ferreira. Desde o meu primeiro livro lido até o diploma conquistado, ela foi e é a minha grande incentivadora, o meu exemplo, a minha ajudadora. Por mim, sempre fez tudo o que pôde. Ela é incomparável. E aqui estendo meu agradecimento a Silas Lacerda, um novo irmão que ganhei, e a Francisco Bernardo, o meu respiro em meio a pressão e a minha alegria em todo tempo.

Ao meu bem-querer, Henrique Lima. O alguém que não me fez desistir e acreditou em tudo que eu me propus a ser e a fazer. Ele segurou a minha mão em todos os momentos, sem falhar, e me mostrou que nunca estarei sozinha. O maior presente que a faculdade me deu. Se desbravarei cidades, é com ele ao meu lado.

Aos meus irmãos Diógenes e Juliana, e à toda minha família. Por cada contribuição, palavra e carinho. Com vocês, sei que tenho sempre para onde voltar.

À minha excelente orientadora, Tamms Morais. Foi ela quem me apresentou à minha grande paixão - o urbanismo. Desde o começo, abriu as portas de sua casa para corrigir meus artigos, me acolheu no GPUR, me deu a oportunidade de ser monitora em sua disciplina, e se desdobrou em tantos momentos para me orientar e encaminhar da melhor forma possível. Foi mestre, conselheira e amiga. Através dos seus ensinamentos, descobri quem eu quero ser.

À Priscilla Lacerda, a minha melhor amiga. Tantos processos passamos juntas, que virar a noite para tornar esse TCC possível foi só uma ponta da atenção e do cuidado dela por mim.

À Liana, Luine, Artur e Haniel, o meu grande encontro. Seja com o peso dos fardos, seja com a leveza das risadas, juntos sentamos à mesa e dividimos o pão. Com vocês entendi o significado que melhor é serem dois do que um.

Aos demais amigos, Maria Regis, Raquel, Lara, Ramon, Moara, Gleiceane, Karol, Carol, Kelvin, Kairo e Lucas Weber. Construímos memórias nessa aventura homérica que guardarei sempre em meu coração.

Aos irmãos da Célula Escape, das igrejas Presbiteriana e Batista de Pau dos Ferros, e tantas outras que se fizeram presentes. Em meio às orações, súplicas e louvores, olhando para o mesmo Alvo, vocês fortaleceram a minha fé.

À Gilvanete Ferreira e sua família, que me acolheram com carinho e se tornaram amigos do coração e o meu ponto de apoio em Pau dos Ferros.

À Anna Cristina e Esdras Arraes, que corrigiram com esmero, gentileza e sensibilidade este trabalho, contribuindo em tudo para que eu desse o meu melhor. Eles foram verdadeiros mestres.

Ao curso de Urbanismo e Arquitetura, na figura de todos os professores que tive. Vocês me deram algo que ninguém pode tomar: conhecimento. Um dia quando docente, terei a marquinha de cada um.

Ao povo cigano, por me mostrar que devo sempre lutar por algo muito além de mim.

“Juíz Claude Frollo: - Como ousa desafiar-me?

Cigana Esmeralda: - Maltrata este pobre rapaz
como maltrata o meu povo. Fala de justiça e é
cruel com os que mais precisam de sua ajuda!

Juíz Claude Frollo: - Silêncio!

Cigana Esmeralda: - **Justiça!**”

(O corcunda de Notre Dame)

RESUMO

Este trabalho investiga as questões espaciais e territoriais da comunidade Calon de Sousa, no estado da Paraíba, conhecida como "Rancho dos Ciganos". O objetivo principal é elaborar um estudo preliminar de um parque urbano para intervenção no local, estando de acordo com os condicionantes legais e ao mesmo tempo se relacionando com as peculiaridades socioculturais e ambientais da comunidade. Além disso, visa estudar as dinâmicas de produção desse espaço desde o século XX, período de pós-nomadismo, para compreender a atual ocupação físico-territorial do Rancho dos Ciganos. Durante 40 anos a comunidade enfrentou problemáticas como o anticiganismo, a segregação socioespacial, e regularização fundiária versus pressão imobiliária. Nesse sentido, será apontada a necessidade de trazer à tona a luta pelo direito à cidade da comunidade, encarando os desafios de um local em constante disputa, seja por território, por habitação e até por identidade.

Palavras-chave: Ciganos. Direito à cidade. Segregação socioespacial. Regularização fundiária. Sousa/PB.

ABSTRACT

This work investigates the spatial and territorial issues of the Calou de Sousa community, in the state of Paraíba, known as "Rancho dos Ciganos". The main goal is to elaborate a preliminar study of a urban park to an local intervention, according to the legal conditions and at the same time, being related with socio-cultural and ambiental peculiarities of the community. Beyond that, aims to study the dynamics productions of that space since XX century. For 40 years, the community has faced problems such as anti-gypsyism, socio-spatial segregation, and land regularization versus real estate pressure. In this sense, the need to bring the community's struggle for the right to the city to light will be pointed out, facing the challenges of a place in constant dispute, whether for territory, housing, or even identity.

Keywords: Gypsies. Right to the city. Socio-spatial segregation. Land regularization. Sousa/PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização do Município de Sousa.....	20
Figura 02 – Exemplo de terreno vazio localizado no Centro da cidade de Sousa/PB..	21
Figura 03 – Residência de alto padrão e condomínio vertical em Sousa/PB.....	22
Figura 04 – Infraestrutura urbana no Centro de Sousa/PB.....	23
Figura 05 – Exemplo de edificação patrimonial no Centro de Sousa/PB.....	23
Figura 06 – Território reivindicado pelos ciganos em contraste com o núcleo urbano de Sousa/PB.....	25
Figura 07 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB.....	39
Figura 08 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB.....	40
Figura 09 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB.....	40
Figura 10 – Exemplo de moradia no Rancho de Cima em Sousa/PB.....	41
Figura 11 – Exemplo de rua não pavimentada na comunidade cigana.....	42
Figura 12 – Presença de lixo nas ruas na comunidade cigana.....	42
Figura 13 – Exemplo de esgoto a céu aberto na comunidade cigana.....	43
Figura 14 – Áreas da comunidade cigana que estão em processo de regularização fundiária em Sousa/PB.....	47
Figura 15 – Localização do CCDI.....	50
Figura 16 – Atual configuração do CCDI em planta baixa.....	51
Figura 17 – Visão Geral do CCDI.....	53
Figura 18 – Parte do alpendre do CCDI.....	54
Figura 19 – Sala interna do CCDI.....	55
Figura 20 – Telhado danificado do CCDI.....	56
Figura 21 – Localização da área escolhida para o diagnóstico urbano.....	58
Figura 22 – Mapa de ocupação do ano de 2004.....	59
Figura 22 – Mapa de ocupação do ano de 2023.....	59
Figura 24 – Mapa de ocupação do ano de 2023.....	61
Figura 25 – Mapa de gabaritos em 2023.....	62
Figura 26 – Mapa de uso do solo em 2023.....	63
Figura 27 – Mapa de equipamentos urbanos, serviços e comércio, 2023.....	64
Figura 28 – Mapa de Hierarquia Viária, 2023.....	65
Figura 29 – Mapa de Pavimentação, 2023.....	66
Figura 30 – Vista exterior do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora.....	67

Figura 31 – Centro Comunitário de El Rodeo de Mora rodeado pela paisagem natural.....	68
Figura 32 – Planta de distribuição do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora.....	69
Figura 33 – Paredes de cobogó e azulejos do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora.....	69
Figura 34 – Vista interna da cobertura do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora..	70
Figura 35 – Corte do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora.....	70
Figura 36 – Vista geral da Praça da Saudade.....	71
Figura 37 – Vista superior da Praça da Saudade mostrando sua integração.....	72
Figura 38 – Planta de distribuição da Praça da Saudade.....	73
Figura 39 – Cobertura em madeira colada dos quiosques da Praça da Saudade.....	74
Figura 40 – Perfil da Praça da Saudade.....	74
Figura 41 – Vista geral do Parque Recreativo de Venecia.....	75
Figura 42 – Espaço recreativo do Parque Recreativo de Venecia.....	76
Figura 43 – A esquerda, plataformas do Parque Recreativo de Venecia.....	76
Figura 44 – Área de dunas do Parque Recreativo de Venecia.....	77
Figura 45 – Vista superior do Parque Recreativo de Venecia evidenciando as diferenças de materiais, cores e formas do local.....	78
Figura 46 – Informações do Terreno.....	79
Figura 47 – Topografia do Terreno.....	80
Figura 48 – Área livre ao redor do CCDI.....	80
Figura 49 – Acesso principal do terreno.....	81
Figura 50 – Edificação próxima ao CCDI.....	82
Figura 51 – Edificações próximas ao CCDI.....	82
Figura 52 – Localização de Sousa/PB na Zona Bioclimática 07.....	83
Figura 53 – Temperaturas médias de Sousa/PB.....	84
Figura 54 – Chuvas em Sousa/PB.....	85
Figura 55 – Umidade em Sousa/PB.....	85
Figura 56 – Direção dos ventos em Sousa/PB.....	86
Figura 57 – Direção dos ventos em Sousa/PB.....	87
Figura 58 – Carta solar e direção dos ventos aplicadas no terreno.....	88
Figura 59 – Quadro resumo de pontos fortes, fracos, oportunos e ameaças da área..	93
Figura 60 – Zoneamento Geral do Terreno, área no entorno do CCDI.....	95
Figura 61 – Zoneamento da intervenção interna do CCDI.....	96

Figura 62 – Ciganos de Sousa/PB segurando a bandeira cigana. Ao fundo, a bandeira do Brasil e da Paraíba.....	98
Figura 63 – Identidade visual do projeto Elo.....	99
Figura 64 – Fundamentos do projeto Elo.....	99
Figura 65 – Implantação Parque Urbano.....	100
Figura 66 – Evolução da Proposta.....	101
Figura 67 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação.....	102
Figura 68 – Pátio Central do Centro Social.....	103
Figura 69 – Cobertura da edificação.....	103
Figura 70 – Fachada do CCDI.....	105
Figura 71 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação.....	105
Figura 72 – Alpendre na lateral oeste.....	106
Figura 73 – Alpendre com arcos e tecidos.....	107
Figura 74 – Murais urbanos do CCDI.....	107
Figura 75 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação.....	108
Figura 76 – Salão Multiuso.....	109
Figura 77 – Fachada do Salão Multiuso.....	109
Figura 78 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação.....	110
Figura 79 – Horta Comunitária.....	110
Figura 80 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação.....	111
Figura 81 – Vestiário do Parque Urbano.....	112
Figura 82 – Fachada do Vestiário.....	112
Figura 83 – Quadra Poliesportiva.....	113
Figura 84 – Planta baixa esquemática e isometria dos mobiliários.....	113
Figura 85 – Arquibancadas da Quadra Poliesportiva.....	114
Figura 86 – Espaço Recreativo.....	114
Figura 87 – Espaço de Descanso.....	115
Figura 88 – Isometria dos mobiliários bancos e cobertas.....	115
Figura 89 – Mobiliário Espreguiçadeira.....	116
Figura 90 – Circulações do parque.....	117
Figura 91 – Bancos, lixeiras e postes.....	117
Figura 92 – Isometria dos mobiliários.....	118
Figura 93 – Expositores Externos.....	118
Figura 94 – Escadaria e rampa de aclave.....	119

Figura 95 – Escadaria e rampa de declive.....	119
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estratégias Bioclimáticas para projeto em Sousa/PB.....	88
Tabela 02 – Resumo da legislação municipal de Sousa/PB.....	91
Tabela 03 – Espaços e áreas para a intervenção no CCDI.....	94
Tabela 04 – Espaços e áreas para o parque urbano.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
ARADEQ Centro de Recuperação para Dependentes Químicos
CCDI Centro Calon de Desenvolvimento Integral
CEHAP Companhia Estadual de Habitação Popular
COVID-19 *Coronavirus Disease 2019*
CTB Código de Trânsito Brasileiro
ENANPUR Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
FRA Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia
GOV-PB Governo do Estado da Paraíba
GPUR Grupo de Pesquisa em Urbanização, Políticas e Projetos Físico-territoriais
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
IFPB Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INMET Instituto Nacional de Meteorologia
IPHAEP Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
MDS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPF Ministério Público Federal
NBR Norma Brasileira de Regras
PNUD Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PROPPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SEDH Gerência Executiva de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano
SEPPIR Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
UBS Unidade Básica de Saúde
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UFERSA Universidade Federal Rural do Semi-Árido
ZEIS Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 METODOLOGIA	16
3 PROCESSOS E EMERGÊNCIAS DO SERTÃO CIGANO	19
3.1 Problemáticas e centralidades de Sousa/PB em contraste com o Rancho dos Ciganos	20
3.2 A imagem dos ciganos na história e o anticiganismo.....	27
3.3 O passado nômade e a “parada para morar” como fruto de processos urbanos	30
3.4 A produção capitalista do espaço urbano e a segregação espacial	34
3.5 O direito à cidade.....	44
4 ESTUDO PRELIMINAR DE PARQUE URBANO	56
4.1 Diagnóstico urbano	56
4.1.1 Crescimento.....	57
4.1.2 Ocupação	59
4.1.3 Gabarito	60
4.1.4 Uso do solo e equipamentos urbanos	61
4.1.5 Hierarquia viária	64
4.1.6 Pavimentação.....	65
4.2 Estudos de referência.....	66
4.2.1 Centro Comunitário de El Rodeo de Mora	66
4.2.2 Praça da Saudade	70
4.2.3 Parque Recreativo Venecia / Jaime Alarcón Fuentes	74
4.3 Condicionantes projetuais	77
4.3.1 Análise do sítio.....	78
4.3.2 Estudos bioclimáticos	81
4.3.3 Prescrições urbanísticas da cidade de Sousa/PB	88
5 O PROJETO ELO CALON.....	90
5.1 Programa de necessidades	91
5.1.2 Zoneamento.....	94
5.1.3 O conceito e o partido.....	96
5.1.4 A proposta, um resgate da vitalidade urbana através do espaço público ..	99
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
7 REFERÊNCIAS.....	121
8 APÊNDICES.....	126

1 INTRODUÇÃO

Debater sobre os direitos básicos dos ciganos é expor feridas e trazer à tona as lutas cotidianas que esse povo ainda enfrenta no Brasil do século XXI, pois são grupos historicamente segregados em algum grau nas relações sociais em que estão inseridos. O termo “cigano” foi cunhado na Europa do século XV, e suas definições variam de acordo com a época e o lugar (MOONEN, 2011). Nessa pesquisa, será utilizado o conceito definido por Moonen (2011, p. 13), que avalia os ciganos como um grupo étnico que se subdivide em Rom, Sinti e Calon¹ e são reconhecidos como parte destes. Os ciganos não são uma comunidade mundialmente homogênea, mas caracterizam-se pela variedade étnica formada por esses três grandes grupos e seus subgrupos. Cada comunidade possui suas particularidades e sociabilidades, moldadas pelos mais variados contextos históricos e sociais.

Atualmente, os censos oficiais levantados no Brasil não separam os ciganos como um grupo específico da população, logo, não há dados oficiais a respeito do número de ciganos no país. Apesar disso, sabe-se que a maior comunidade cigana que “parou para morar” do Brasil se encontra na cidade de Sousa, município da Paraíba, conhecida como Rancho dos Ciganos, estes que são da etnia Calon. A expressão “parou para morar” diz respeito ao processo de sedentarização pelo qual a comunidade começou a passar há cerca de 40 anos, impulsionada pela crise econômica sofrida por essa população e os processos de urbanização das cidades na década de 1960 (SIQUEIRA, 2012). A partir desse contexto, a atividade comerciante que era a principal fonte de renda dos ciganos tornou-se insustentável, e a sedentarização emergiu como uma alternativa viável para conseguir emprego e melhores condições de vida. Nesse período, a cidade de Sousa/PB era governada por Antônio Mariz, um político que iniciou o processo de construção de algumas casas de alvenaria para os ciganos nas terras periféricas doadas por outro político local, Gilberto Sarmiento, para que pudessem ocupar.

Assim, apesar de também serem produtores do espaço da cidade durante quatro décadas, estes ciganos sofrem, atualmente, com um processo de segregação

¹ A divisão dos ciganos em três grupos acontece a partir da diferença entre a língua falada pelos grupos e os seus locais de origem. Os Rom falam a língua Romani, e são originários dos países balcânicos, se dividindo ainda em vários subgrupos, como Kalderash, Matchuaia, Lovara, Curara, entre outros. Por sua vez, os Sinti falam a língua Sintó e surgiram em alguns países da Europa como Alemanha, Itália e França. Ainda, tem-se os ciganos Calon, que falam a língua Caló e são provenientes dos países ibéricos, como Portugal e Espanha (MOONEN, 2011).

socioespacial, conceito abordado neste trabalho através do livro “A cidade contemporânea: segregação espacial” cuja organização é de Vasconcelos, Corrêa e Pintaui (2022), visto que ocupam terras periféricas do território e enfrentam diariamente o anticiganismo. Atrelado a isto, é evidente a escassez de infraestrutura urbana, de equipamentos e serviços públicos na comunidade, assim como a falta de habitabilidade² evidenciada pela informalidade estrutural das residências do local. Outrossim, as terras que eles ocupam ainda estão passando por um processo de regularização fundiária marcada pela dificuldade e morosidade em reconhecer a posse do território dos ciganos Calon de Sousa/PB, e pela pressão imobiliária por parte de empresários locais.

A priori, o assunto proposto partiu do interesse pessoal da autora com o tema, visto que reside no Bairro Jardim Sorrilândia II, fazendo fronteira com o bairro que os ciganos ocupam, o Jardim Sorrilândia III, e percebe cotidianamente através de um olhar “de fora” as problemáticas e lutas que atingem a comunidade. Ainda, esta pesquisa surgiu de forma tímida e inicial no ano de 2019, visando a publicação nos anais e a apresentação no XVIII ENANPUR – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, em Natal/Rio Grande do Norte. Assim, objetivando aprofundar esses estudos, a pesquisa foi retomada para a produção deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Além disso, desde o início da sedentarização, pesquisas acadêmicas foram produzidas no Rancho dos Ciganos de Sousa/PB denunciando as problemáticas enfrentadas pela mesma acerca de algumas esferas do conhecimento – como educação, cultura, saúde – mas nenhuma especificamente sobre o espaço físico construído. Visando atrair a atenção para o tema e fomentar a produção científica nesse viés, este trabalho surge com a necessidade de entender a produção do espaço no local como um efeito do processo de transformação das cidades e questionar a qualidade do mesmo, evidenciando as fragilidades urbanas que enfrentam atualmente e as dinâmicas atuais de poder que agem sobre o grupo.

² Segundo Bonduki (2002, p.208), habitabilidade se refere a todas as características que influenciam na qualidade de vida e no bem-estar dos indivíduos que ocupam uma edificação. Ou seja, aborda tanto as questões físicas e de salubridade de uma edificação, como as condições gerais da infraestrutura, da qualidade sanitária e do conforto urbano que a engloba.

Assim, o objetivo geral desse trabalho é elaborar um estudo preliminar de um parque urbano que esteja de acordo com os condicionantes legais e ao mesmo se relacionem com as particularidades da comunidade. Como objetivos específicos, visa:

- Investigar como se desenvolveu a produção do espaço no Rancho dos Ciganos desde a década de 1980, remontando todo o processo de sedentarização dos mesmos;
- Entender as características socioculturais e físico-territoriais da atual ocupação do Rancho dos Ciganos;
- Conhecer as dinâmicas atuais de poder que agem sobre o Rancho dos Ciganos, especificamente acerca do processo de regularização fundiária que a comunidade enfrenta;
- Realizar o diagnóstico urbanístico da área que engloba os assentamentos do Rancho dos Ciganos.

Portanto, sabendo que a partir de sua sedentarização, os ciganos contribuíram para a formação política e identitária do território sousense, surgem as questões norteadoras da pesquisa que consistem em: De que maneira a sedentarização dos ciganos em Sousa/PB, desde a década de 1980 à atual, tem gerado padrões socioespaciais específicos no território do município e como adaptar sua realidade segregada à cidade formal por meio do desenho urbano? E por qual motivo, somente nos últimos anos as terras dos ciganos têm sido reivindicadas pelos agentes que estão no topo da produção do espaço da cidade de Sousa/PB, ou seja, os donos do capital?

2 METODOLOGIA

Visando alcançar os objetivos propostos para essa pesquisa, tanto o geral como os específicos, e responder as problemáticas elencadas, a presente pesquisa apresenta um caráter exploratório, com uma abordagem qualitativa acerca da comunidade supracitada. Ainda, sabendo que Sousa/PB é uma cidade de médio porte (DANTAS; CLEMENTINO, 2013) que compõe uma rede urbana interiorizada do Semiárido Paraibano, fazendo fronteira, influenciando e sendo influenciada pelas cidades interiorizadas do Rio Grande do Norte, esta investigação encaixa-se no projeto de pesquisa intitulado de “Redes Urbanas Interiorizadas do Semiárido Potiguar: urbanizações, processos e formas da (re) estruturação territorial das cidades pequenas e médias”. Esta pesquisa é desenvolvida pelo GPUR – Grupo de Pesquisa

em Urbanização, Políticas e Projetos Físico-territoriais, através da PROPPG (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) da UFRSA (Universidade Federal Rural do Semi-Árido).

A revisão bibliográfica feita neste trabalho foi de forma sistemática através de fontes como livros, revistas, teses e sites oficiais. As revisões se debruçaram, primeiramente, em remontar o contexto histórico e social dos ciganos em Sousa/PB através de autores principais como Moonen (2011), Siqueira (2012) e Goldfarb (2010). Em seguida, outros temas principais foram abordados, como segregação socioespacial, produção capitalista do espaço urbano e direito à cidade de acordo com autores como Henri LeFebvre, David Harvey (2009, 2014), Ana Fani (2022), Isabel Alvares (2022) e Raquel Rolnik (2015). Quanto à metodologia de análise urbana, utilizou-se as perspectivas sobre paisagem e desenho urbano segundo Panerai (2006), Cullen (1971), Del Rio (1990) e os conceitos de figura-fundo de Nolli. Todas essas referências visam aprimorar o entendimento sobre as relações dos ciganos de Sousa/PB com o território que ocupam durante 40 anos de sedentarização, os motivos que levaram a este processo, como se desenvolveu a produção do espaço dessa comunidade nessas quatro décadas e os atuais conflitos territoriais que a comunidade enfrenta.

Quanto aos documentos legais, no quesito federal, destaca-se principalmente a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, utilizada para entender os encaminhamentos e as definições quanto à regularização fundiária coletiva através da usucapião urbana. Em nível estadual, através de uma cooperação entre o Governo do Estado da Paraíba (GOV-PB) por meio da Gerência Executiva de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH), o Ministério Público Federal (MPF), a Prefeitura Municipal de Sousa e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), foi elaborado a cartilha O Direito em Suas Mãos, Plano de Desenvolvimento para Comunidade Cigana. Evidenciando o quarto eixo da cartilha que versa sobre moradia, a análise da mesma visa propor estratégias para a garantia dos direitos sociais e da cidadania para os ciganos do Estado, tendo como escopo os ciganos da comunidade de Sousa/PB. Quanto ao nível municipal, tem-se o Inquérito Civil nº 1.24.002.000443/2017-40, que trata de uma Ação Civil Pública de Usucapião Especial Coletivo Urbano na comunidade cigana de Sousa/PB e o Parecer Técnico nº 1410/2020 elaborado pelo Ministério Público Federal através da Procuradoria Geral da República do município de Sousa/PB. Este parecer caracteriza os ciganos desde

sua identidade étnica, perpassando por sua cultura até as suas formas de ocupação territorial.

Ainda, a partir de visitas *in loco*, visando apreender as condicionantes paisagísticas e urbanas do Rancho dos Ciganos e a sua estruturação territorial, foram registradas fotografias da comunidade. Além disso, foram feitas fotografias no centro da cidade de Sousa/PB pretendendo mostrar a infraestrutura urbana desse local. Através desse levantamento fotográfico foi possível contrastar a infraestrutura urbana entre o espaço da centralidade da vida urbana do município com a infraestrutura encontrada no Rancho dos Ciganos. Também foram realizadas entrevistas com alguns moradores da comunidade cigana em Sousa/PB, com o objetivo entender a percepção grupal dos ciganos enquanto indivíduos que estão em constante disputa pelo território e por direitos básicos, assim como compreender às relações que estabelecem com esse território e com o restante da cidade formal de Sousa/PB.

Os mapas produzidos neste trabalho tem como alicerce os dados disponibilizados pelo Ministério Público Federal, pela Prefeitura do Município de Sousa/PB e pelas imagens da plataforma *online* Google Earth. Para isso, destacam-se as especificidades de cada um:

- Mapa da demarcação das terras tradicionais reivindicadas pelos ciganos, e das áreas que estão em processo de regularização fundiária através do processo de usucapião especial coletivo urbano feito através do requerimento do Ministério Público Federal. Essas informações foram conciliadas com imagens de satélite da plataforma *online* Google Earth para a elaboração de mapas autorais;
- Mapa do crescimento e ocupação do solo das áreas usucapiendas, assim como do seu entorno imediato. Através da vetorização das imagens de satélite da plataforma *online* Google Earth foi possível compatibilizar dados dos anos de 2004 e 2023, extraindo informações dos mesmos;
- Mapa de uso do solo, de equipamentos, serviços e comércios da área supracitada, assim como os mapas de hierarquia viária, pavimentação e gabarito. Esses mapas foram feitos a partir dos levantamentos e das informações colhidas em visitas *in loco*, sobrepostas da vetorização das imagens de satélite da plataforma *online* Google Earth do ano de 2023.

Ainda por meio das visitas *in loco*, fez-se o levantamento arquitetônico e fotográfico do terreno escolhido para o estudo preliminar de parque urbano, assim como da

edificação presente no local, correspondente ao Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI). Além disso, foram feitas as pranchas e as maquetes 3D eletrônicas para representar as ideias do estudo preliminar de parque urbano no Rancho dos Ciganos. Toda a produção digital foi feita através dos seguintes *softwares*:

- Autodesk Autocad 2022: elaboração dos mapas supracitados e do estudo preliminar de intervenção urbana;
- Adobe Illustrator 2022 e Microsoft PowerPoint 2021: diagramação e edição de fotografias, mapas e pranchas;
- SketchUp Pro 2021: elaboração de maquetes 3D;
- Lumion 9.5: renderização das maquetes 3D.

Adiante, será exposto o referencial teórico que discutirá sobre o panorama urbano geral da cidade de Sousa/PB, fazendo um contraponto com o Rancho dos Ciganos. Ainda, apontará de forma breve acerca da trajetória e das lutas dos ciganos no mundo afunilando para o Brasil e, em seguida, para Sousa/PB. Continuamente, serão discutidas algumas questões do processo histórico de sedentarização do grupo na cidade em questão, assim como os conceitos importantes para a compreensão do tema, como produção do espaço, segregação socioespacial e direito à cidade. Durante todo o corpo do texto será abordado alguns elementos de legislações vigentes na tríade Brasil/Paraíba/Sousa sobre o assunto. Por fim, será apresentada o diagnóstico urbano e as condicionantes da área de intervenção, assim como as referências projetuais, encerrando com a apresentação da proposta do estudo preliminar de parque urbano e as considerações finais a respeito da problemática levantada.

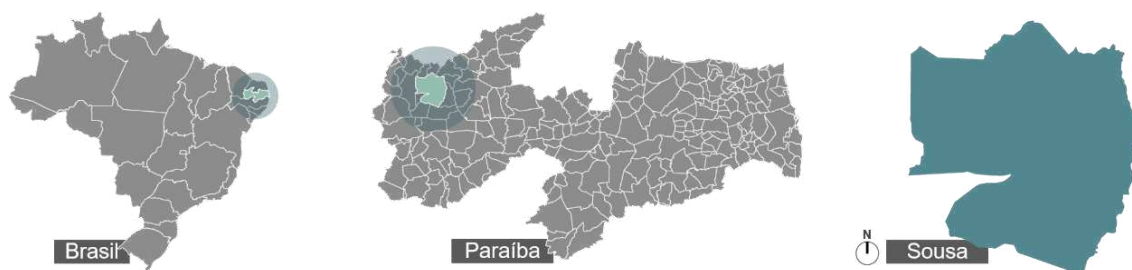
3 PROCESSOS E EMERGÊNCIAS DO SERTÃO CIGANO

O presente capítulo aborda a revisão de literatura dos principais temas para a compreensão dessa pesquisa, sendo possível estabelecer relações entre cada temática discutida, desde a caracterização do município onde a comunidade cigana se estrutura até os conflitos territoriais que enfrentem atualmente.

3.1 Problemáticas e centralidades de Sousa/PB em contraste com o Rancho dos Ciganos

Criada a partir da Lei nº 28 de 10 de julho de 1854, a cidade de Sousa/PB encontra-se no Estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão Paraibano (Figura 01). Este município ocupa uma área de 814,71km² abrigando cerca de 69.997 habitantes, a partir do Censo IBGE (2021). Sob a mesma fonte, o município dispõe de uma taxa de urbanização de 78,84%, e segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do local é de 0,668, que é considerado médio a partir do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD). Quanto aos equipamentos públicos de saúde, o município dispõe de 04 hospitais e 32 unidades ambulatoriais. Em relação aos equipamentos educacionais, consta com mais de 80 instituições desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, destacando a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Ainda, abarca mais de 900 empresas, sendo os setores da agropecuária, indústria e comércio as principais atividades econômicas da localidade. Quanto ao turismo, é uma região atrativa em nível internacional devido ao Vale dos Dinossauros, um dos maiores parques paleontológicos da América Latina (SOUSA, 2019). Nesse contexto, Sousa/PB é um município de destaque que exerce relevância no Estado da Paraíba devido as suas características econômicas, sociais e educacionais, e recebe cotidianamente fluxos de pessoas vindas, principalmente, do Rio Grande do Norte e Ceará.

Figura 01 – Localização do Município de Sousa



Banco de dados: Google Maps, 2022. Fonte: Modificado pela autora, 2022.

A cidade de Sousa/PB foi estabelecida sob a égide do patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios em 1740, cuja doação abarca cerca de 10 mil imóveis em área urbana e rural (FONSECA, 2016). As responsáveis por administrar esse patrimônio

são três paróquias: Nossa Senhora dos Remédios, Bom Jesus Eucarístico Aparecida de Sousa e Santana. Logo, a Igreja Católica é detentora do domínio da maior parte do território de forma nominal, mas sabe-se que a totalidade da propriedade é dada aos foreiros, estes que são os responsáveis por edificar e utilizar os terrenos. Esses aforamentos eclesiásticos acontecem de modo a ordenar o espaço urbano (FONSECA,2016).

Segundo Vieira e França Júnior (2020), na cidade de Sousa/PB existe uma preferencialidade ao acesso ao solo para alguns setores da sociedade, que foram historicamente facilitadas a partir das relações privadas com o setor público. Ou seja, é comum aconteça especulação imobiliária no terreno desses foreiros, pois dificilmente prestarão contas ao setor público. Essa tendência é forte no centro da cidade (Figura 02), podendo ser percebido uma enorme quantidade de lotes vazios no mesmo (VIEIRA; FRANÇA JÚNIOR, 2020). Dentre tantos fatores, uma das problemáticas ocasionadas a partir dessa não utilização dos terrenos é a não edificação e melhoramento do solo, assim como falhas na malha urbana, privando da cidade em relação à função social da propriedade, ainda mais quando estes se encontram localizados no espaço com a melhor infraestrutura urbana da cidade, o Bairro Centro.

Figura 02 – Exemplo de terreno vazio localizado no Centro da cidade de Sousa/PB



Fonte: Autora, 2022.

Nesse sentido, Villaça (1998) discute que os serviços, sejam estes públicos ou privados, tendem a serem encontrados a partir da distribuição espacial das classes sociais, logo, encontram-se próximos aos locais cuja população é mais abastada. No caso de Sousa/PB, isto ocorre no Bairro Centro, onde se desenvolve a maior parte da centralidade da vida urbana do município, e onde as edificações de caráter habitacional presentes no local são de médio e alto padrão, também possuindo edifícios e condomínios residenciais (Figura 03).

Figura 03 – Residência de alto padrão e condomínio vertical no Centro de Sousa/PB



Fonte: Autora, 2022.

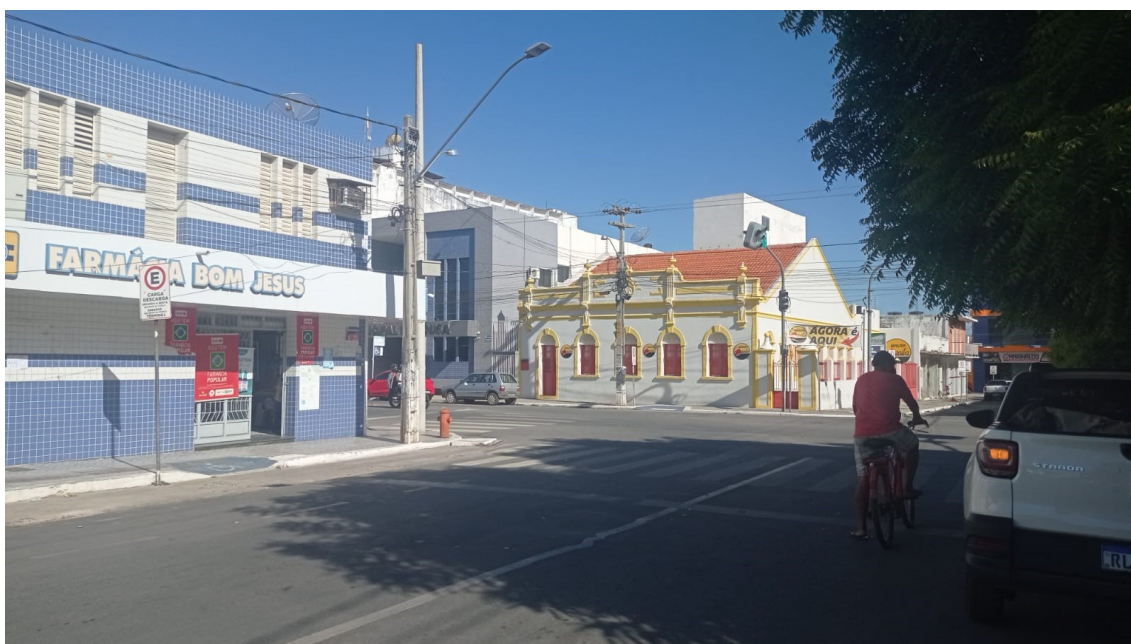
Ainda, sua área é marcada por usos mistos, como grandes edifícios comerciais, institucionais, de prestação de serviço e lazer. A maior parte das vias de circulação são bem definidas, largas, sinalizadas e pavimentadas com asfalto. Os equipamentos públicos dessa área da cidade são bem preservados e frequentados, possuindo mobiliário urbano eficaz e presença de arborização. Além disso, toda a área possui serviços de infraestrutura como iluminação, saneamento e esgotamento público (Figura 04). O Centro da cidade também é uma área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), sendo berço da maior parte do patrimônio histórico e cultural da cidade (Figura 05).

Figura 04 – Infraestrutura urbana no Centro de Sousa/PB



Fonte: Autora, 2022.

Figura 05 – Ao fundo, exemplo de edificação patrimonial no Centro de Sousa/PB



Fonte: Autora, 2022.

Diante desse contexto, a especulação imobiliária é prejudicial para a cidade de Sousa/PB, que é um núcleo que influencia e estabelece conexões com as cidades ao redor. Isso ocorre, principalmente, porque retarda o seu desenvolvimento, e obriga a sua expansão para áreas que são mais afastadas do centro caracterizado acima, mesmo que esse possua espaços vazios propícios para ocupação, visto que há

infraestrutura urbana no local e as conexões ocorrem de forma mais rápida, seja no campo social ou espacial. Outro problema relacionado à especulação imobiliária é a segregação socioespacial urbana, visto que com a alta valorização dos lotes, o preço do solo é superior a renda da população, fazendo com que as áreas centrais sejam inacessíveis para as partes mais carentes em relação à alugueis, compra de imóveis, impostos, entre outros. Assim, essa população é destinada para à periferia da cidade, onde geralmente é marcada pela ausência de infraestrutura urbana básica e outros problemas de caráter social. Portanto, a especulação favorece apenas alguns investidores e donos do capital. Sobre isto, em Sousa/PB:

o direito privado de propriedade individual e absoluta que tem como cerne a exclusão do outro se sobrepõe às premissas de ordem pública, de produção de um espaço urbano mais justo, democrático e social [...] A pouca notícia de aplicação das constrições legais do Estatuto da Cidade, referente à coibição do abandono de imóveis e com isso da degradação urbana, revela que o padrão de proteção da propriedade privada permanece absoluto e que sua manutenção tem as raízes mais no campo econômico-ideológico do que lógico, tendo, também, como núcleo central o processo de consolidação da propriedade privada no capitalismo, ou seja, a propriedade privada situa-se como elemento correspondente à emergência do direito burguês para sua irrestrita defesa e reprodução. (VIEIRA; FRANÇA JÚNIOR, 2020, p. 58)

Nesse viés, os autores Vierira e França Júnior (2020) mostram que ao longo do tempo, o poder público tem privilegiado os interesses do capital na cidade de Sousa/PB, cuja proteção formal em relação à propriedade privada se opõe diretamente aos direitos coletivos da sociedade e da função social da terra. A diferenciação de renda entre a população sousense nessa relação é notória até nas paisagens da cidade, ao comparar o seu centro com as suas zonas periféricas, tanto em relação à infraestrutura urbana quanto a qualidade do espaço público. Todo esse processo de organização urbana e crescimento da cidade foi e é fomentado sem pensar em áreas que comportem comunidades tradicionais, a exemplo dos ciganos, objeto de estudo desse trabalho, enquanto sujeitos sociais que residem na cidade como o seu lugar.

Sobre isto, a comunidade em estudo popularmente conhecida como Rancho dos Ciganos, encontra-se na zona urbana do município de Sousa/PB, no Bairro Jardim Sorrilândia III. Atualmente, o bairro é considerado, a partir da Lei N° 2.382 de 28 de maio de 2012, como uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social). Os ciganos de Sousa/PB se sedentarizaram em um terreno ladeado pela BR 230, distando 3 quilômetros do centro da cidade, cuja reivindicação é de uma área de 7,008 km² com perímetro de 12,786 km (Figura 06).

Figura 06 – Território reivindicado pelos ciganos em contraste com o núcleo urbano de Sousa/PB



Legenda: BR-230 Território Tradicional Cigano

(Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificada pela autora, 2023).

Segundo as informações do Inquérito Civil nº 1.24.002.000443/2017-40 e dos relatos colhidos na entrevista com um dos líderes da comunidade, sabe-se que o

primeiro grupo a se arrancar no território foi o de Pedro Maia, fixando-se em uma área cujo terreno era mais elevado que seu entorno imediato. Por conseguinte, alguns anos depois, os grupos de Vicente e Eládio arrancharam-se ao redor, em uma área cujo terreno era mais baixo. Por isso, é de senso comum chamar as comunidades de Rancho de Baixo e Rancho de Cima. Atualmente, apesar da comunidade cigana, de forma geral, ser conhecida por essas duas nomenclaturas, esta se subdivide em cinco, cujos nomes são provenientes dos líderes que já chefiaram cada comunidade. São essas: Manoel Valério Correia, Otavio Maia, Vicente Vidal de Negreiros, Pedro Benício Maia e a mais recente, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral. Dessas, o Rancho de Cima é composto grupo Pedro Benício Maia e Centro Calon de Desenvolvimento Integral, enquanto que o Rancho de Baixo é composto pelos demais grupos citados. Na entrevista feita, quando o líder foi questionado acerca da divisão dos cinco grupos, entendeu-se que estes agrupamentos não são de cunho espacial, mas são feitos de forma nominal para melhor organização dos moradores, estes que respondem apenas aos seus respectivos líderes. Apesar disso, os líderes estão alinhados em seus projetos e perspectivas:

Depois da nossa união, somos um só. Nós somos cinco, mas em um pensamento só. Nós não estamos como era antigamente. Os velhos eram divididos, nós somos tudo junto porque um elo só é mais fácil de quebrar, mas cinco elos juntos é mais difícil. (Líder da comunidade cigana, 2023. Informação verbal³)

O Rancho de Cima e Rancho de Baixo são separados entre si por cerca de 1 quilômetro, com uma zona de mediação conhecida por "Várzea das Almas", uma área mista composta por ciganos e não ciganos. A partir dos dados levantados pela Procuradoria Federal da República através do Inquérito Civil nº 1.24.002.000443/2017-40, foi possível obter os dados mais atualizados sobre esta comunidade. Este inquérito mostra dados coletados pela Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) no ano de 2011, identificando que toda a comunidade contava com 729 habitantes. Entretanto, segundo atualização do levantamento feito no ano de 2020, a população cigana já diz respeito a 1.845 pessoas distribuídas em 522 famílias. Nesse quesito, a comunidade Pedro Maia diz respeito a 480 pessoas distribuídas em 155 famílias, enquanto que a comunidade Otávio Maia é formada por 489 pessoas distribuídas em 157 famílias. Ainda, tem-se a comunidade Vicente Vidal de Negreiros com 429 pessoas distribuídas em 98 famílias, e a comunidade Manoela

³ Informação fornecida por um dos líderes da comunidade cigana de Sousa/PB em 20/03/2023.

Valério Correia, formada por 447 pessoas distribuídas em 12 famílias (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021). Devido o inquérito ter sido feito no ano de 2020, não havia a divisão em cinco comunidades, mas sim em quatro. Por isso, os dados são referentes as quatro primeiras comunidades.

Desde a fixação dos ciganos, não existiu uma política sociocultural sólida que retardasse o processo de morte gradual de costumes na comunidade, assim como são escassas atualmente as políticas espaciais direcionadas ao local, em contraste com o centro urbano de Sousa/PB. Adiante, serão expostas detalhadamente as problemáticas sociais, espaciais e territoriais presentes no Rancho dos Ciganos e como os agentes da especulação imobiliária e o poder público têm atuado nesse local.

3.2 A imagem dos ciganos na história e o anticiganismo

A história da origem do povo cigano sempre foi delineada por estigmas e misticismos, dificultando as investigações quanto à gênese e a trajetória dos mesmos. Isso porque, alicerçada na oralidade, a cultura cigana desvencilhou-se de registros escritos como documentos que testemunhassem suas origens. O fruto dessa ausência é a criação de mitos, perpetuados pelo preconceito que geralmente partem de uma perspectiva estrangeira, pois ao generalizar todos os grupos de ciganos não os tratam a partir de suas individualidades, mas com desdém e constrangimento, como afirma Teixeira:

[...] os ciganos eram raramente considerados por si mesmos, e com frequência, eram sinônimos de barbárie, imundice, desonestidade e imoralidade. Assim, a documentação se detém pouco sobre os ciganos singulares, que tornam-se desprovidos de existência. Quase sempre incidem sobre "o cigano", entidade coletiva e abstrata à qual se atribuem as características estereotipadas. (TEIXEIRA, 2008, p. 5)

No campo científico, desde o século XVIII, tem-se que a teoria mais aceita da origem dos ciganos é baseada em estudos do dialeto original dos mesmos – o Romaní. A partir desse conceito, percebe-se a similaridade do dialeto com o sânscrito Hindu. Além disso, as narrativas acerca da origem dos ciganos apontam, massivamente, para o Egito e Índia, sendo a região do Paquistão o berço desse povo. Todavia, os motivos concretos da diáspora dos ciganos não são conhecidos, existindo apenas possibilidades sobre o tema. Estas apontam para a negação do sistema de castas indiano por parte dos ciganos, fazendo com que se espalhassem pelos Balcãs ou, por pertencerem a uma casta inferior, tiveram que lutar contra a investida

mulçumana no país, tornando-se escravos que foram levados para outra região (SOUSA, 2014).

A segunda grande diáspora dos ciganos ocorreu no século XVI, em que estes dispersaram-se pelo mundo, perpassando pela Península Ibérica até o continente Americano. Independente das teorias, segundo Sousa (2014), sabe-se que o espraiamento do grupo aconteceu devido às perseguições históricas que sofriam. O primeiro registro destes no Brasil data do ano de 1574, quando os ciganos da etnia calon João de Torres e sua esposa, Angelina, foram deportados de Portugal para o Brasil (TEIXEIRA, 2008), forçados a habitar a Colônia do século XVI.

Mesmo os ciganos sendo agentes que produziram e ocuparam as terras brasileiras há mais de 500 anos, as referências bibliográficas para o estudo acerca dos ciganos nacionalmente são extremamente limitadas. Segundo as pesquisas antropológicas de Moonen (2011), a falta de conhecimento sobre esse grupo faz com que os ciganos formem a minoria étnica menos conhecida e mais discriminada do país. Esse preconceito contra os ciganos é intitulado como “anticiganismo”, um termo recente no Brasil, mas que já existe em outros idiomas, como o francês, inglês e alemão. Para Moonen:

À semelhança de anti-semitismo, anticiganismo poderia ser definido como “doutrinas ou atitudes hostis aos ciganos e que contra eles propõem medidas discriminatórias”. Ou então: “atitudes, atos ou políticas contrárias aos interesses e direitos ciganos”. (MOONEN, 2011, p. 6)

Nesse viés, percebe-se que ao longo da história e em várias partes do mundo, os ciganos enfrentaram o anticiganismo através da escravidão, das prisões com castigos, da deportação, do isolamento territorial, da assimilação compulsória/etnocídio, do genocídio, entre outros. Nacionalmente, ciganólogos apontam que durante o Brasil Colônia os ciganos degredados de Portugal passaram pela escravidão atuando no trabalho de transporte de mercadorias. Ainda, trabalharam nas festas da corte como animadores e nos tratos dos equinos da Família Real (MARQUES, DOS SANTOS, 2020). Sempre à margem, tiveram sua mão-de-obra explorada e não remunerada, além de carregarem durante a história o rótulo de enganadores, impuros e perturbadores da ordem. Assim, o anticiganismo está alicerçado em um histórico de violências por parte dos não-ciganos, que se propagam até os dias atuais.

No Brasil, especificamente na Paraíba e na comunidade de Sousa/PB, as questões que envolvem o anticiganismo também são presentes, pois eles ainda são

alvos da exclusão socioespacial, da escassez de oferta de empregos, das diversas formas de violências, da discriminação étnica e racial. Além disso, quando um crime é cometido individualmente por um cigano, a comunidade é penalizada coletivamente com o estereótipo do cigano desordeiro. Além dos motivos étnicos, são alvos do preconceito contra a pobreza e mendicância.

Não é preciso mergulhar nas entranhas do passado para perceber as problemáticas do anticiganismo que os ciganos de Sousa/PB enfrentam paulatinamente, pois em uma retomada histórica de dez anos atrás, em 2013, estes precisaram da intervenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na comunidade porque a mesma encontrava-se em um contexto de grave insegurança alimentar e nutricional, tendo que recorrer a mendicância como meio de sobrevivência (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2017). Em 2015, a comunidade sofreu ameaças de interrupção de energia elétrica, pois a concessionária Energisa Paraíba Distribuidora de Energia S/A passou a cobrar dívidas acumuladas dos ciganos, sem levar em consideração a baixa renda dos moradores e a identidade cultural diferenciada "o que potencializa a dificuldade de acesso às prestações sociais e direitos básicos conferidos pela Constituição" (JUSTIÇA..., 2020). Continuamente, segundo audiências promovidas pelo Ministério Público Federal (MPF) na cidade de Sousa/PB no ano de 2017, foi relatado pela comunidade cigana que esta enfrentava uma rotina de preconceitos, a exemplo de intimidações e abuso de autoridade (CIGANOS..., 2017). Em 2020, a comunidade sofreu invasões arbitrárias em seu território por pessoas que não tinham comprovação de posse de terra (ALVES, 2020), como será visto em capítulos adiante. Sob o mesmo viés, na entrevista feita com um dos líderes da comunidade, ao ser perguntado sobre como a comunidade externa enxergava os ciganos, e como os próprios ciganos se enxergavam, ele disse que:

Pra mim ser cigano é muito maravilhoso, porque Deus me fez assim. Como as pessoas me enxergam, enxergam nosso povo, tem pessoas que enxergam nós como animal, como bicho ainda hoje. Mas tem outras pessoas que nos apoiam, não é a maioria que tem nós assim. Mas essas poucas pessoas a gente agradece o apoio que elas dão a gente. E saiba de uma coisa, o cigano é grato. Quando você faz uma coisa por um cigano, o cigano sabe agradecer. E a pessoa que vier no Rancho dos Ciganos vai ver que o cigano é diferente daquilo que ele pensa. Muitas pessoas pensavam uma coisa e quando veio visitar aqui viu que era diferente. (Líder da comunidade cigana, 2023. Informação verbal⁴)

A partir desses relatos que se estenderam durante os anos, é claro observar que apesar de haver intervenções para que esses preconceitos sejam superados, o

⁴ Informação fornecida por um dos líderes da comunidade cigana de Sousa/PB em 20/03/2023.

anticiganismo ainda atrapalha o desenvolvimento da comunidade, principalmente na convivência interétnica entre os ciganos e os não ciganos, e no acesso da comunidade às políticas públicas. Nessa conjuntura, é importante compreender o termo para aplicá-lo na perspectiva de luta territorial que os ciganos de Sousa/PB enfrentam, buscando reconhecê-los como um segmento social culturalmente diversificado que busca visibilidade e atuação sociopolítica.

3.3 O passado nômade e a “parada para morar” como fruto de processos urbanos

O anticiganismo supracitado recai até mesmo sobre o imaginário de que o cigano é, necessariamente, um nômade. Desde o Brasil Colônia, o nomadismo cigano, por vezes considerado como um traço da cultura do grupo, através de um processo intitulado por Teixeira (2000) como “mantenha-os em movimento”, em que as autoridades perseguiram os ciganos, expulsando-os das cidades e deixando-os sem local fixo para se estabelecerem. No senso comum, esse nomadismo está atrelado à liberdade exacerbada, coroando os ciganos com o estereótipo de desocupados, principalmente por parte da elite brasileira, visto que a ociosidade sempre foi considerada uma prerrogativa apenas para os abastados. Nesse sentido, não ser fixado a um lugar era significado para pessoas alheias à civilização e aos bons costumes e, portanto, tendenciosos à criminalidade. Assim, constantemente expulsos ou marginalizados dos locais onde passam, muitos grupos de ciganos enfrentam uma condição de permanente itinerância (GOLDFARB; MEDEIROS, 2015).

Em contraste, a comunidade cigana de Sousa/PB é marcada por uma particularidade importante, pois caracteriza-se como uma das poucas comunidades cujos ciganos são, atualmente, sedentários (SILVA FILHO, 2022). Não se sabe, de maneira completa, a narrativa da trajetória desses ciganos até a sedentarização, porque ao tentar remontar esse fio histórico, encontra-se apenas os vestígios das vivências dos últimos lugares onde este grupo de ciganos esteve. Logo, cria-se um limite temporal acerca do entendimento total da história, assim como espacial, visto que este “último lugar” geralmente está associado a uma região em que tal grupo tenha pessoas com algum grau de parentesco (GOLDFARB; MEDEIROS, 2015). Nesse viés, a data conhecida mais antiga da história dos ciganos de Sousa/PB é do

ano de 1910, quando estes viviam de forma nômade, principalmente, entre os estados da Paraíba e do Ceará (SILVA FILHO, 2022).

O primeiro fator que levou os ciganos de Sousa/PB a se sedentarizarem encontra-se no momento de industrialização nacional. Na década de 1960, o Brasil começou a produzir em larga escala uma frota de automóveis, assim como ônibus, caminhões e tratores. Para abarcar essa nova produção, começou-se a abertura de rodovias e melhorias nas questões de mobilidade intra e interurbanas. Além disso, a utilização de animais para serviços de tração também se tornou secundária. Até então, eram os fazendeiros que abrigavam os ciganos, dando-lhes empregos como plantar e colher, ou construir açudes, além de oferecer-lhes assistências básicas. Todavia, nesse período de desenvolvimento, os donos de fazenda passaram a migrar para as cidades, deixando os seus capatazes responsáveis pela administração das fazendas e estes não empregavam os ciganos (MOONEN, 2011).

De modo geral, nesse período desenvolvimentista, a região Nordeste não foi beneficiada imediatamente com a efervescência que acontecia no país em áreas como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fazendo com que a desigualdade regional se acentuasse ainda mais. Todavia, algumas localidades da região conseguiram usufruir minimamente do desenvolvimento (DÁRIO, 2012). Por sua vez, alguns frutos dessa conquista não tardaram a chegar no município de Sousa/PB, como o incentivo as atividades industriais na cidade e a escolha do município para ser sede do Banco Industrial de Campina Grande, em 1956, ressaltando a importância econômica da cidade a nível estadual ainda naquele período. Entre os anos 1955 e 1960, a partir de esforços do setor público, a cidade recebeu obras de saneamento básico, pavimentação, serviços de eletricidade pública, equipamentos de saúde e lazer, a construção de um açude - obra importante naqueles períodos de seca - instalação de linha telefônica e telegráfica, melhorando e expandindo as transações comerciais, entre outros. Além disso, a atividade algodoeira passou a engrenar no cenário econômico, exportando o produto para cidades importantes ao redor, como Campina Grande/PB e Mossoró/RN. Esses fatores contribuíram para o êxodo rural citado, pois além de melhor qualidade de vida, os indivíduos buscavam ofertas de trabalho no espaço urbano de Sousa/PB (DÁRIO, 2012).

Nesse cenário, também houve o progresso no setor de transportes, cujas rotas comerciais e seus pontos de estabelecimento nas vilas e cidades do interior aumentaram em quantidade, fazendo com que as mercadorias comercializadas pelos

ciganos se tornassem obsoletas, visto que os produtos vendidos na zona urbana eram mais baratos e de melhor qualidade. Nesse ínterim, é evidente que a proletarização do grupo é anterior à sedentarização (MOONEN, 2011). Corroborando esse contexto, também há a baixa escolaridade como um dos motivos da proletarização, pois alheios a um grau de escolaridade, tornaram-se desqualificados como mão-de-obra para os empregos urbanos.

Nesse período, a cidade de Sousa/PB era governada por Antônio Mariz, um político que assumiu a prefeitura do município na década de 1960, assim como também se tornou Deputado Federal, Senador e Governador da Paraíba. No papel de prefeito e depois Governador, iniciou a construção de algumas casas de alvenaria para os ciganos que chegavam em Sousa para que pudessem ocupar, auxiliando-os nesse processo chamado pelos próprios ciganos de “parada para morar”. As terras que ocuparam foram doadas por outro político local, Gilberto Sarmiento. É importante ressaltar que este grupo de ciganos não escolheu Sousa/PB por acaso, mas porque era um ponto de referência da rota nômade e na cidade, e na figura dos líderes políticos da época, encontraram uma espécie de proteção e abrigo. A partir desse amparo recebido:

[...] aqueles que lhes estendiam a mão, também passavam a ser protegidos. Por meio desses eventos, muitas relações foram iniciadas, e segundo os ciganos que vivem em Sousa, mantida até os dias atuais. Fica claro, que nesse processo existia/existe uma lógica de reciprocidade. (MEDEIROS; GOLDFARB, 2015, p. 23)

Estabelece-se dessa forma, uma espécie de relação clientelar entre essas figuras, gerando uma fonte de obtenção de favores em troca de privilégios. Todavia, ainda que amparados pelas lideranças políticas, os ciganos tiveram que lidar com o anticiganismo do restante da população. Pois apesar de não se enquadrarem mais no modo estereotipado de “andarilhos ociosos” que se construiu acerca dos ciganos nômades, para a população sousense essa perspectiva recaiu sobre o povo cigano como um grupo diaspórico e imigrante, que não pertenciam àquele território. Assim, o começo da sedentarização produziu um efeito delicado na comunidade: o flerte com a assimilação cultural. Por não possuírem um modo de vida que se encaixasse na lógica social vigente na cidade, tentavam disfarçar a sua ciganidade em troca de aceitação. Ao mesmo passo, enquanto grupo, reforçaram durante 40 décadas de sedentarização a coletividade da comunidade, pois:

[...] mesmo vivendo sob preconceito, continuam performatizando sua identidade e buscando reconhecimento enquanto uma minoria étnica, neste

caso, como ciganos e “ciganos de Sousa”. Notemos assim que há a todo momento a sinalização de que são de um lugar, dizem e se apresentam a partir de um espaço, neste caso, Sousa passou a ser a terra natal, o presente e o futuro daquele grupo. (MEDEIROS; GOLDFARB, 2015, p. 25)

Nesse contexto, urge a importância, enquanto unificador, do passado nômade para a permanência dos ciganos enquanto comunidade no território sousense. Na visão desses ciganos, segundo analisa Goldfarb, esse momento de “peregrinação” é basilar na definição de ciganidade para o grupo. Isto porque, apesar de não serem mais nômades, esse passado está presente na memória coletiva da comunidade. De acordo com a autora:

[...] há entre os ciganos uma preocupação em demarcar a origem e construir a história do grupo através do significado simbólico das “viagens”, onde os traços significativos deste passado servem para representar sua identidade cultural num espaço de morada fixa e, por fim, o posicionamento de cada sujeito frente à sociedade envolvente e ao seu grupo de pertencimento (GOLDFARB, 2010, p. 167)

Assim, entende-se que o nomadismo permitiu aos ciganos ter uma memória grupal, identificando-se com uma história específica, um elemento identitário que reflete na atual situação destes como grupo sedentário. Em 1993, Moonen (2011) revela através de entrevistas que alguns dos ciganos pareciam não saber os motivos concretos que os levaram ao processo de sedentarização, atribuindo esse momento a uma vontade divina. De mesmo modo, isso pode ser observado a partir das entrevistas feitas por Medeiros e Batista (2014), quando perguntam sobre o significado do nomadismo para uma cigana de Sousa-PB, cuja resposta baseia-se, também, em uma condição advinda de Deus, intrinsecamente atrelada à liberdade, visto que, para ela, o termo cigano é de “seguir”. Consequentemente, ao indagar se a sedentarização é o antônimo de liberdade, obtém a seguinte resposta:

Olhe, a liberdade mudou, ninguém me prende aqui não, entende? Ninguém obriga ‘a nós’ morar aqui, ‘nós mora’ porque a gente quer morar, sempre a gente teve apoio aqui, a gente andava, mas Sousa sempre foi um lugar nosso. E por isso ‘mermu’, pela liberdade que ‘nós ficamos’ aqui. (MEDEIROS; BATISTA, 2014, p. 214-215)

A partir dessas falas, percebe-se que os ciganos de Sousa se referem ao “ser cigano” não como uma condição binária de nômade ou sedentário, mas sim como uma condição de liberdade. Assim, para os ciganos de Sousa, a ideia de simplesmente ter uma moradia fixa não os incute de ter obrigações para com o lugar. Todavia, a ideia de possuir uma rede de apoio na cidade faz com que o grupo tenha respeito e comprometimento com o lugar (MEDEIROS; GOLDFARB, 2015), sentindo-se pertencentes e ao mesmo tempo, livres. Logo, entende-se que não é a edificação em

si a pedra angular de fixação dos ciganos, mas sim as relações sociais que se estabeleceram na cidade. Os ciganos calon de Sousa/PB, em sua condição sedentária, ainda se reconhecem etnicamente como ciganos.

Nesse sentido, Sousa/PB se desdobrou como um espaço passível de oportunidades para os ciganos, antes mesmo de se arrancharem na década de 1980. Isso porque estabeleceram relações com lideranças políticas ou agentes de influência na cidade, a exemplo de coronéis e comerciantes. A criação do Rancho dos Ciganos teve sua gênese aplacada por uma relação de favores. A terra, nesse contexto, urge como valor de troca, seja por voto ou por fidelidade.

3.4 A produção capitalista do espaço urbano e a segregação espacial

A abordagem acerca do tema da segregação socioespacial desenvolvida nessa pesquisa se debruçará sobre a reflexão da produção do espaço urbano. É basilar entender essa problemática porque, ao observar a compleição das cidades brasileiras, especificamente nordestinas, essa produção do espaço urbano pelas parcelas segregadas da população possui valor significativo.

Assim como o tema dos ciganos, o conceito de segregação também é polissêmico (SPOSITO, 2022), sendo abordado desde o início do século XX com as perspectivas da Escola de Chicago até a atual realidade das cidades latino-americanas. Nesse sentido, será abordado a segregação como a “relação entre uma parte e o conjunto da cidade” (SPOSITO, 2022, p. 62). Segundo a autora, a segregação é sempre de natureza espacial e está relacionada aos sujeitos sociais, tanto os que segregam como os segregados. Para ela:

A segmentação socioespacial, quando se radicaliza e se expressa como segregação socioespacial, não está dada pela linha férrea, não se estabelece por si na lei, não se configura porque resulta de uma ocupação inadequada. Esses fatos só ganham significado no modo como a sociedade os lê, decodifica-os e os representa, usando-os para, em suas ações, em suas práticas e em suas visões, construir e reproduzir a segregação. Neste movimento, há razões e moções, normas e transgressões, explicações e crenças, o estrutural e o ideológico, há identidade e intolerância, há o concreto e o abstrato, e muito mais. (SPOSITO, 2022, P. 67)

Isto posto, essa segregação não acontece, primeiramente, por um marco físico ou pelas condições legais que envolvem uma localidade e seus assentamentos, mas porque as questões que envolvem o espaço acontecem como componentes da reprodução social (ALVAREZ, 2022). Ao observar as mudanças presentes na história

das cidades nas últimas décadas, evidencia-se como exemplo o olhar mais acentuado para as zonas periféricas da cidade, associado à ampliação das áreas urbanizadas, mas também se ressalta nesse processo a tentativa de supressão na urbe de populações que “além de expressarem novas morfologias, usos e funções, também sinalizam para mudanças estruturais na reprodução social” (ALVAREZ, 2022, p. 112), entre outros fenômenos urbanos. Assim, diante da complexidade desses eventos, a produção do espaço nas cidades, alicerçado no modelo de desenvolvimento capitalista que busca apenas reproduzir o capital e obter lucro, tem cooperado com a perpetuação das desigualdades e revogação de direitos de muitas parcelas da população. Assim:

Tais considerações nos remetem a pensar na segregação urbana como conteúdo intrínseco à constituição do espaço urbano capitalista, fundamentado na propriedade privada da terra e na valorização do capital como sentido da reprodução social. (ALVAREZ, 2022, p. 113)

Desse modo, a financeirização da terra se sobrepondo aos indivíduos sociais tem beneficiado alguns grupos da sociedade em detrimento de outros. Segundo Corrêa (1995), os agentes que produzem o espaço urbano são os: 1) industriais; 2) proprietários fundiários; 3) promotores imobiliários; 4) o Estado e, 5) os grupos sociais excluídos. Dito isto, vê-se que apesar da produção do espaço, destacando-se aqui um contexto de cidades latino-americanas e subdesenvolvidas, é fruto de um processo social de tantos grupos, a apropriação desse produto é de cunho privado. Aqueles que possuem mais capital, que estão no topo dos produtores do espaço, possuem o direito de consumi-lo, enquanto que os grupos sociais excluídos ficam à mercê desse direito, tornando-se alvo do que sobra: segregação, periferização e marginalização. Sobre isto:

Nas cidades latino-americanas e, sobretudo, nas da Europa continental, a proximidade dos centros é valorizada e as periferias são em geral desvalorizadas e estigmatizadas. Outro aspecto a ser observado é que em determinados contextos geográficos a questão étnico-racial é fundamental (exemplos, Estados Unidos, África do Sul), enquanto em outros contextos a questão social é preponderante (exemplo, Brasil) (VASCONCELOS; CORRÊA; PINTAUDI, 2022, p.8).

Nesse contexto, fica claro que há um controle da propriedade da terra, principalmente pelos agentes que possuem poder econômico e políticos para pressionar a estruturação de locais com condições mais favoráveis para sua existência e reprodução (CORRÊA, 2022). Geralmente, são os centros urbanos que exibem o status de prestígio, com boa infraestrutura e onde estão localizados os

melhores serviços, comércios e espaços de lazer. Enquanto que as áreas marcadas pelo processo de segregação, geralmente periféricas, são associadas a “guetização”, seja por razões raciais, religiosas, políticas, culturais, étnicas. Por isso, até a imagem da cidade exibe desigualdades socioespaciais, que estão estampadas na escassez de infraestrutura e serviços urbanos nas zonas periféricas, no contraste entre as tipologias edilícias das edificações que estão nessas zonas e as edificações dos centros das cidades, além da dificuldade em acessar os locais onde a centralidade da vida urbana acontece. Logo, a cidade torna-se um produto interessante apenas se trouxer lucro, gerando um palco de embates territoriais.

Em seu livro *Guerra dos Lugares*, Rolnik (2015) nos revela que na era do capitalismo financeiro as terras rurais e urbanas são ativos em constante disputa. Assim, vê-se no cotidiano das cidades que as políticas urbanas não são produzidas apenas pelos legisladores da mesma, mas também pelos agentes que possuem a propriedade da terra. Nesse viés, denominados por Rolnik (2015) como “os sem-lugar”, surgem os grupos tradicionais que estão alheios à legalidade, pois geralmente vivem à mercê da insegurança de posse das terras, evidenciando nesta pesquisa os ciganos, principalmente os da comunidade de Sousa/PB. Isto porque, o modo de vida e de produção do espaço desse grupo não se encaixa na lógica urbana capitalista. Desse modo:

Normas de planejamento urbano têm sido um poderoso instrumento de discriminação desses grupos (...) Assentamentos autoconstruídos há décadas por comunidades ciganas, em cidades como Istambul ou Sófia, têm sido objeto de demolições para dar lugar a projetos de renovação urbana (...) é o planejamento urbano e suas regulações que demarcam as fronteiras entre legal e ilegal, justapondo uma política discriminatória de natureza étnica a um embate entre formas de ocupação e a relação de comunidades com o território. (ROLNIK, 2015, p. 190)

Essa relação entre comunidade e território é afetada negativamente quando o sistema econômico vigente atua de forma desigual, gerando crises como a segregação espacial e os problemas de habitação. Logo, esses indivíduos que não conseguem se inserir na lógica do consumo da cidade, são os mesmos indivíduos que pouco ou não tem voz e vez na produção desse espaço, ainda que sejam abalados por essa conjuntura. O território dos ciganos de Sousa/PB foi produzido tendo como alicerce o valor de troca da terra se impondo ao uso social, como visto no capítulo anterior, orientando e definindo aquela localidade e privando os indivíduos das oportunidades que se desenvolvem no centro da cidade, mostrando que nesta não há

espaço para afirmação de diferenças. A partir da entrevista com um dos líderes da comunidade, conversando sobre o momento em que os ciganos receberam as terras para ocupar, ele diz que:

A história dessas terras é o seguinte: Mariz doou para nós essas terras, que Sousa era mais pra lá, aqui era só mato. Os ciganos gostavam de morar fora, na realidade os empresários não queriam. Mariz viu que essas terras eram afastadas de Sousa, e para não causar nenhum constrangimento na sociedade e também na cultura cigana, Mariz doou essas terras para os ciganos, mas verbalmente. Nunca doou legalmente.[...] Essas terras que nós mora foram doadas verbalmente, tanto por Mariz como por Gilberto Sarmiento. [...] Ele disse que essa área onde nós estava, ele tinha prazer de doar para o povo cigano. (Líder da comunidade cigana, 2023. Informação verbal⁵)

Assim, destaca-se que na época de doação de terras para os ciganos de Sousa/PB ocuparem, não havia no local infraestrutura urbana ou qualquer edificação nas terras. Isso foi feito porque a população sousense não aceitava a presença dos ciganos na cidade formal, ao mesmo passo em que a comunidade não se sentia segura diante da sociedade, sendo segregados do núcleo urbano. Atualmente, o tipo de segregação espacial que os ciganos enfrentam na cidade de Sousa/PB corresponde não a uma autosegregação, mas a uma segregação imposta cujos indivíduos não possuem escolha locacional ou o tipo de habitação que possuem, mas ocupam onde lhes é imposto, como dito a seguir:

Favelas, cortiços, modestas ou precárias moradias construídas no sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muitos dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo, na periferia ou em áreas de risco ou já caracterizadas pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõem a paisagem das áreas de segregação imposta (CORRÊA, 2022, p.44)

Todo esse contexto embasa as problemáticas vistas e discutidas acerca da comunidade do Rancho dos Ciganos desde a sua chegada na cidade de Sousa/PB na década de 1980. Em 1993, Moonen (2011) já mostrava as condições precárias das residências ciganas, a exemplo das casas de taipa e latadas, e a falta de infraestrutura pública no local como a ausência de saneamento e esgotamento sanitário. Segundo o autor, em 1992, cerca de dez anos após a chegada dos ciganos, havia apenas algumas torneiras de água que abasteciam toda a comunidade. Nesse período, alguns lotes de terrenos foram adquiridos através de compra pelos ciganos, mas a maioria foram doados por um político local chamado Gilberto Sarmiento, apesar de não haver

⁵ Informação fornecida por um dos líderes da comunidade cigana de Sousa/PB em 20/03/2023.

documentos de posse das terras. Essa total ilegalidade tem corroborado para os processos de segregação que enfrentam, pois:

Indubitavelmente, os ciganos vivenciam um processo de exclusão para zonas da cidade mais afastadas do centro urbano. Os estigmas que vivenciam fazem com que o poder público quando não expulsa-os de seus limites territoriais, fortaleça ainda mais o processo de invisibilização negando-os atenção as suas necessidades básicas, muitas vezes pautando-se na premissa de que nenhuma melhoria da condição de vida pode ser realizada, visto estarem acampados em área proibida (TOLENTINO, 2018, p.354).

Isto pode ser observado ainda hoje na paisagem marcada por disparidades espaciais do Rancho dos Ciganos em relação ao restante da cidade formal. É uma afirmativa percebida a partir da grande maioria das habitações dos ciganos no Rancho de Baixo, que são precárias e insalubres. Nesse local, há uma grande quantidade de casas de taipa, inseguras estruturalmente, em mau estado de conservação e preservação. Essas são marcadas pela autoconstrução, e foram executadas com materiais improvisados e de baixa durabilidade, a exemplo dos restos de madeira, plásticos e lonas (Figuras 07 a 09). Também são habitações de um único cômodo, com ausência de paredes internas e banheiros. Essa condição se agrava pelo fato de ser comum a coabitação de diversas famílias nucleares nessas residências, pois ao se casarem, os filhos não conseguem capital para a construção de novas moradias para se mudarem, sendo necessário permanecerem com os pais. Logo, são habitações frágeis e em risco que abarcam uma grande quantidade de pessoas.

Figura 07 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB



Fonte: Autora, 2023.

Figura 08 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB.



Fonte: Autora, 2023.

Figura 09 – Exemplo de moradia no Rancho de Baixo em Sousa/PB



Fonte: Autora, 2023.

Enquanto isso, o Rancho de Cima possui habitações com uma melhor qualidade construtiva, pois muitas fazem parte das habitações construídas na gestão do ex-governador José Maranhão, como citado anteriormente. Ainda assim, apesar de serem habitações de alvenaria, grande parte não possui um acabamento adequado que proteja a edificação, são mal conservadas e pequenas, muitas vezes não se relacionando com as necessidades específicas da cultura cigana (Figura 10).

Figura 10 – Exemplo de moradia no Rancho de Cima em Sousa/PB



Fonte: Autora, 2023.

Além do exposto, a comunidade é marcada por um padrão urbanístico irregular, em que as vias de circulação não são totalmente definidas e as ruas não possuem qualquer tipo de pavimentação (Figura 11). Em períodos chuvosos, tornam-se áreas alagadiças. Além disso, há carência na prestação de serviços públicos essenciais, como ausência de saneamento básico na comunidade, sendo perceptível em vários locais o lixo jogado no chão (Figura 12), contribuindo para um aspecto de sujeira nas ruas.

Figura 11 – Exemplo de rua não pavimentada na comunidade cigana



Fonte: Autora, 2023.

Figura 12 – Presença de lixo nas ruas na comunidade cigana



Fonte: Autora, 2023.

De igual modo, a ausência de sistema de esgotamento sanitário, que encontra-se despejado à céu aberto sem nenhum tratamento (Figura 13), contribui para o aparecimento de doenças de veiculação hídrica. Nesse viés, também há o anseio por um acesso ao Rio do Peixe pelos ciganos da comunidade de Sousa/PB, visto que o município é uma região árida e muitas das residências do grupo não possuem sistema de água encanada. Há um poço artesiano presente na comunidade Pedro Maia, todavia, este não é suficiente para abastecer todos os moradores do local, logo, não possuem acesso facilitado à água potável.

Figura 13 – Exemplo de esgoto a céu aberto na comunidade cigana



Fonte: Autora, 2023.

Diversas famílias da comunidade são caracterizadas por estarem abaixo da linha de pobreza, expondo as feridas que a população cigana de Sousa/PB carrega ao se encontrar em situação de vulnerabilidade social, política e ambiental. Apesar dessas problemáticas, principalmente em relação às habitações precárias, essas não são de caráter provisório, como eram as tendas no período do nomadismo. Isto porque, os ciganos possuem o objetivo de permanecer e ocupar de forma legal o

território, assim como encontrar vagas de emprego formal e especializado na cidade de Sousa/PB. Logo, vê-se que há uma propensão a se consolidar no território, este que, para a comunidade, deve ser para o aproveitamento coletivo e não para comercializar ou trocar, mas visando o uso das atuais e futuras gerações. Nessa relação, urge os mecanismos de inclusão e exclusão na cidade (ROLNIK, 2015). Em suma, na contradição da cidade produzida socialmente e apropriada privadamente, cujos ciganos de Sousa/PB ficam à mercê da vida urbana, surge o embate pelo direito à cidade.

3.5 O direito à cidade

Segundo a teoria de Lefebvre (2001), as questões mundiais se desenrolam também como questões urbanas, assim, é elementar que o planejamento das cidades seja feito pensando nas dinâmicas e no modo de viver que diferem do padrão neoliberal, pautando-se em questões democráticas. Ou seja, pensar em uma cidade ao alcance de todos, cujo bem-estar seja voltado para os indivíduos da comunidade em sua totalidade e não aos interesses mercadológicos. Ou seja, deve-se buscar a democracia na produção da cidade, para que essa esteja ao alcance de todos e não somente voltada aos interesses mercadológicos. Nesse sentido, é evidente na obra de Lefebvre que o direito à cidade perpassa o acesso a equipamentos e serviços urbanos, mas estrutura-se em busca de uma luta coletiva da cidade que se almeja. Assim, o Direito à Cidade é um direito humano, coletivo e que faz oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas. Nas palavras de Lefebvre:

[o direito à cidade] significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas. (LEFEBVRE, 2016, p. 162)

Assim, o direito à cidade recusa a organização discriminatória e segregadora. David Harvey discursa que o direito à cidade é um direito humano coletivo, mas que a cidade que desejamos está intrinsecamente relacionada com o tipo de sociedade que somos. Assim, esse espaço urbano está ligado às sociabilidades, a forma de produzir e consumir, ao crescimento tecnológico, ao vínculo com a natureza, e aos princípios estéticos (HARVEY, 2009). Nas palavras de David Harvey, o direito à cidade:

é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. (HARVEY, 2013)

Nesse sentido, vê-se que os grupos minoritários, em evidência neste trabalho o grupo etnicamente diversificado dos ciganos, geralmente são excluídos desse planejamento, desse direito humano, sobrando para estes a informalidade. Sobre isto, Ana Fani discorre que:

A segregação vivida na dimensão do cotidiano (onde se manifesta concretamente a concentração da riqueza, do poder e da propriedade) apresenta-se, inicialmente, como diferença, tanto nas formas de acesso à moradia (como a expressão mais evidente da mercantilização do espaço urbano), bem como através da deterioração/cercamento/diminuição dos espaços públicos (como expressão do estreitamento da esfera pública). (CARLOS, 2013, p. 96)

Essa negligência faz com que a égide da prática urbana, o agrupamento/encontro, seja subvertido na separação/isolamento de grupos da vida na cidade. Isso pode ser visto na comunidade cigana através do baixo acesso à renda, aos serviços e equipamentos públicos, à escassez de escolaridade, de moradias adequadas e de ofertas de emprego. Além disso, a comunidade encontra-se afastada do centro urbano e seu território ainda passa por um processo de regularização fundiária. É um local marcado pela carência de infraestrutura e serviços urbanos, assim como de políticas de proteção social. Esse contexto verbaliza a luta dos ciganos pelo espaço urbano e todos os pormenores que envolvem o direito à cidade, principalmente o fator de pertencimento a um determinado território.

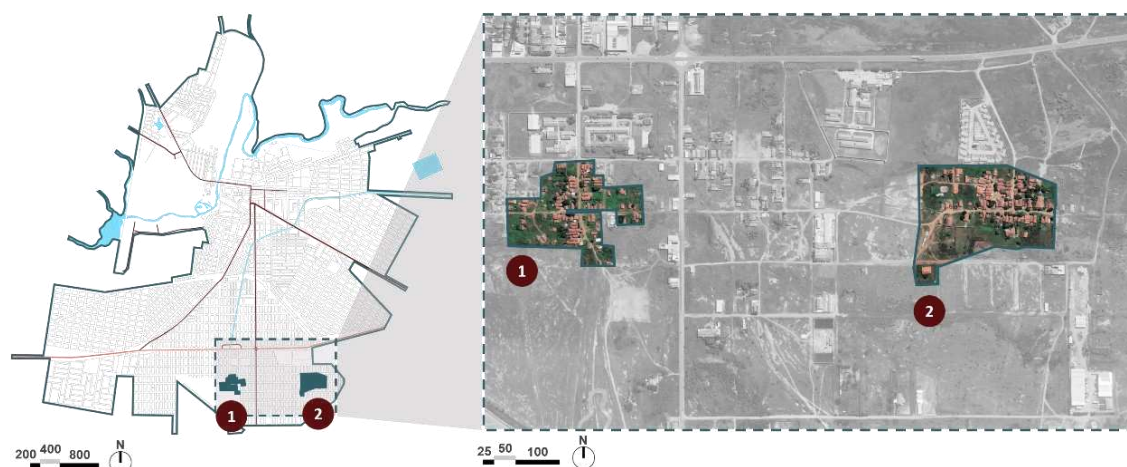
Nesse viés, vislumbra-se agentes que em nome do capital e do seu modo de produção da cidade, violam os direitos humanos básicos ao invisibilizarem o grupo tradicional dos ciganos e que desprotegidos, são alvos de conflitos urbanos. Essa tensão territorial é vista atualmente na comunidade, principalmente, a partir do pedido de regularização fundiária da área ocupada por esses ciganos, que passou a sair do campo de promessas para um processo moroso e conturbado.

A nível federal, os atos normativos que discorrem sobre a regularização fundiária dos povos ciganos são os decretos 6.040/2007 e 10.841/2006. Estes dizem que “enquanto dotadores de peculiaridades linguística, culturais e de costumes, enquadram-se na classificação de povos e comunidades tradicionais.” Atualmente, é a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que é

responsável pelas políticas públicas, sociais, culturais, de infraestrutura e acesso à terra voltadas para os povos ciganos. Este órgão visa garantir alguns direitos para essas comunidades, evidenciando a regularização fundiária. (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2018). Em Sousa/PB, os processos relativos à regularização fundiária da comunidade cigana são acompanhados pelo Ministério Público Federal (MPF) através do Inquérito Civil nº 1.24.002.000443/2017. É importante ressaltar que estas comunidades entraram com o pedido de posse das terras por usucapião coletiva, visto que é uma lei de usucapião urbana assegurada pelo art. 10 da Lei nº 10.257/2011, o denominado Estatuto das Cidades. Esta versa que a usucapião coletiva é aplicada quando moradores ocupam uma área há mais de 5 anos e não são donos de nenhuma outra propriedade, assim como a área total do espaço requerido, dividida pelo número de possuidores seja menor que duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor. Nesse sentido, os ciganos se enquadram nas três exigências, sendo a primeira comprovada por documentos, como contas de energia elétrica, que asseguram a ocupação coletiva dos ciganos desde a década de 1980 no referido local, ou seja, estão morando há mais de 40 anos na região.

A área usucapienda (Figura 14) descrita no referido inquérito possui cerca de 171.319,08 m², e é parte de um território maior reivindicado pelos ciganos, como mostrado anteriormente. Este que, de acordo com o Procurador da República Felipe Vasconcelos, assinante da ação, será investigado em outro momento para confirmar ou não a posse por parte dos ciganos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021).

Figura 14 – Áreas da comunidade cigana que estão em processo de regularização fundiária em Sousa/PB



Legenda: BR-230 Vias importantes Corpos d'água Áreas usucapiendas

Banco de dados: Secretaria de Planejamento e Obras de Sousa/PB, Google Earth, 2023. Fonte: Modificada pela autora, 2023.

Apesar do anticiganismo na cidade de Sousa/PB, até meados de 2020 a posse dos terrenos dos ciganos nunca foi reivindicada por parte da população ou pelos herdeiros da família Sarmento, concedentes das terras. Todavia, com o crescimento urbano da cidade, atrelada a constante valorização das terras que ladeiam o Rancho dos Ciganos, este virou alvo da especulação imobiliária, conforme o Procurador da República, José Godoy (REDAÇÃO DO PORTAL DA CAPITAL, 2020). Grandes empreendimentos comerciais e industriais, condomínios residenciais, instituições de ensino e empresariais têm surgido às margens da BR-320, próxima ao território dos ciganos, elevando o valor das terras da região. Além disso, esta área representa um local de expansão para a cidade de Sousa/PB. Sobre esse assunto, em entrevista com um dos líderes da comunidade, o mesmo afirma que:

Hoje em dia os empresários, eles cresceram os olhos e viram que Sousa cresceu mais pra cá, porque não tem como crescer mais pra lá. [...] Eu chamei os meninos, nós fizemos uma reunião e disse o seguinte: olhe, isso aqui é nosso por direito, nós estamos mais de 40 anos aqui, e não vamos deixar empresário tomar o que é nosso. E aí nós botamos na justiça pra fazer valer a pena o direito. Você está morando nessa casa aqui mais de 40 anos, chega uma pessoa lhe botar pra fora, onde é que essas crianças vão dormir? [...] Então nós fizemos um movimento e não deixamos mais os empresários encostar mais. [...] Nós queremos o nosso direito, não queremos nada de ninguém, apenas o que é nosso. (Líder da comunidade cigana, 2023. Informação verbal⁶)

⁶ Informação fornecida por um dos líderes da comunidade cigana de Sousa/PB em 20/03/2023.

Nesse cenário, os empresários locais agiram a partir de intimidações e invasões com o apoio ostensivo de alguns setores da Polícia Militar para tentar lotear as terras dos ciganos, estes que reagiram de forma a montar protestos e acampamentos em áreas não ocupadas do território (ALVES, 2020). Segundo entrevista, o Procurador José Godoy a respeito das invasões diz que:

O que está acontecendo é uma prática desumana em que as pessoas são tratadas como animais. Prática desumana e discriminatória. Qualquer negociação de terras por parte de quem não possui essas terras é nula. [...] há invasões com ares de irregularidades (G1 PB, 2020).

Segundo o Parecer Técnico Nº 1648/2020 da Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise solicitado pela Procuradoria da República no município de Sousa/PB no ano de 2020, entrevistas na comunidade foram realizadas. Nestas, os ciganos já falavam acerca dos empresários que demonstravam interesses na área, sendo um deles o dono do cartório de Sousa/PB. A partir da fala dos ciganos, este empresário aproveitava-se de sua posição e liberava documentos sem legalidade a respeito da posse de terras no território cigano, visando a instalação de um empreendimento particular no local. Os Procuradores da República, Godoy e Felipe, fizeram um levantamento das terras que o empresário reivindicava e não foi constatado nenhum documento no nome do indivíduo. Ainda assim, um juiz estadual concedeu a reintegração de posse das terras ao empresário, mas o Ministério Público Federal interveio, levando a questão ao nível federal. Nesse período, houve a saída do Ex-Governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, aumentando a morosidade do processo. Além disso, o parecer descreve que durante a Pandemia do Coronavírus (COVID-19), pessoas não-ciganas começaram a construir nas terras dos ciganos, com documentos sem legitimidade (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2020).

Ainda, com o parecer técnico supracitado é possível entender alguns recortes históricos que contribuíram para esse conflito territorial. Sabe-se que os concedentes dos terrenos que hoje compõem a comunidade sabiam na época da doação que a centralidade da cidade acontecia mais afastada dessas terras, estas que eram tomadas por vegetação e não eram visitadas pela “sociedade branca” da cidade de Sousa/PB. Arelado a isto, devido os ciganos terem ganhado apenas 40 casas, o restante do território não ficou ocupado por moradias ou equipamentos públicos, abrindo margem para pretensões possessórias por parte de agentes externos à comunidade. Segundo as entrevistas do parecer com os moradores da comunidade, esses agentes derrubaram a vegetação existente em algumas partes da comunidade,

descampando os terrenos. Essa atitude foi interpretada pelos ciganos como forma de lhes tirar a privacidade, visto que os mais idosos gostavam de usufruir cotidianamente as sombras produzidas pela vegetação no local (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2020).

A partir da regularização fundiária no Rancho dos Ciganos, será possível a intervenção pública e legal na comunidade, principalmente em relação as políticas públicas habitacionais através da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), suprimindo o que os ciganos alegaram em entrevista: “Nós queremos saneamento básico, energia elétrica, pavimentação das ruas, direito à educação, acesso à educação, uma boa política de incentivo para que nossos filhos possam frequentar a faculdade” (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2020, p.80). Além disso, o Inquérito Civil supracitado aponta que é basilar pensar no crescimento urbano em áreas que comportam comunidades tradicionais, a exemplo dos ciganos de Sousa/PB, visto que, ao tentarem se inserir na sociedade, escanteiam os seus costumes e tradições visando a aceitação.

Nesse sentido, sabe-se que a partir da fixação dos ciganos, alguns costumes foram alterados gradativamente, perpassando desde as mudanças nas vestimentas típicas, a pouca utilização do dialeto específico da comunidade, até na configuração do casamento – este que começou a ser realizado entre ciganos e não ciganos, promovendo uma fusão de culturas notável. Este processo de morte gradual de costumes poderia ter sido retardado com o funcionamento do Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), uma unidade construída no Rancho responsável por fomentar e promover a preservação das tradições ciganas em Sousa/PB. Entretanto, um ano após a inauguração o centro já não funcionava mais, encontrando-se abandonado atualmente. Consequentemente, são escassas as políticas socioespaciais direcionadas ao local, em contraste com o centro urbano de Sousa/PB citado anteriormente. Dessa maneira, desenvolver e reativar um espaço que permita o fortalecimento da cultura é imprescindível para que esta não seja assimilada e sufocada pelo entorno, sendo a regularização fundiária o primeiro passo para efetivação dos seus direitos humanos e pela cidade.

3.6 O Centro Calon de Desenvolvimento Integral

No ano de 2009, foi inaugurado na comunidade cigana um edifício chamado Centro Calon de Desenvolvimento Integral (CCDI), uma pessoa jurídica de direito

privado sem fins lucrativos. Com um estatuto próprio, é considerado o primeiro centro de referência da cultura cigana do Brasil. O objetivo inicial do local era subsidiar a consolidação e organização da comunidade cigana, valorizar a cultura, articular o reconhecimento da cidadania deles e o fomentar o desenvolvimento social e econômico do local. As ações propostas pelo CCDI incluíam valorizar esferas da cultura cigana, como a leitura da sorte (quiromancia) e o resgate do Caló, dialeto cigano. Além disso, visava incentivar a profissionalização dos ciganos, qualificando-os para o mercado de trabalho, geralmente nas atividades ligadas ao artesanato, comércio, dança, música, entre outros (SOUSA, 2014).

O CCDI foi proposto a partir da coalizão entre os três poderes e as autoridades ciganas. Assim, a iniciativa da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) fez sancionar a criação do centro no dia 16 de novembro de 2006 e, no ano de 2007, através da Lei Municipal nº 2.132, o ex-prefeito Salomão Gadelha autorizou a doação pela prefeitura de um terreno para a construção do CCDI. Localizado no mesmo bairro da comunidade cigana, o Jardim Sorrilândia III, na quadra 194 cuja área corresponde a 4.571,98m² (Figura 15), o terreno faz limite ao norte com a Rua Antônio Pinto de Oliveira, ao sul com a Rua Neuma Sarmento Lopes, ao leste com a Rua Trinta e Oito e ao oeste com a Rua Trinta e Sete (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA, 2007).

Figura 15 – Localização do CCDI



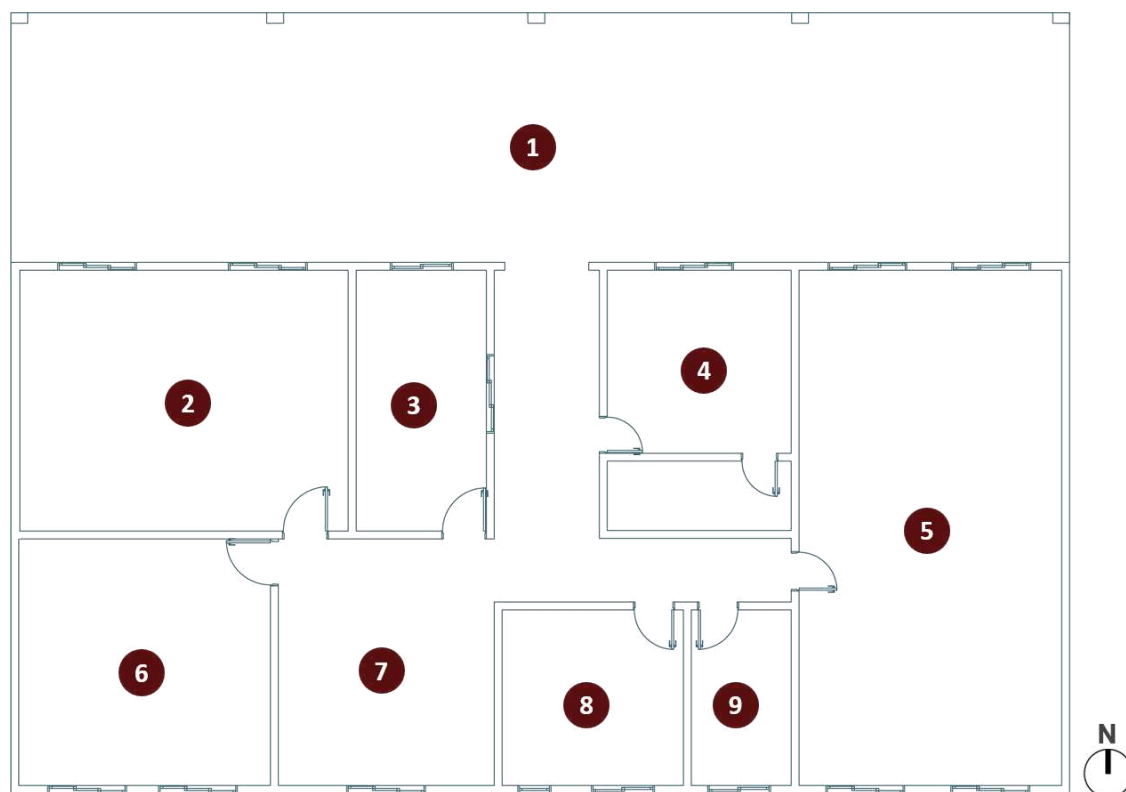
Legenda: ↔ BR-230 ↔ Rua Antonio P. De Oliveira ↔ Rua José Sarmento Jr.
 ■ Quadra do CCDI ■ CCDI

Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Além disso, a estruturação do CCDI também é fruto do investimento de 237 mil reais da Eletrobrás, do Banco do Brasil, que prometeu a instalação de um telecentro visando a inclusão digital no local, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que

propôs a instalação do programa de bibliotecas rurais "Arca das letras" para a comunidade, e do Ministério da Cultura por meio do "Programa mais cultura" que visava doar filmes, projetos digitais, câmeras, computador, entre outros (SOUSA, 2014). A partir de uma informação coletada com um servidor da Secretaria de Planejamento de Sousa/PB, o CCDI também foi construído através de mão-de-obra local. Assim, a partir de visitas *in loco* e levantamento arquitetônico (Figura 16), percebeu-se que o programa de necessidades do centro abarcava biblioteca, sala de inclusão digital, alpendre, copa, sala administrativa com depósito, sala para aulas de dança, banheiros e um espaço para manifestações culturais, abarcando um espaço de 300m² de área construída no total.

Figura 16 – Atual configuração do CCDI em planta baixa



Legenda: 1) Alpendre; 2) Sala de dança; 3) Copa; 4) Inclusão digital; 5) Sala para apresentações; 6) Biblioteca; 7) Sala de reuniões; 8) Banheiro masculino; 9) Banheiro Feminino.

Fonte: Autora, 2023.

No ano seguinte a sua inauguração, em 15 de outubro de 2010, salientando a importância do local, foi sancionada pelo prefeito Fábio Tyrone a Lei municipal N° 2.265, reconhecendo o CCDI como de utilidade pública municipal. Através dessa, a lei afirma que poderiam ser repassados ao CCDI recursos financeiros e convênios que

auxiliassem no seu desenvolvimento (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA, 2007). Nos primeiros momentos, as despesas do CCDI e a sua manutenção vieram através de recursos ciganos, mais especificamente do presidente do mesmo, Francisco Coronel. Todavia, o presidente não possuía recursos suficientes para arcar com as contas de energia e limpeza, assim como o latente problema de escassez de água, tornando insustentável manter o local (SIMÕES, 2014). Nesse período, Siqueira (2012) afirma que no prédio só existiam poucos livros, uma escultura da Santa Sara Kali e poucos mobiliários, como algumas mesas e cadeiras. Ainda, os cursos ofertados foram apenas um breve treinamento de dança e de avicultura.

Logo, percebe-se que frente as promessas feitas, pouco se cumpriu. Aliado a isso, a SEPPIR deixou a direção do CCDI a cargo dos ciganos unicamente, sem treiná-los de modo apropriado para lidar com as questões políticas e econômicas que o cargo envolve (SIQUEIRA, 2012). Isto posto, em 2011 o centro já se encontrava fechado e sem funcionamento. No ano de 2013, o ex-governador estadual da Paraíba, Ricardo Coutinho, realizou uma reunião no local para anunciar uma parceria entre o Governo do Estado e o CCDI, visando a reativação do local. Na época, a gerente estadual de Cultura Popular, Mariah Marques, disse que:

Este espaço passou dois anos fechado, mas porque entregamos nas mãos dos ciganos sem qualquer orientação. Agora vamos corrigir isto e formar corretamente as lideranças para conseguir manter o Centro de forma autônoma com o passar do tempo. (RICARDO..., 2013).

Assim, visava reorganizar o centro a partir de uma liderança colaborativa. Todavia, até o momento o CCDI continua sem uso, simbolizando um local de prejuízo financeiro e moral. Isto porque, o centro está inserido em uma conjuntura de disputa de poder quanto a sua presidência e gestão, tanto pela comunidade como pelo Estado. Sobre isso:

O CCDI tornou-se então um campo político de ação e quem tem sua presidência adquire uma posição bastante legitimada no grupo, já que como principal porta de acesso à comunidade estar diante dele significa estar à frente de um universo extremamente valorizado entre aqueles indivíduos: o universo da política. (CUNHA; ATHIAS, 2019, p. 134)

Frente a sua inoperância, percebe-se que existiu uma desarticulação entre os gestores do CCDI, as três esferas de poder e a comunidade cigana. Atualmente, o CCDI encontra-se em situação de completo abandono, mas é caracterizado por uma estrutura de paredes de alvenaria pintadas de branco e azul, e possui um telhado com estilo colonial (Figura 17).

Figura 17 – Visão Geral do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Em seu entorno, a vegetação cobre a entradas e danifica os elementos de vedação, como paredes e portas. Na parte externa, a entrada é marcada por um alpendre cujas cerâmicas e esquadrias estão quebradas e sujas, assim como as paredes possuem rachaduras e infiltração (Figura 18).

Figura 18 – Parte do alpendre do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Na parte interna, as salas estão vazias, sujas, com infestação de cupim e algumas servem de depósito para mobiliários quebrados (Figura 19). Além disso, algumas não possuem mais forro, revelando o telhado que necessita de reparos (Figura 20).

Figura 19 – Sala interna do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Figura 20 – Telhado danificado do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Atualmente, dentre os processos e articulações para a regularização fundiária do território cigano, houve uma reunião entre os líderes das comunidades, em que pontuaram as principais necessidades de intervenções nas mesmas e, entre estas, encontrava-se a reforma das dependências do CCDI. Também houve a requisição para a reforma do CCDI partindo da Deputada Estadual Cida Ramos. Através do Requerimento nº 3262 de 2019, a mesma solicitou ao Governador do Estado da Paraíba e ao Secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba a intervenção do Estado visando preservar a edificação (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ESTADO DA PARAÍBA, 2019). Dessa forma, percebe-se que é de interesse dos ciganos a reativação do centro, assim como foi um ponto proposto entre o Ministério Público Federal e a Prefeitura Municipal de Sousa, que em março de 2022 firmaram parcerias em relação a melhoria dos ranchos, destacando a recuperação do CCDI como um compromisso com a comunidade (PLANO..., 2022).

Logo, sabendo que é uma demanda existente, justifica-se a escolha de um estudo preliminar de intervenção no CCDI e em seu entorno, através da elaboração de um parque urbano, servindo como apoio ao projeto de regularização fundiária no território cigano, pois este caracteriza-se como um símbolo da vontade da comunidade cigana em se articular e fortalecer politicamente, pois seria o instrumento de comunicação entre os ciganos e os não ciganos. Dessa forma, solidificando a influência das comunidades e consequentemente suas requisições e demandas frente a sociedade, além de ser visto como um local para vencer a perda das tradições do grupo.

4 ESTUDO PRELIMINAR DE PARQUE URBANO

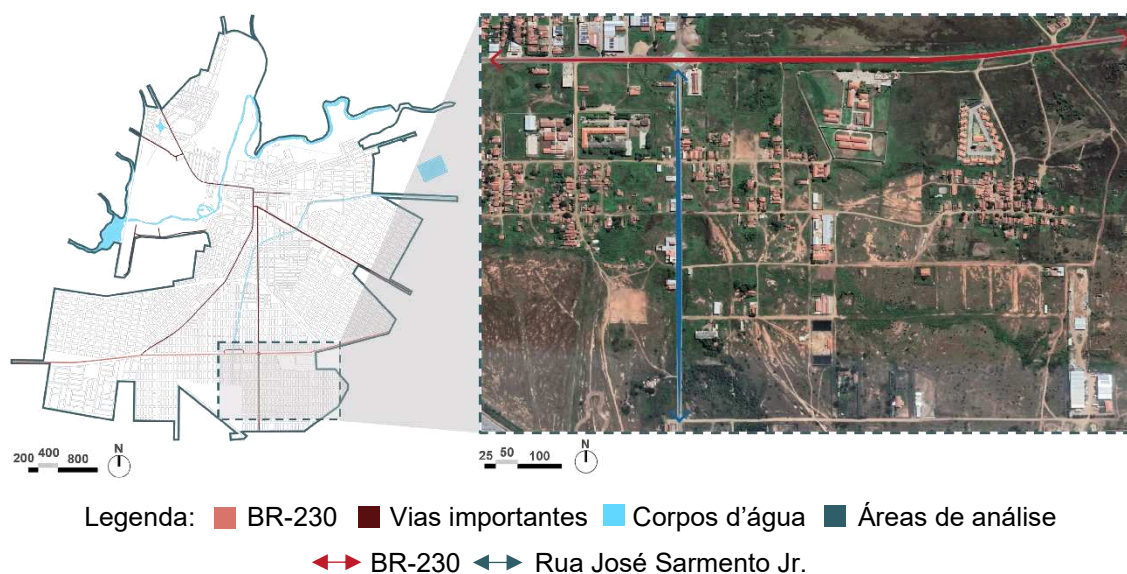
Frente às justificativas supracitadas, a seguir serão apresentadas as etapas para elaboração do estudo preliminar de parque urbano que engloba o CCDI e seu entorno imediato, sendo feito através do diagnóstico urbano da área que abrange as áreas usucapiendas do Rancho dos Ciganos, da análise dos estudos de referências projetuais e do terreno, e das condicionantes ambientais e legais que envolvem a área.

Ressalta-se que o estudo preliminar de parque urbano desenvolvido neste trabalho segue as orientações da NBR 6492:2021, que versa sobre a documentação para projetos de arquitetura e urbanismo. Assim, os documentos gráficos a serem produzidos nessa etapa inicial se detêm a planta de situação, planta geral de implantação, plantas individualizadas das edificações, cortes gerais, elevações e vistas. Estas podem ser vistas nos apêndices desse trabalho.

4.1 Diagnóstico urbano

O perímetro escolhido (Figura 21) para o diagnóstico urbano, responsável por identificar as potencialidades e carências da área a partir de sua morfologia, inclui as duas áreas que estão em processo de regularização fundiária citadas anteriormente, assim como a zona intermediária de ambas, a várzea das almas. Assim, além do entorno imediato do CCDI, toda a área em processo de regularização fundiária foi analisada porque os moradores dessas localidades são o público alvo do projeto em questão. Além disso, a análise engloba as imediações de um trecho da BR-230 e da Rua José Sarmento Júnior, principais eixos da área escolhida.

Figura 21 – Localização da área escolhida para o diagnóstico urbano



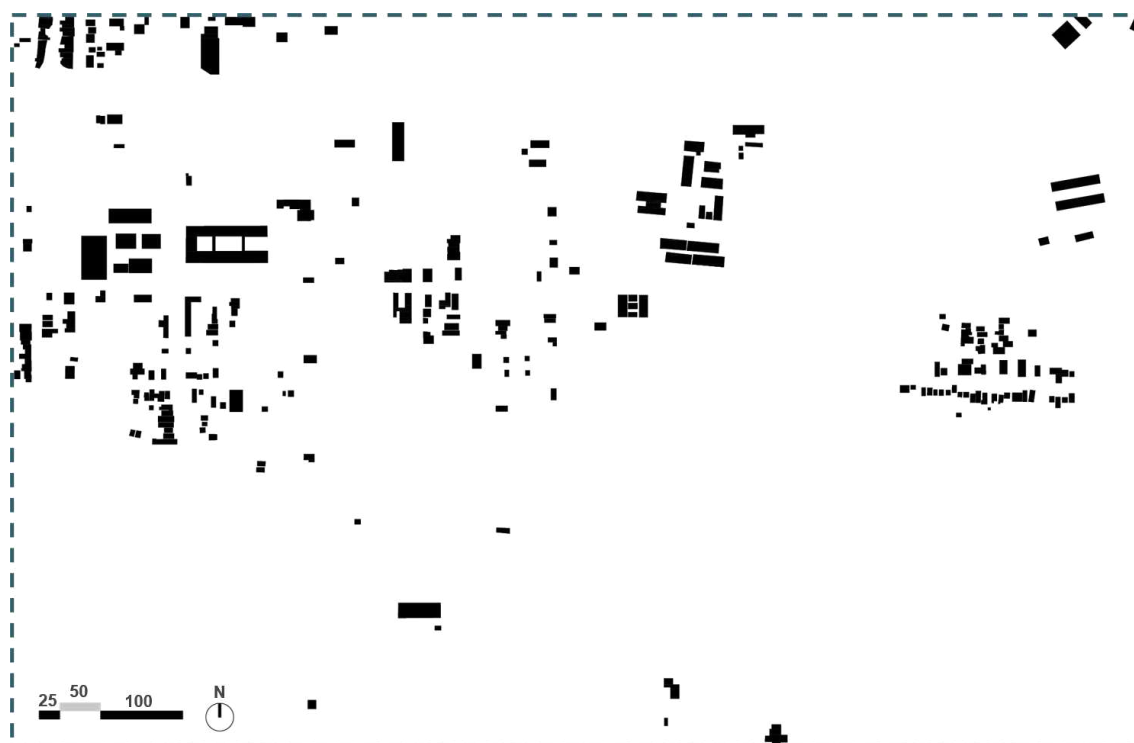
Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras de Sousa/PB, Google Earth, 2023. Fonte:
 Modificada pela autora, 2023.

A seguir, tem-se as análises da área feitas a partir de visitas ao local e levantamento fotográfico. Estas englobam apontamentos quanto ao crescimento, a ocupação, e os usos do solo, assim como a hierarquia viária e a pavimentação das ruas por meio da elaboração dos mapas temáticos com a técnica de figura-fundo.

4.1.1 Crescimento

De acordo com o comparativo entre os mapas temáticos dos anos de 2004 e 2023, períodos cujas imagens de satélite disponíveis eram mais antigas e mais recentes, respectivamente, percebe-se que o crescimento da área aconteceu de modo tímido (Figuras 22 a 23).

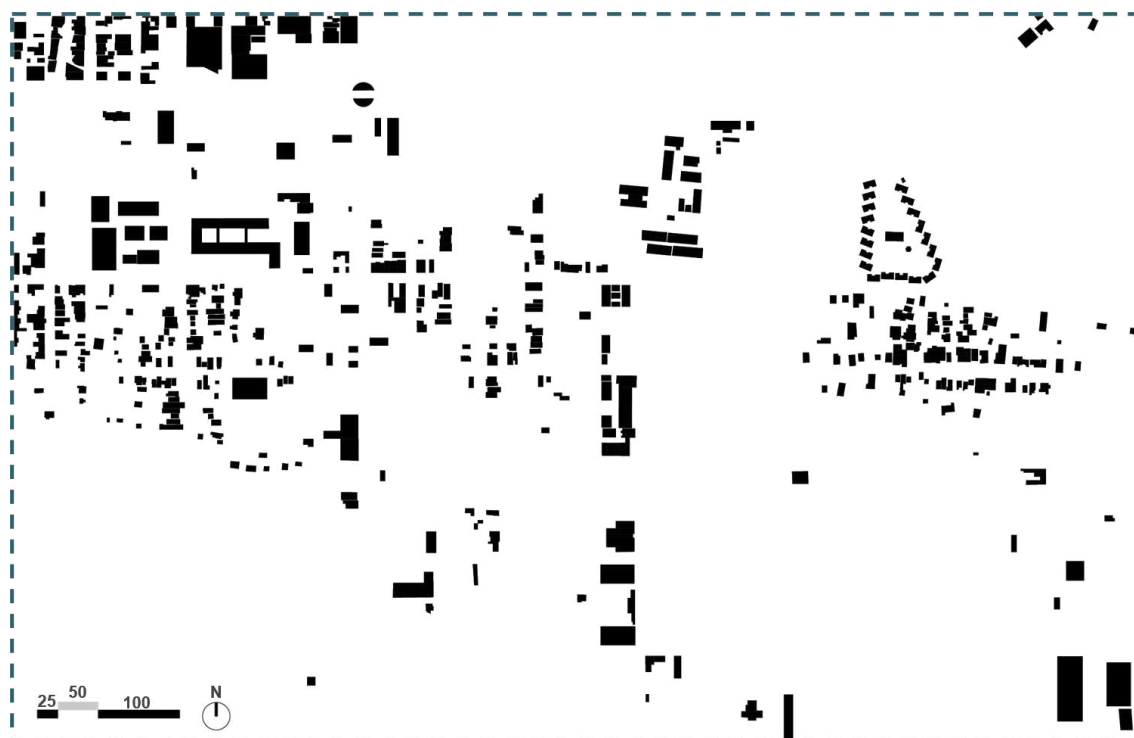
Figura 22 – Mapa de ocupação do ano de 2004



Legenda: ■ Construído □ Não Construído

Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Figura 22 – Mapa de ocupação do ano de 2023



Legenda: ■ Construído □ Não Construído

Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

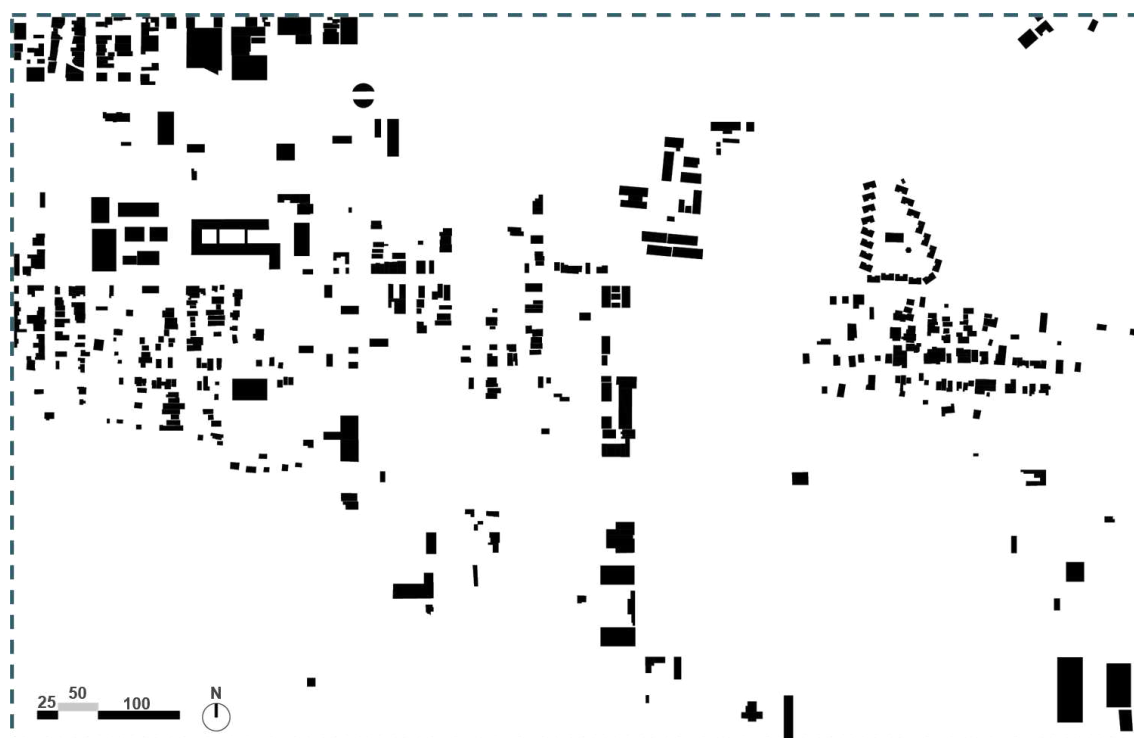
Nesse espaço temporal de quase 20 anos, nota-se na extremidade do lado direito a construção de algumas edificações em torno do miolo já consolidado do Rancho de Cima. Na área central, nas imediações da Rua José Sarmiento Júnior, houve um crescimento mais acentuado que a área anterior. Por fim, é no lado esquerdo superior do mapa (Figura 23) em que o crescimento aconteceu de modo mais sólido do que as demais áreas. Isso é explicado porque esse trecho corresponde a entrada na malha urbana formal do município, onde o tecido urbano já é mais consolidado.

Além disso, é possível perceber que nas áreas correspondentes ao Rancho de Cima e Rancho de Baixo, a disposição das edificações se dá de modo irregular, sem seguir o ordenamento da malha urbana linear proposto pelo município, tornando desorganizado o tecido urbano dessa área.

4.1.2 Ocupação

A partir do mapa temático de 2023, é possível perceber como o perímetro em questão está ocupado (Figura 24). Assim, vê-se que as extremidades mais próximas a BR-230 possuem edificações construídas, consideradas como espaços cheios, representados no mapa em cor preta. Enquanto isso, a medida que se afasta da mesma, na direção Sul, as áreas apresentam-se em grande quantidade com espaços não construídos, os vazios, representados na cor branca.

Figura 24 – Mapa de ocupação do ano de 2023



Legenda: ■ Construído □ Não Construído

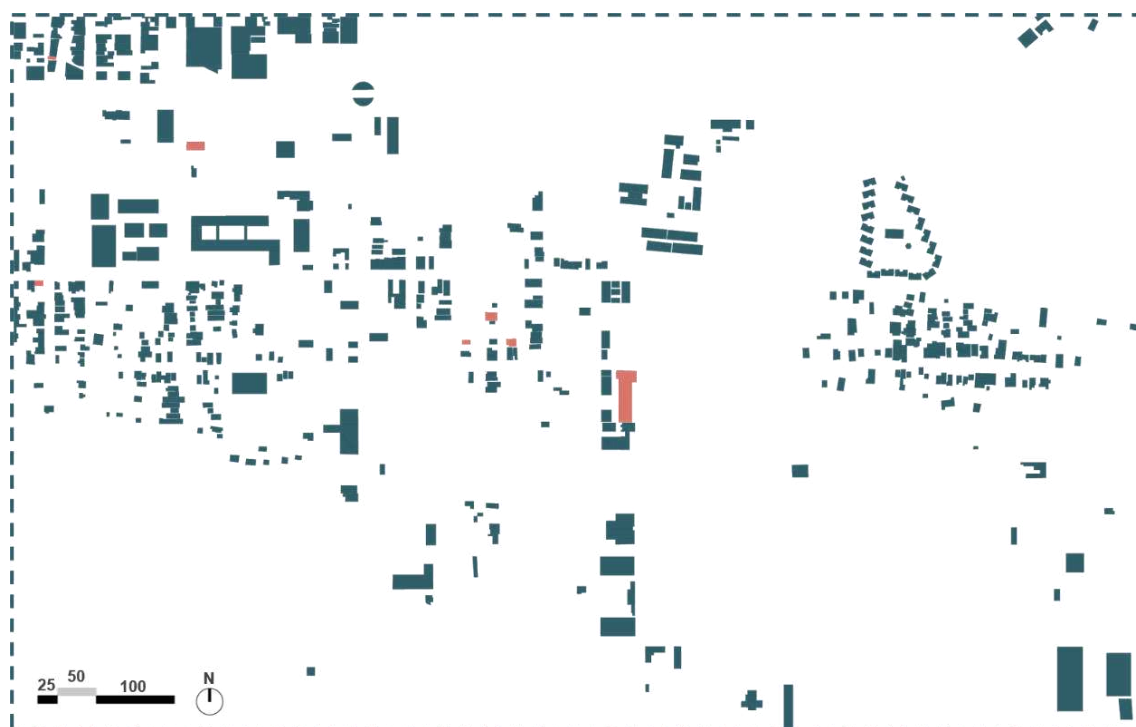
Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Através do mapa de ocupação é possível perceber que a área possui grandes áreas livres e, sabendo que esta é uma zona periférica do município de Sousa/PB não adensada e propícia a expansão urbana. Nesse sentido, torna-se uma área de potencial, cujo desenvolvimento pode vir através de um planejamento urbano ordenado que beneficie grande parte da população, podendo acontecer por meio da implantação de novos equipamentos públicos que diversifiquem os usos da área, tornando-a mais dinâmica, a criação de projetos habitacionais de qualidade, valorizando o morar com habitabilidade, entre outros.

4.1.3 Gabarito

Quanto ao gabarito das edificações (Figura 25), é possível identificar que a área é predominantemente horizontal, com edificações, em sua maioria, de apenas um pavimento. Poucas edificações correspondem a dois pavimentos, a exemplo das residências de médio padrão da área, localizadas nas imediações da BR-230, da Rua José Sarmiento Júnior e na área intermediária Várzea das Almas.

Figura 25 – Mapa de gabaritos em 2023



Legenda: ■ 1 Pavimento ■ 2 Pavimentos

Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Dito isto, percebe-se que o número de pavimentos está relacionado com a conexão entre o plano das ruas principais, e da área intermediária, visto que são localidades mais valorizadas, por possuir melhor infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos, do que as áreas destinadas aos ranchos.

4.1.4 Uso do solo e equipamentos urbanos

Observando o mapa de uso do solo (Figura 26), o perímetro estudado está inserido em uma faixa de transição, visto que na extensão da BR-230 o uso predominante é comercial e de prestação de serviços. Nota-se a partir da imagem que a área não possui apenas uma tipologia de edificações mas é, em sua maioria, voltada ao setor residencial unifamiliar. Em seguida, o uso predominante é o institucional, depois prestação de serviço, comercial, misto e lazer, respectivamente.

Figura 26 – Mapa de uso do solo em 2023



Legenda: ■ Comercial ■ Residencial ■ Institucional ■ Serviço ■ Misto ■ Lazer

Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Ao analisar os equipamentos urbanos que compoem esses usos, sejam estes públicos ou privados, percebe-se que a área estudada dispõe de pouca variabilidade de equipamentos (Figura 27). A maioria destes correspondem às atividades produtivas e de serviço, como lava-jato, oficina, fábricas ligadas ao setor da construção civil, e a Unidade Básica de Saúde (UBS) Sorrilândia III. Quanto ao setor institucional, destaca-se a esfera educacional, pois é atendida por instituições das três esferas: a Escola Municipal Irmã Maria Iraides Holanda Lavour, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Celso Mariz e o Instituto Federal da Paraíba. Ainda no setor institucional, destaca-se a Colônia Penal Agrícola do Sertão, a casa para idosos Cidade Madura e o Centro de Recuperação para Dependentes Químicos (ARADEQ).

Figura 27 – Mapa de equipamentos urbanos, serviços e comércio, 2023



Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

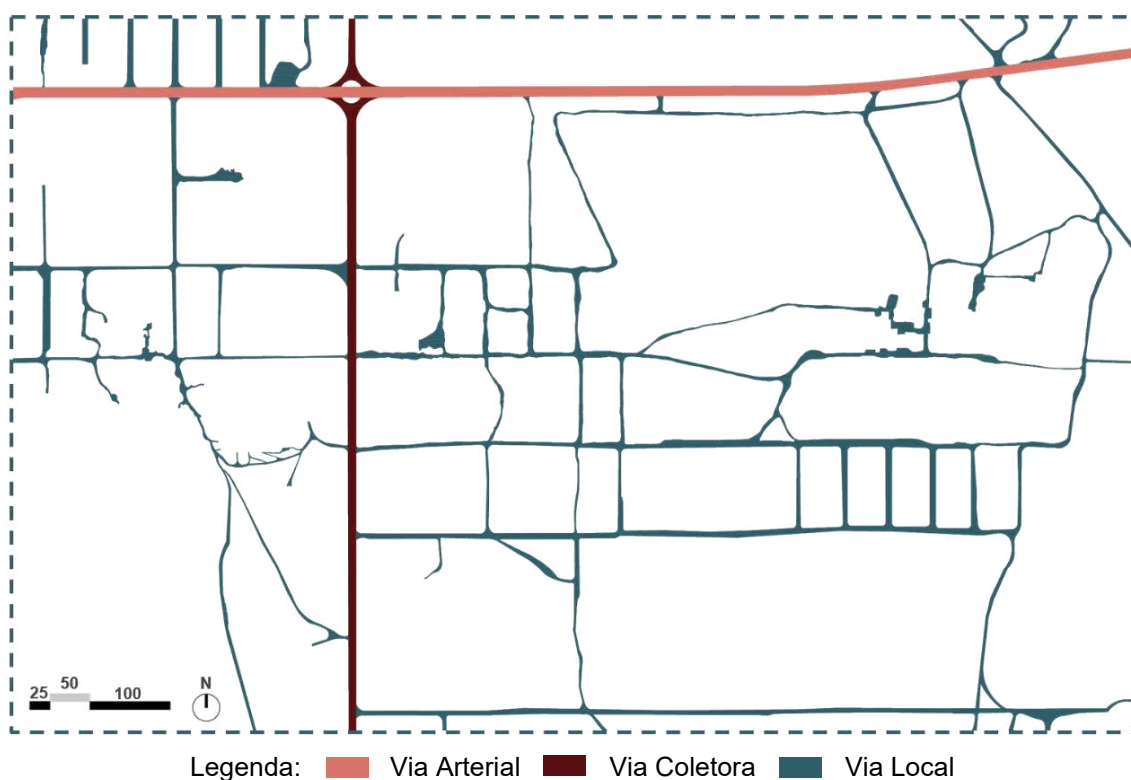
Por outro lado, o setor mais escasso no bairro é o de lazer, pois só há na área o espaço do Society do Careca como equipamento recreativo, e alguns campos de futebol improvisados. Assim, áreas de recreação e espaço verde que possibilitem permanência, espaços de sombra e microclimas agradáveis são quase inexistentes. Além disso, o setor de abastecimento também é escasso, porque a área não possui equipamentos de venda de alimentos para abastecer a população, como mercadinhos, lanchonetes, quiosques, entre outros.

Apesar de poucos, percebe-se que esta área possui equipamentos que são de influência no município, tornando viável criar uma zona para atrair fluxos de comércio e lazer, e conseqüentemente, de pessoas.

4.1.5 Hierarquia viária

Na Lei Nº 9.503 que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as vias urbanas são caracterizadas como de trânsito rápido, arterial, coletora e local. Nesse sentido, a partir da análise da hierarquia das vias (Figura 28), vê-se que a área é delineada por uma via arterial, esta que é a BR-320, possibilitando o tráfego intraurbano e entre cidades. Esta é uma via de fluxo intenso, em que a velocidade máxima permitida dentro da cidade é de 50km/h. Ainda, tem-se a presença de duas vias coletoras, a Rua Norival Dantas Gadelha, ao Norte da divisão feita pela BR-230, e a Rua José Sarmiento Júnior, ao Sul da divisão feita pela BR-230, sendo estas as responsáveis principais por distribuir o trânsito da via arterial no local. Estas são vias de fluxo moderado, em que a velocidade máxima permitida é de 30km/h. Além destas, a área possui as vias locais de fluxo lento, sendo o tipo que predomina no bairro. Estas são destinadas apenas para acessos locais.

Figura 28 – Mapa de Hierarquia Viária, 2023

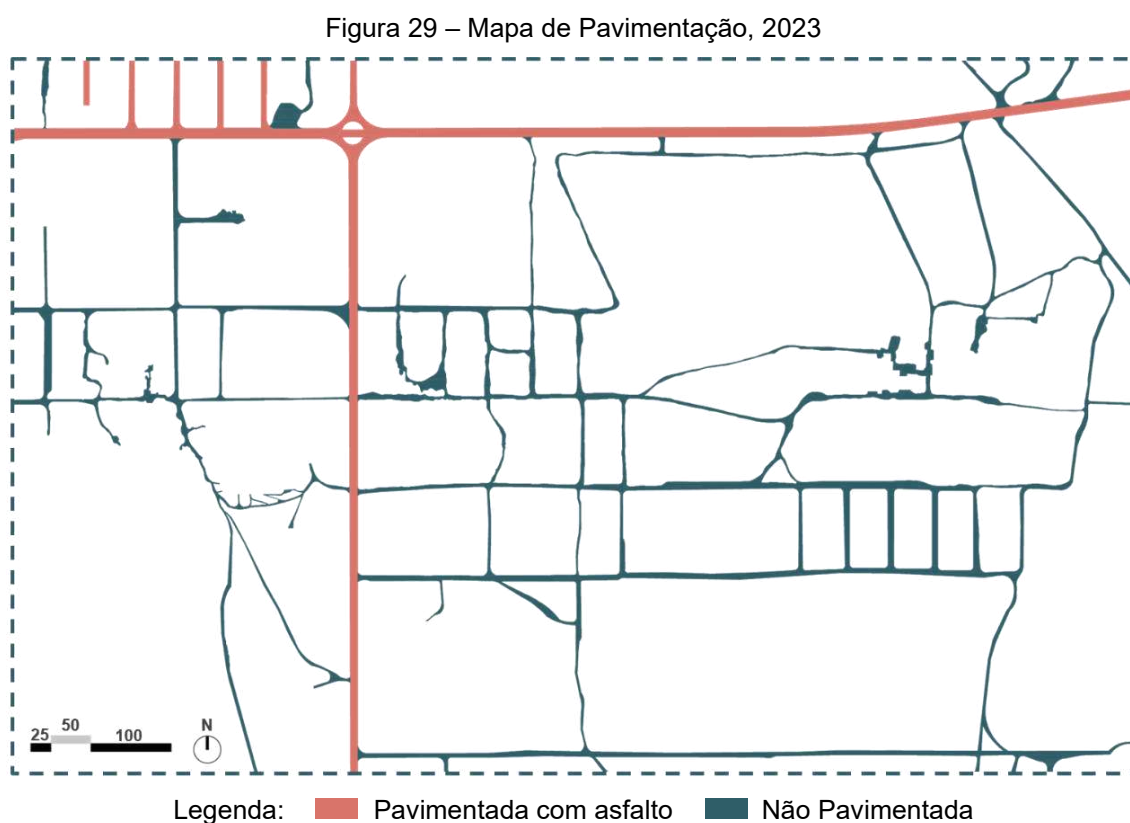


Banco de dados: Google Earth, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Percebe-se ainda a presença de muitas vias que são originárias de traços comportamentais, fruto de locomoções diárias por locais não formais, distribuindo-se de modo orgânico no terreno.

4.1.6 Pavimentação

Com base no mapa de pavimentação (Figura 29), compreende-se que a via arterial, a BR-230, e as vias coletoras, a Rua Norival Dantas Gadelha e a Rua José Sarmiento Júnior (Figura 20), são as poucas ruas pavimentadas com asfalto, além de alguns trechos na posição superior esquerda do mapa, correspondente a uma parte da cidade formal. Enquanto isso, as demais vias da área não são pavimentadas com nenhum tipo de material, ou seja, são ruas de terra.



Banco de dados: Google Maps, 2023. Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Vale ressaltar que muitos moradores do Bairro Jardim Sorrilândia III e das áreas adjacentes, utilizam as duas vias principais citadas como espaço para a realização de atividades físicas, como caminhada e corrida. Na BR-230, utilizam o acostamento da via para esta prática, enquanto que na Rua José Sarmiento Júnior dividem as faixas

de rolamento com o intenso fluxo de veículos, visto que não possuem espaços exclusivos para esse tipo de prática.

4.2 Estudos de referência

Visando expandir os conhecimentos acerca de construções flexíveis, de multiuso e para uma coletividade, realizou-se pesquisas sobre espaços públicos como praças, parque urbano e centro comunitário. Dentre essas temáticas, foram escolhidas o Centro Comunitário de El Rodeo de Mora, A Praça da Saudade e o Parque Recreativo Venecia / Jaime Alarcón Fuentes.

4.2.1 Centro Comunitário de El Rodeo de Mora

O projeto analisado trata-se de um centro comunitário feito no ano de 2016 pelo Fournier_Rojas Arquitectos, um grupo que trabalha pro bono na elaboração de projetos sociais e ambientais de relevância. O local abrange uma área de 750m² na cidade Colón, na Costa Rica. A edificação serve a comunidade rural chamada de El Rodeo, atuando como um ponto central multiuso para a realização de eventos importantes, como casamentos, bailes, apresentações, entre outros (Figura 30).

Figura 30 – Vista exterior do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

O salão existente anteriormente encontrava-se em péssimo estado de conservação, assim, pensou-se em uma nova educação que conversasse com as necessidades da comunidade. Assim, urge o primeiro conceito do projeto: a responsabilidade. Era necessário um marco que reforçasse o sentido de comunidade através da convivência, assim, fez-se uma arquitetura alta e não convencional em sua forma, integrando-se a paisagem do entorno (Figura 31).

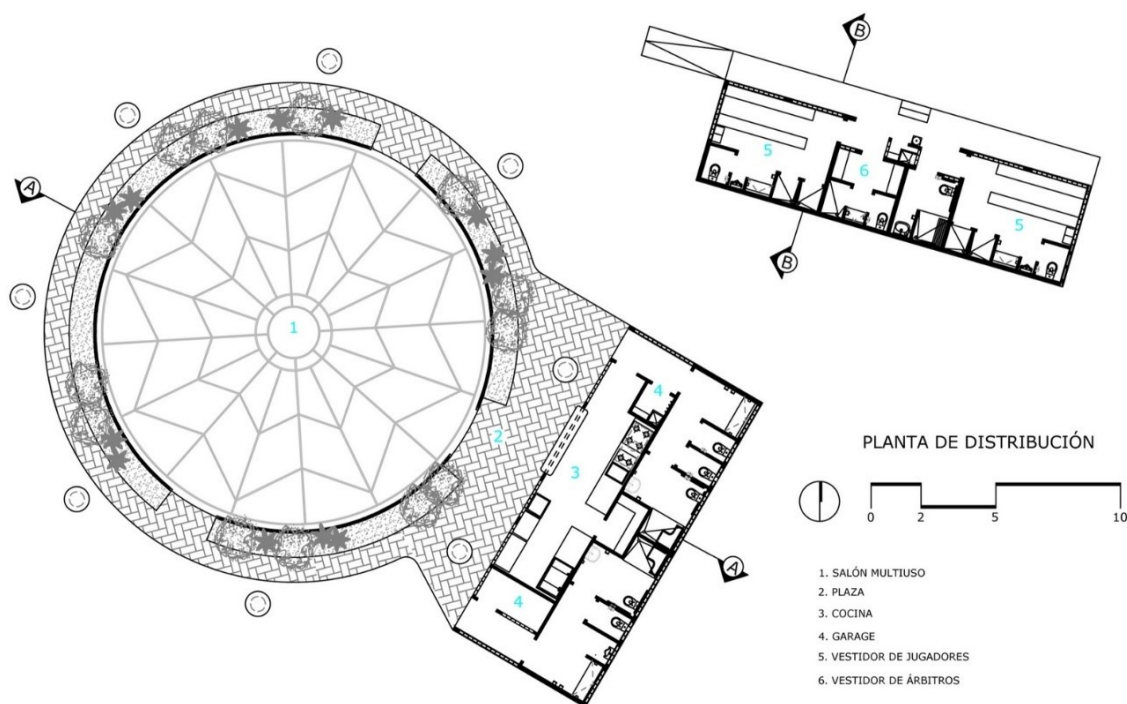
Figura 31 – Centro Comunitário de El Rodeo de Mora rodeado pela paisagem natural



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

O segundo conceito abordado foi a diligência, concebendo uma planta de fácil compreensão e flexibilidade (Figura 32). O prédio conta com um salão principal circular cujo vão livre se adapta a vários tipos de eventos e atividades, uma praça que circunda o edifício principal e um anexo de apoio, este que consta com uma cozinha, vestiários e garagem.

Figura 32 – Planta de distribuição do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

De mesmo modo, o terceiro ponto é a sustentabilidade, visto que a comunidade é quente e úmida, a edificação deveria proporcionar boa ventilação e iluminação, com materiais de baixa manutenção. Assim, utilizaram cobogós no estilo colmeia visto que não precisa de acabamentos. Quanto ao revestimento das outras paredes, foi feito de modo artístico a partir de painéis de azulejo desenhados por crianças da comunidade (Figura 33).

Figura 33 – Paredes de cobogó e azulejos do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

Ainda, a cobertura é feita de telha de fibrocimento, que é termoacústica e dispensa o uso de forro, reduzindo os custos (Figura 34). Essa cobertura disposta de forma dinâmica traz o sentido de leveza e liberdade para o local. Na Figura 35, pode ser visto o corte da edificação com a estrutura da coberta à mostra, evidenciando sua altura e as várias águas intercaladas. Ao lado, vê-se o corte do anexo do salão principal, também em cobertura de estrutura metálica, mas com altura equivalente ao vão circular principal. O restante da estrutura foi executada em concreto armado.

Figura 34 – Vista interna da cobertura do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

Figura 35 – Corte do Centro Comunitário de El Rodeo de Mora



Fonte: Archdaily Brasil, 2017.

Isto posto, essa construção se solidifica como um exemplo de boa arquitetura pública, de baixo custo e com um programa de necessidades que se adapta a diversas

demandas da comunidade, fomentando o progresso social e cultural do local. Esses são valores que se relacionam com a proposta de reforma e ampliação do CCDI e do seu entorno, visto que a comunidade cigana necessita de um espaço flexível a diversas funções e que dialoguem com a sua cultura. Além disso, para se encaixar na realidade construtiva e econômica da cidade, é preciso que o projeto seja feito com materiais e propostas simples, mas fugindo da obviedade, assim como o Centro Comunitário de El Rodeo.

4.2.2 Praça da Saudade

O projeto Praça da Saudade foi feito pelo grupo Natureza Urbana no ano de 2020. A proposta conta com uma área de 6693m² localizado em São Luís no Maranhão. Este é fruto de uma revitalização do Centro Histórico da cidade através da participação da população, esta que pontuou suas demandas para a elaboração do programa de necessidades da praça (Figura 36).

Figura 36 – Vista geral da Praça da Saudade



Fonte: Archdaily Brasil, 2022.

Este equipamento localiza-se próximo a um cemitério e era utilizada como ponto de comércio de flores. Todavia, a área estava deteriorada e ocupada de modo irregular, com escasso uso para as funções de lazer, comércio, interação, entre outros. Assim, o escritório visou projetar um local com coesão, unidade e organização, tornando possível a integração dos mobiliários, das bancas de comércio, dos pontos de táxi, das áreas verdes e dos caminhos (Figura 37).

Figura 37 – Vista superior da Praça da Saudade mostrando sua integração



Fonte: Archdaily Brasil, 2022.

A planta da praça mostra a fluidez dos espaços, que a partir de formas geométricas não convencionais, origina-se caminhos e espaços dinâmicos. Essa característica é reforçada pelas cores amarelo e vermelho claro presentes do chão do local. O programa de necessidades inclui módulos de quiosques para comércio, áreas cobertas, parque infantil, área para eventos temporários e estruturas em forma de arquibancada para atender aos floristas que trabalhavam no local (Figura 38). Além disso, a área apresentava aridez de vegetação e grandes áreas cimentadas. Por isso, foi implantado morrotes que multiplicassem os espaços naturais.

Figura 38 – Planta de distribuição da Praça da Saudade



Fonte: Archdaily Brasil, 2022.

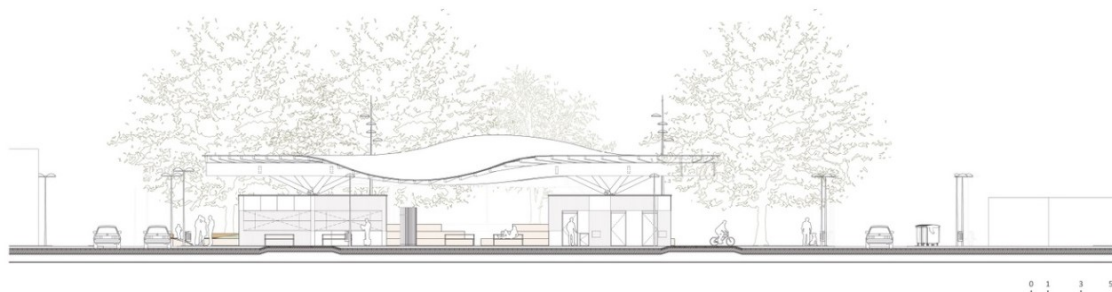
Para sombreamento dos ambientes, foram feitas estruturas de madeira lamelada colada, cuja forma foi feita de modo orgânico de forma a emular os Lençóis Maranhenses (Figura 39). Na Figura 40 é possível perceber o perfil dos quiosques cobertos por uma dessas estruturas, assim como sua escala e, ao fundo, as arquibancadas, mostrando respeito com o gabarito do entorno.

Figura 39 – Cobertura em madeira colada dos quiosques da Praça da Saudade



Fonte: Archdaily Brasil, 2022.

Figura 40 – Perfil da Praça da Saudade



Fonte: Archdaily Brasil, 2022.

Assim, esse projeto relaciona-se com a proposta de reforma e ampliação do CCDI visto que diz respeito a uma área anteriormente abandonada e degradada que ganhou novos usos, servindo a demanda da comunidade, esta que participou ativamente da montagem do programa de necessidades. Desse modo, simboliza uma referência de projeto participativo. Ainda, exemplifica como propor caminhos em grande área de modo a não deixar os passeios monótonos através do uso de cores e formas, e como inserir vegetação entre áreas cimentícias.

4.2.3 Parque Recreativo Venecia / Jaime Alarcón Fuentes

O projeto em questão foi feito pelo escritório Jaime Alarcón Fuentes no ano de 2014. Com uma área de 8400m², localiza-se em Temuco no Chile. O Parque Recreativo de Venecia (Figura 41) é uma iniciativa pública que visa revitalizar algumas localidades precárias da cidade através de ações socio urbanas. O parque surge com a prerrogativa de dirimir a carência de espaços públicos de lazer, recreação e esporte no bairro onde se localiza. Assim, o processo de projeto foi feito a partir de uma dinâmica colaborativa, em que os cidadãos participaram na elaboração das ideias para que os seus usos coletivos e individuais fossem abarcados no projeto.

Figura 41 – Vista geral do Parque Recreativo de Venecia



Fonte: Archdaily Brasil, 2015.

Dessa forma, o programa de necessidades do parque abarcou espaços infantis com brincadeiras típicas do Chile, visando incentivar a cultura e tradição local (Figura 42), *playground* e espaços de jogos divididos por idade, um palco para apresentações com suporte de energia elétrica, assim como várias plataformas para realizar piqueniques urbanos e servir como forma de drenagem do local, visto que se aproveitou dos desníveis mais baixos para isso (Figura 43).

Figura 42 – Espaço recreativo do Parque Recreativo de Venécia



Fonte: Archdaily Brasil, 2015.

Figura 43 – A esquerda, plataformas do Parque Recreativo de Venécia



Fonte: Archdaily Brasil, 2015.

Ainda, o parque possui um campo multiuso envolto por elementos naturais, este que se destina a utilização por meio de escoteiros e em atividades escolares, além de uma área de dunas de grama, trazendo dinamicidade para o ambiente (Figura 44).

Figura 44 – Área de dunas do Parque Recreativo de Venécia



Fonte: Archdaily Brasil, 2015.

Quanto as formas e materiais, percebe-se que a simplicidade está presente no local, mas utilizada de forma criativa. Elementos naturais como pedra, madeira, areia e vegetação compõem grande parte desses materiais, se integrando com outros componentes como o aço e o cimento. Apesar das formas mais retilíneas, o contraste das cores, materiais e proporções tornou os locais do parque ativos e interessantes (Figura 45).

Figura 45 – Vista superior do Parque Recreativo de Venecia evidenciando as diferenças de materiais, cores e formas do local



Fonte: Archdaily Brasil, 2015.

Portanto, o parque se relaciona com a proposta do estudo preliminar de parque urbano na comunidade cigana, porque nasceu com o conceito de servir como uma grande sala de estar que agrega a família e incentiva o uso recreativo pelas crianças, visto que as residências do local não possuíam esse espaço. De igual modo, é importante esse significado de reunião e encontro para fortalecer os vínculos de comunidade no Rancho dos Ciganos, ainda mais em um local onde a família é valorizada. Ainda, a proposta de ambos os espaços é conceber identidade a um local esquecido, utilizando-se de elementos naturais e não naturais, formas curvas e retas, e diversas escalas para isso.

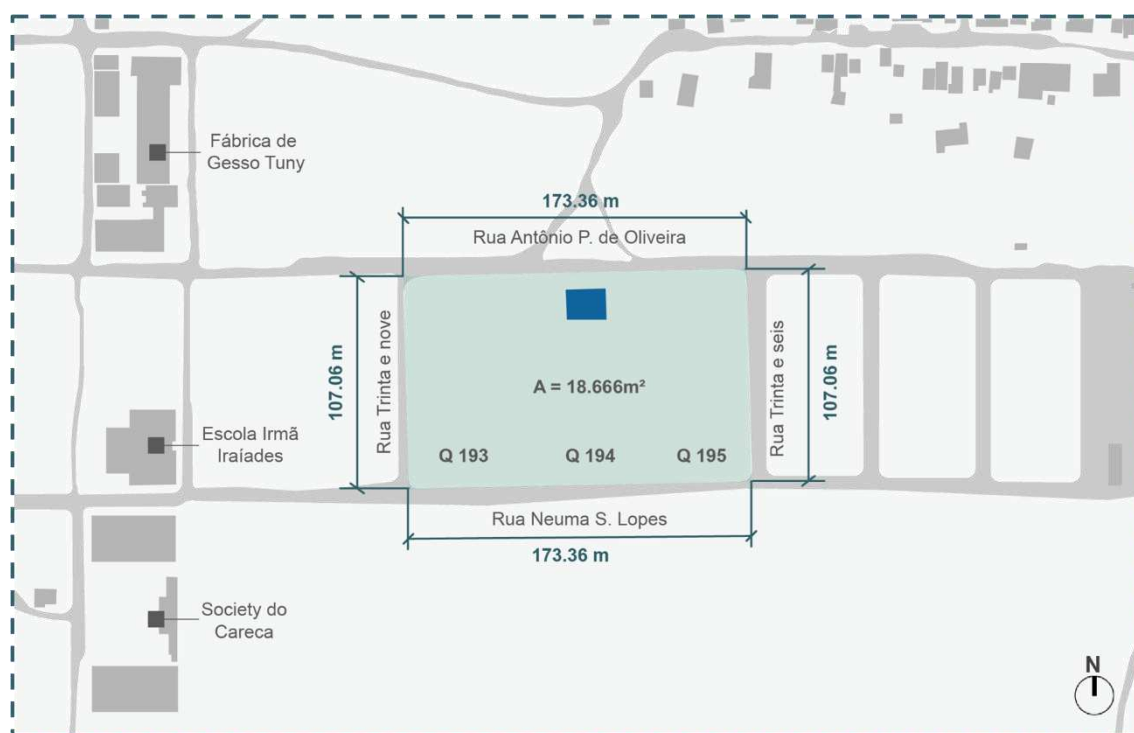
4.3 Condicionantes projetuais

As condicionantes projetuais são basilares para nortear as decisões e intervenções do estudo preliminar de parque urbano, visto que englobam a análise do sítio, ou seja, o estudo do terreno e seu entorno, assim como as condicionantes bioclimáticas do local e as legislações projetuais que atuam no município.

4.3.1 Análise do sítio

O terreno escolhido para o projeto diz respeito a quadra 193, 194, onde o CCDI se localiza, e a quadra 195 da cidade de Sousa/PB. Estas representam uma área total de 18.666m^2 , cujas medidas são de $107.67\text{m} \times 173.36\text{m}$. Com um formato retangular, abarca três quadras e reivindica uma grande área cujas faces maiores são voltadas pra o Norte, na Rua Antônio Pires de Oliveira, e para o Sul, na Rua Neuma Sarmento Lopes (Figura 46). Ainda, o terreno é próximo da Rua José Sarmento Júnior, uma via de importante distribuição dos fluxos da BR-230.

Figura 46 – Informações do Terreno

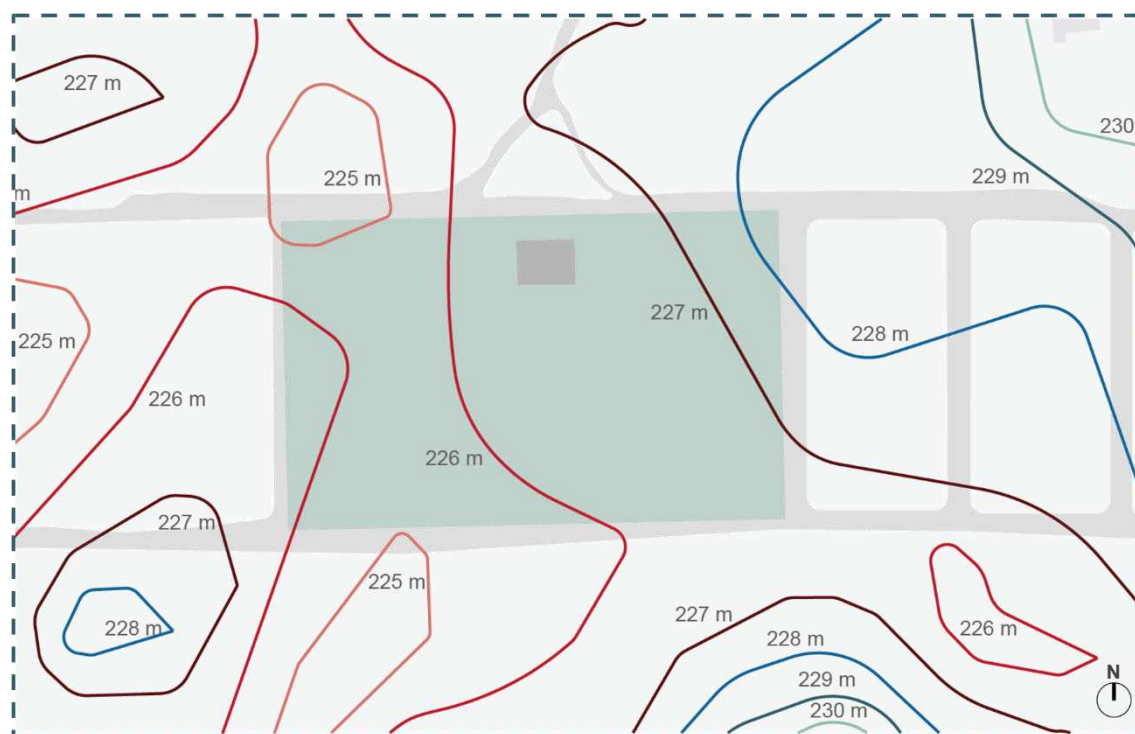


Legenda: ■ Terreno do projeto ■ CCDI

Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Em relação a sua topografia, a área do terreno é quase plana, dividindo-se em 3 metros de diferença de cota. Todavia, a grande maioria do terreno encontra-se na cota de 226 metros enquanto que pequenas parcelas de duas extremidades (Leste e Norte) do terreno correspondem às cotas de 225 metros e 227 metros (Figura 47).

Figura 47 – Topografia do Terreno



Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Quanto à vegetação, o terreno é árido de espécies nativas, sendo composto apenas de forração e algumas vegetações rasteiras, representando uma grande área livre (Figura 48).

Figura 48 – Área livre ao redor do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

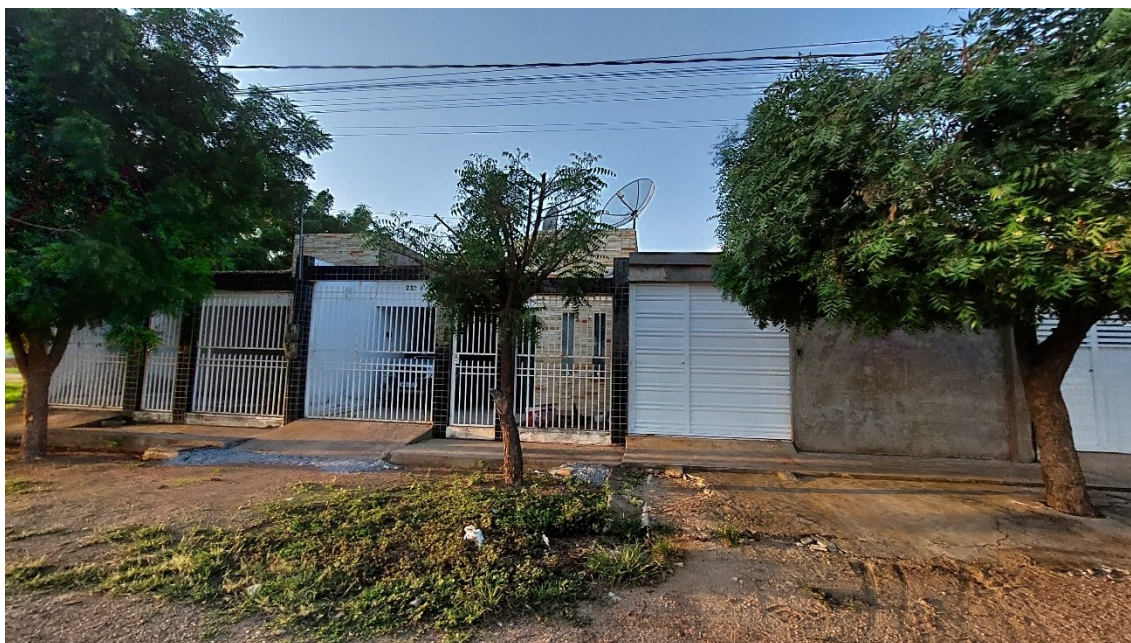
O entorno imediato do terreno é marcado pela precariedade na infraestrutura do acesso principal, visto que a Rua Antonio Pires de Oliveira não é pavimentada (Figura 49), assim como há uma variedade nas tipologias edílicas das edificações, que alternam entre baixo e médio padrão (Figuras 50 a 51).

Figura 49 – Acesso principal do terreno



Fonte: Autora, 2023.

Figura 50 – Edificação próxima ao CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Figura 51 – Edificações próximas ao CCDI



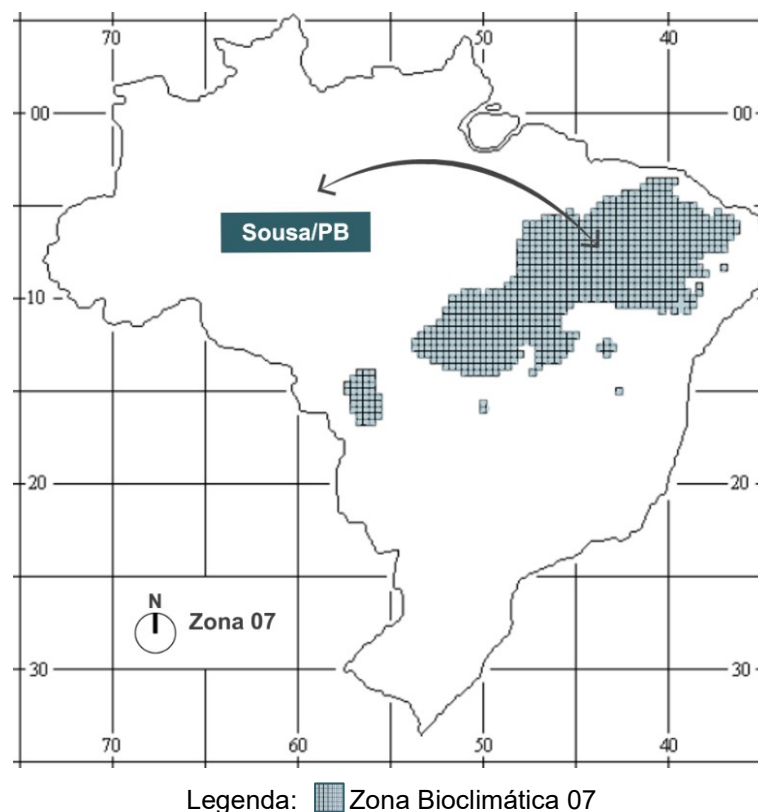
Fonte: Autora, 2023.

4.3.2 Estudos bioclimáticos

A partir da NBR 15220 (ABNT, 2005), Sousa/PB encontra-se inserida na Zona Bioclimática 07 (Figura 52), cuja característica é possuir um clima quente e seco, com chuvas no inverno. Nesse contexto, a cidade de Sousa/PB é árida em chuvas, essas

que se concentram em um único período do ano. Por isso, a cidade enfrenta uma crise hídrica que dificulta o abastecimento de água, causando um racionamento da mesma.

Figura 52 – Localização de Sousa/PB na Zona Bioclimática 07

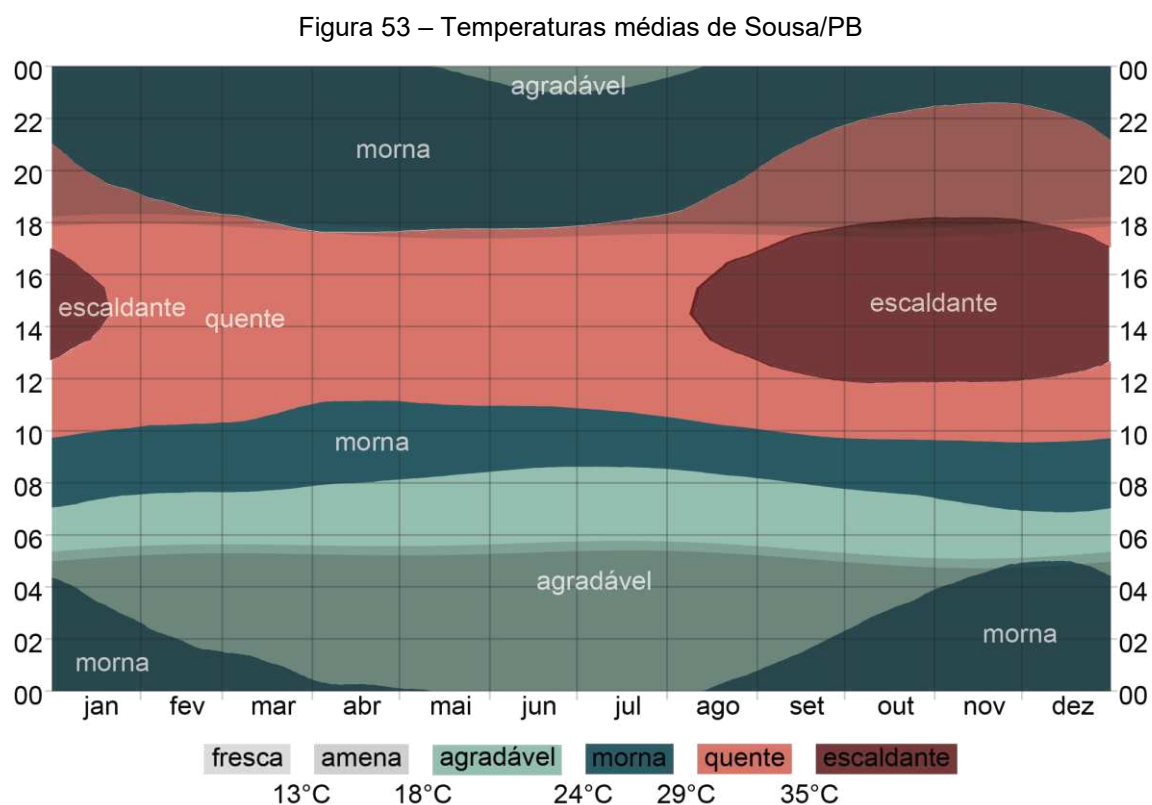


Banco de Dados: NBR 15220 (ABNT, 2005). Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Para esta pesquisa serão utilizados dados encontrados em São Gonçalo, um distrito de Sousa/PB a 14,3km da mesma, pois nele encontra-se uma estação de dados meteorológicos do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) da região, estes que foram reunidos entre os anos de 1981 a 2010. além disso, outras informações foram colhidas pela Weatherpark com base em análises, estatísticas, horários, relatórios, históricos e reconstruções de modelo desde o dia 1 de janeiro de 1980 ao dia 31 de dezembro de 2016.

Durante todo o ano acontece variações significativas na temperatura do município, entre 20 °C a 38 °C. Todavia, de acordo com os dados do INMET a temperatura média anual corresponde a 26,63° C. Durante quase 4 meses, o município tem a sua estação quente concentrada entre Setembro e Dezembro, com temperatura média diária acima de 37°C. Em relação a estação fresca, Sousa/PB tem 4 meses, entre março e junho, cuja temperatura máxima diária é inferior a 33°C. Ainda

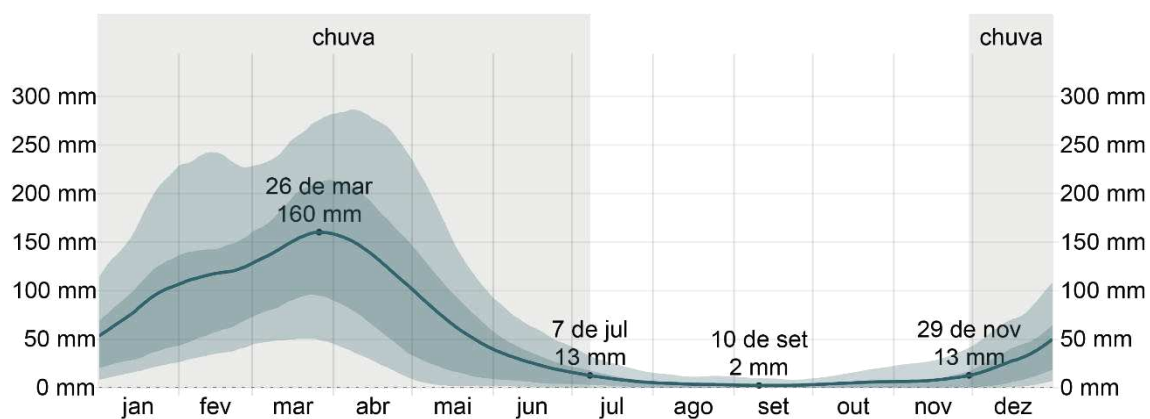
assim, como pode ser visto na Figura 53, que representa as temperaturas médias a partir do horário durante os meses do ano, em que as linhas horizontais representam a hora e as linhas verticais os dias do ano, vê-se que mesmo na época fresca, períodos entre 12h00min e 20h00min a temperatura encontra-se quente, resfriando apenas na madrugada.



Banco de Dados: Weatherspark, 2016. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Em relação às chuvas no município, sabe-se que o período chuvoso corresponde aos meses de começo de dezembro ao começo de julho, tendo o mês de março como o mais chuvoso, com média de 151mm de precipitação. Enquanto isso, o período de escassez de chuva é do começo de julho ao final de novembro, sendo setembro o mês menos chuvoso, com uma média de 2mm de precipitação (Figura 54).

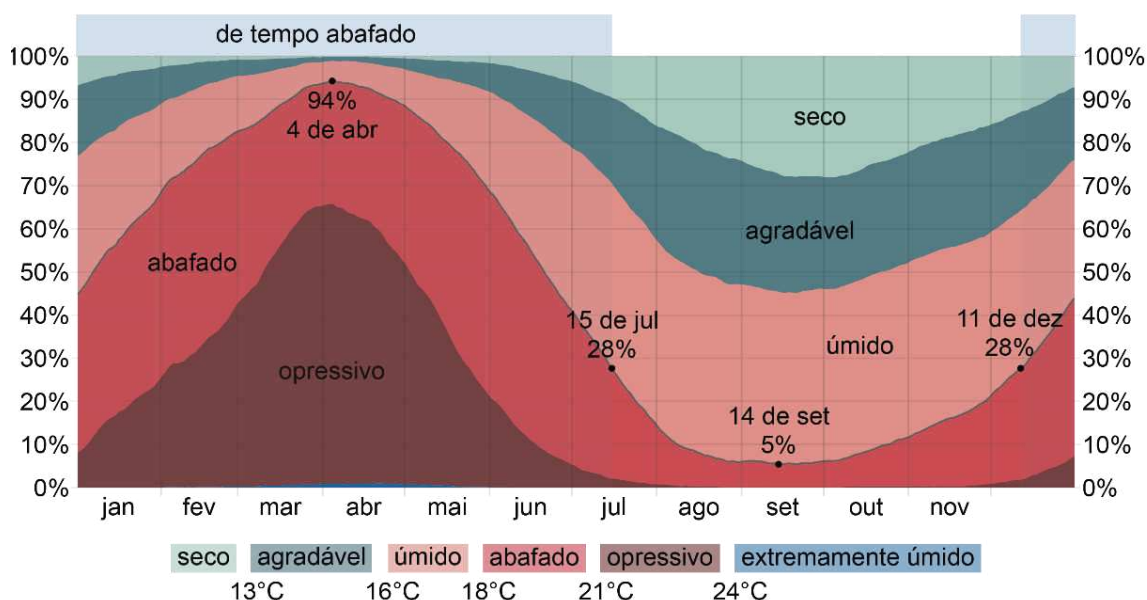
Figura 54 – Chuvas em Sousa/PB



Banco de Dados: Weatherspark, 2016. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Ao comparar essas informações com o gráfico da umidade no município (Figura 55), tem-se que os meses mais chuvoso são também os que apresentam nível de conforto mais abafado, opressivo ou extremamente úmido, sendo abril o mês com dias mais abafados. Enquanto isso, o mês menos chuvoso é também o mês menos abafado.

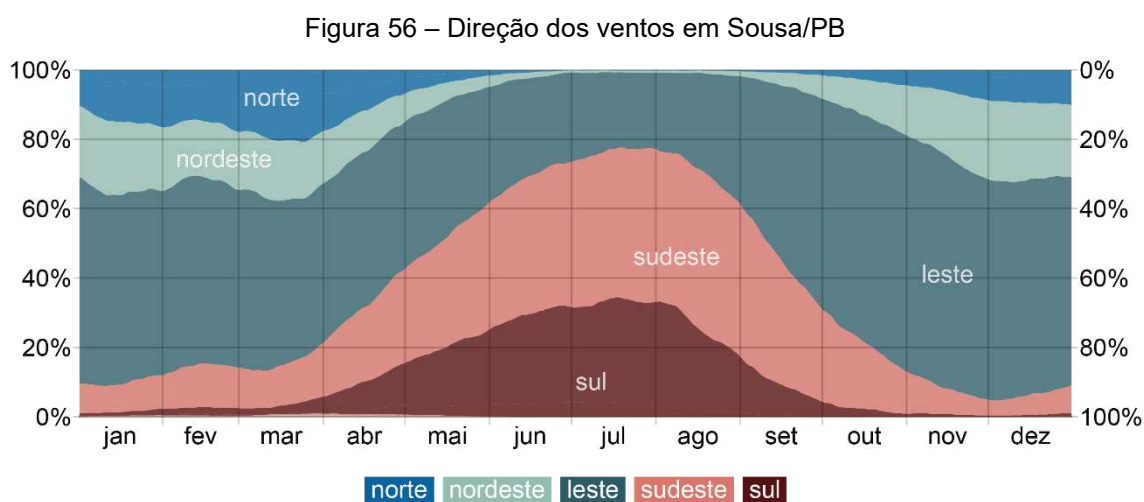
Figura 55 – Umidade em Sousa/PB



Banco de Dados: Weatherspark, 2016. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Sobre os ventos na cidade, estes sofrem variações sazonais significativas anualmente, todavia, os ventos predominantes são advindos do Leste. Os meses de mais ventos é de junho a janeiro, sendo outubro o mês de vento mais forte com uma média de 20km/h de velocidade. Enquanto isso, os ventos mais calmos encontram-se

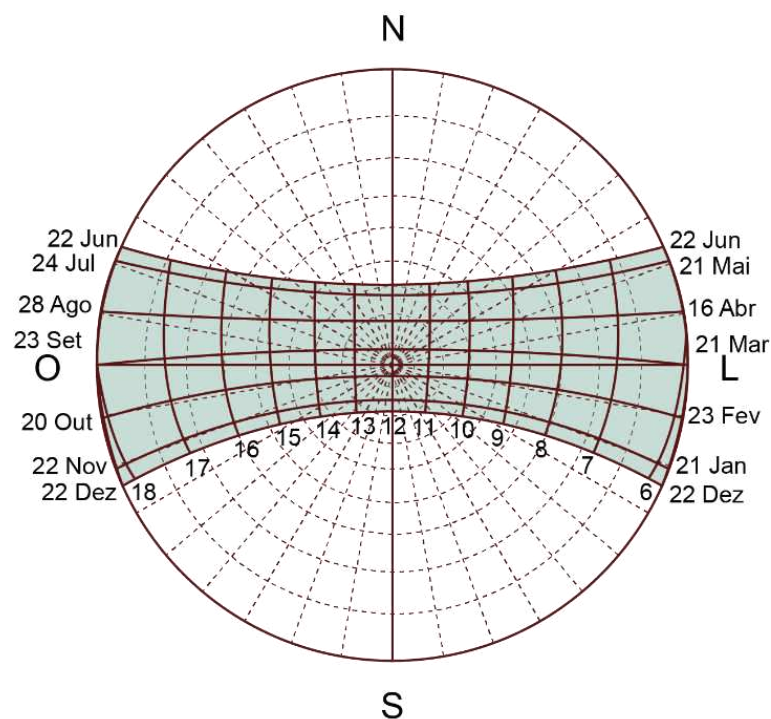
entre 5 de janeiro a 17 junho, sendo abril o mês com ventos mais amenos, chegando a 10,7km/h de velocidade. O gráfico abaixo representa a porcentagem de horas cujo vento possui direção média de cada uma das direções cardeais de vento, com exceção dos momentos em que a velocidade média do vento é inferior a 1,6km/h. Ainda, nas regiões mais esmaecidas do gráfico, ou seja, nas interseções, é indicado a porcentagem de horas passadas nas direções intermediárias implícitas. No caso de Sousa/PB, além de Leste, possui alternâncias entre sudeste e nordeste (Figura 56).



Banco de Dados: Weatherspark, 2016. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Através da carta solar foi possível entender o percurso do sol desde a nascente até o poente, em todos os meses do ano na cidade de Sousa/PB (Figura 57). No solstício de inverno, correspondente a linha de 22 de junho, é o período do ano em que o sol nasce mais tarde, por volta das 6h:15min e se põe mais cedo, às 17h:50min. Quanto ao solstício de Verão, correspondente a linha de 22 de dezembro, tem-se o período do ano em que o sol nasce mais cedo, por volta das 5h:40min e se põe mais tarde, por volta das 18h:20min.

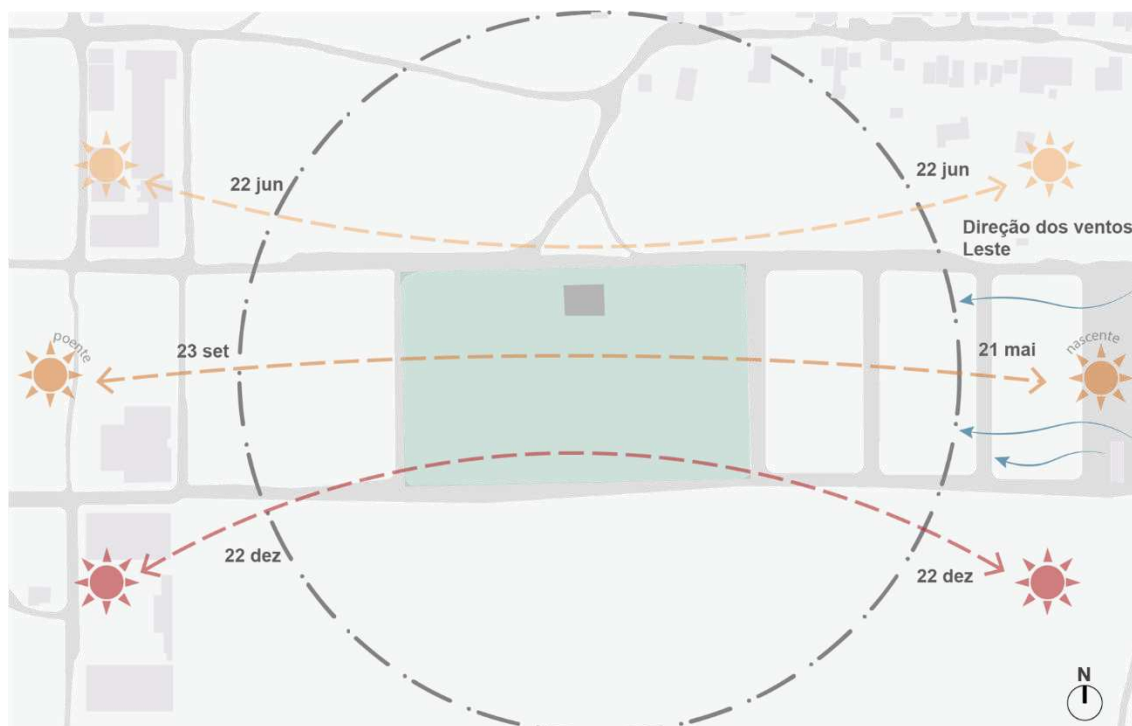
Figura 57 – Direção dos ventos em Sousa/PB



Banco de Dados: Analysis SOL-AR, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Assim, aplicando a carta solar do município no terreno escolhido (Figura 58), percebe-se que a área recebe uma forte incidência solar durante todo o ano. A lateral oeste do terreno corresponde a parte mais quente do mesmo, visto que recebe a incidência solar do poente. Ainda, na lateral leste, apesar de mais amena, a incidência solar da nascente está sobre a mesma durante todo o ano. Além disso, é esta a lateral em que os ventos predominantes da cidade perpassam.

Figura 58 – Carta solar e direção dos ventos aplicadas no terreno



Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

A partir das condicionantes climáticas apresentadas será possível delinear estratégias projetuais para o estudo preliminar de parque urbano. De acordo com a norma de desempenho térmico, a NBR 15520-3, segue-se algumas orientações:

Tabela 01 – Estratégias Bioclimáticas para projeto em Sousa/PB

ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS	
SOMBREAMENTO	As aberturas devem ser pequenas e sombreadas o ano inteiro, principalmente nas horas mais quentes do dia, podendo ser através de beirais, brises, pérgolas, cobogós e vegetação;
VENTILAÇÃO	A ventilação deve ser seletiva no verão, cruzada e é interessante que haja chaminés de ventilação;
RESFRIAMENTO EVAPORATIVO	As sensações térmicas podem ser amenizadas a partir da evaporação da água, podendo acontecer através de vegetação, fontes de água, espelhos d'água;
MASSA TÉRMICA PARA	Usar materiais com maior massa térmica cujo materiais armazenem calor, ou seja, paredes e coberturas pesada. De

RESFRIAMENTO igual modo, é interessante a utilização de teto jardim ou pátio interno.

4.3.3 Prescrições urbanísticas da cidade de Sousa/PB

Apesar da relevância que o município de Sousa/PB reivindica, este não possui um Plano Diretor ou um plano de zoneamento. Todavia, dispõe a partir da Lei Municipal 949 de 10 de abril de 1980, de um Código de Obras e Urbanismo. Como este não aborda sobre os equipamentos urbanos trabalhados nesta pesquisa, será utilizado algumas diretrizes da seção III do Capítulo IV sobre Escolas e Ginásios para a reforma e ampliação do CCDI, e a seção I do Capítulo V sobre Templos Religiosos para alguns equipamentos que evocam a espiritualidade e cultura cigana, estes que serão projetados na área ao redor do CCDI, visto que estas seções possuem singularidades com as propostas arquitetônicas deste trabalho.

Nesse sentido, as edificações destinadas aos usos supracitados deverão estar de acordo com algumas exigências. Dentre elas, os artigos dessas seções propõem que devem estar afastadas a um raio mínimo de 100 metros de outras edificações de uso industrial, hospitalar, ferroviário ou rodoviário, ou qualquer outro uso, a juízo do órgão técnico competente, não seja recomendável. Além disso, a taxa de ocupação máxima corresponde a 50% (cinquenta por cento), e o recuo mínimo deve ser de 6 metros em relação ao alinhamento do gradil com aproveitamento da área resultante para acostamento de veículo e de 3 metros em relação a qualquer ponto das divisas do terreno, quando servir de área de iluminação e ventilação das salas. Ainda, as edificações de caráter religioso devem possuir um recuo mínimo de 6 metros para a via pública, podendo a área resultante ser aproveitada para acostamento de veículos e possuir, pelo menos, de 1 conjunto sanitário para cada sexo, visando o uso do público.

Quanto à circulação horizontal, o código define no artigo 137 do Capítulo III que para edificações de uso coletivo, as circulações horizontais devem ter, no mínimo, 1.20 metros de largura, com pé-direito mínimo de 2.30 metros. O artigo 150 fala que nas edificações de uso não residencial, as salas deverão possuir uma área de no mínimo 15m², com forma geométrica que admita a inscrição de um círculo de 3 metros de diâmetro. O pé direito mínimo das salas deve ser 2.50 metros.

Em seguida, os artigos 154 a 1570 definem que as copas e cozinhas, assim como os sanitários, devem ter paredes revestidas com material cerâmico até altura mínima de 1.50 metros e deve possuir pé direito de 2.40 metros. Além disso, duas áreas mínimas devem ser de 4m² com uma forma que possibilite a inscrição de um círculo de 1.50 metros de diâmetro no mínimo. Quanto às áreas de depósito e de serviço, a área mínima deve ser de 3m² com círculo circunscrito de 1 metro de diâmetro.

Essa lei também aborda sobre áreas livres de iluminação e ventilação, evidenciando que a superfície das aberturas para o exterior da edificação deve seguir algumas áreas mínimas de acordo com a sua classificação de utilização, que pode ser prolongada, eventual ou especial. Nesse projeto, as áreas de utilização prolongada, segundo o código de obras e urbanismo de Sousa/PB no artigo 136 do Capítulo III, dizem respeito às salas, gabinetes, bibliotecas, escritórios, ginásio, copas e cozinhas. Como utilização eventual, tem-se os vestiários, salas de espera, sanitários, depósitos, despensas, circulações horizontais e verticais.

Assim, no Capítulo IV sobre iluminação e ventilação, o artigo 165 diz que as áreas das aberturas para o exterior devem ter 1/6 da superfície do piso para compartimento de permanência prolongada e 1/10 da superfície do piso para os compartimentos de utilização eventual. Todavia, quando as aberturas possuírem sentido para varandas, alpendres ou áreas de serviço, as áreas serão modificadas respectivamente para 1/4 e 1/8 da área do piso.

Também vale ressaltar o Capítulo III da lei que fala sobre as edificações em terrenos e lotes, cuja seção III aborda as edificações em geral. Nesta, o artigo 105 deixa claro a necessidade da acessibilidade em toda a edificação, possuindo rampas que estejam de acordo com os padrões e normas da ABNT. Assim, as edificações deverão dispor de rampas de acesso construídas em alvenaria que possibilitem a locomoção de excepcionais e idosos desde a calçada e passeio até a entrada e interior dos pavimentos, com inclinações dentro dos padrões e normas da ABNT. Assim, também serão levadas em considerações o que está descrito nas NBR-9050/2020 e NBR 16537/2016 que tratam sobre acessibilidade, nas NBR 13531/95 e NBR 6492/2021, que abordam os projetos de edificações e suas representações, nas NBR 16636-1/2019, NBR 16636-2/2019 e NBR 16636-3/2019, que referem-se aos projetos urbanísticos e nas Leis N° 10.741/2003 e N° 13.146, que versam sobre o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Pessoa com Deficiência respectivamente.

Quanto a estética das edificações, o artigo 186 diz que não será licenciada a edificação cuja fachada seja incompatível com o seu contexto. Portanto, é necessário projetar edificações que estejam em harmonia com o conjunto arquitetônico do entorno. A seguir, tem-se uma tabela resumo das legislações municipais.

Tabela 02 – Resumo da legislação municipal de Sousa/PB

RESUMO DO CÓDIGO DE OBRAS E URBANISMO DE SOUSA/PB		
ÁREA DO TERRENO	18.666m ²	
OCUPAÇÃO MÁXIMA	50% da área do terreno = 9.333m ²	
RECUO MÍNIMO	6 e 3 metros	
PÉ DIREITO MÍNIMO	2.50 metros	
CIRCULAÇÕES INTERNAS	Largura mínima de 1.20 metros	
ÁREA DAS ABERTURAS	1/6 da superfície do (permanência prolongada) 1/10 da superfície do piso (utilização eventual)	
SALAS INTERNAS	Área mínima de 15m ²	
COPAS E COZINHAS	Área mínima de 4m ²	Revestimento nas paredes pelo menos até 1.50 metros
BANHEIROS	Área mínima de 4m ²	Revestimento nas paredes pelo menos até 1.50 metros
DEPÓSITO E SERVIÇO	Área mínima de 3m ²	

5 O PROJETO ELO CALON

De acordo com o referencial teórico e o diagnóstico urbano realizado, percebe-se que a comunidade cigana de Sousa/PB está dissociada do restante da cidade. Assim, promover uma intervenção projetual no CCDI e no seu entorno imediato através de um estudo preliminar de parque urbano é uma estratégia para criar um espaço que sirva de conservação e propagação da cultura cigana, rompendo com os estereótipos

propagados pelo anticiganismo no município. O nome Elo Calon foi pensado a partir da fala supracitada de um dos líderes da comunidade cigana de Sousa/PB, ao relatar que esta é formada por cinco grupos, cinco elos que unidos são difíceis de romper. Desse modo, o projeto visa fortalecer na comunidade o sentimento de identificação com o território que ocupam, defendendo-o de depredações, pressão imobiliária e invasões.

Assim, dentro da atual configuração da planta baixa do CCDI, o foco principal é dispor de espaços para a criação de um museu da cultura cigana sousense, reativando o centro como um forte símbolo da comunidade. Quanto ao estudo preliminar de parque urbano no seu entorno imediato, intenta-se criar um grande espaço aberto, acessível e público, com equipamentos e mobiliários urbanos que sirvam de complemento às atividades do CCDI. Desse modo, pensou-se em áreas que se adequem às necessidades institucionais formais da comunidade, além de suprir a escassez de espaços verdes, recreativos e de lazer que a área possui.

5.1 Programa de necessidades

A partir do diagnóstico urbano, através do estudo da morfologia e da infraestrutura urbana do local, percebeu-se a morosidade no crescimento da área analisada, ainda que seja ladeada por uma via arterial que se dispõe no espaço de Sousa/PB como um eixo de convergência de fluxos. Além disso, a área apresenta um traçado irregular do solo, escassez de equipamentos e infraestrutura urbana de qualidade, assim como de espaços com vegetação. Quanto ao uso do solo, gabarito e estética, a maioria das edificações é residencial, horizontal/térrea, cuja tipologia edilícia é de baixo padrão. Esta análise demonstra uma urgência na instalação de equipamentos urbanos de caráter recreativo e social na área, evidenciando que a riqueza da cultura cigana sousense e do espaço que ocupam não é valorizada frente ao seu potencial.

Essas constatações são imprescindíveis para a elaboração do programa de necessidades, dando origem a um quadro resumo que expõe as problemáticas e as potencialidades encontradas na área de análise (Figura 59). Este quadro se fundamenta a partir das análises supracitadas, dos relatos em entrevistas feitas na comunidade, e de observações a partir das visitas *in loco*, visando desenvolver espaços que fortaleçam a cultura, a tradição e o bem-estar da comunidade.

Figura 59 – Quadro resumo de pontos fortes e fracos, oportunos e ameaças da área



Fonte: Autora, 2023.

Desse modo, o programa de necessidades do estudo preliminar se subdivide em dois: o primeiro diz respeito a intervenção no CCDI, cujo intuito está em readequar o uso de suas salas atuais para criar um espaço que sirva como marco para a comunidade através da instalação do museu da cultura cigana sousense, fazendo do mesmo um ambiente de resgate da história desse povo e servindo como atração turística local.

Por sua vez, o segundo programa proposto corresponde a criação do parque urbano no entorno imediato do CCDI, abrangendo os usos, os ambientes e as áreas para o mesmo. Este também englobará áreas culturais, como um salão multiuso que servirá para apresentações artísticas dos ciganos, grandes reuniões, celebração de festividades e eventos gerais da comunidade. O parque urbano possuirá um espaço institucional de apoio, o centro social, para que os ciganos possam se organizar formalmente enquanto coletividade, servindo como um centro administrativo para tal. Além disso, a área terá uma zona de esportes com uma quadra poliesportiva e uma pista de *cooper*, visto que o local de análise já possui essas práticas sendo desenvolvidas em espaços improvisados. Como ambientes recreativos, irá dispor de áreas brincantes para as crianças e áreas de sombra e descanso para os idosos, pois são dois grupos protegidos e respeitados pela comunidade. Além disso, a área possuirá uma horta comunitária, pois o IFPB campus Sousa iniciou um projeto de pesquisa e extensão a partir do viés de agricultura com uma parcela da comunidade cigana.

A seguir, tem-se os programas de necessidades (Tabelas 3 e 4) com as intervenções e os espaços apontados:

Tabela 03 – Espaços e áreas para a intervenção no CCDI

INTERVENÇÃO NO CCDI		
USO	AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
SERVIÇO	Recepção	12.92 m ²
	Banheiro masculino	6.35 m ²
	Banheiro feminino	11.52 m ²
	Copa	12.30 m ²
	Depósito	4.62 m ²
INSTITUCIONAL	Sala multiuso	49.00 m ²
	Sala administrativa	12.62 m ²
CULTURAL	Galeria 01	22.42 m ²
	Galeria 02	19.28m ²
	Galeria 03	31.00 m ²

Tabela 04 – Espaços e áreas para o parque urbano

PARQUE URBANO NO ENTORNO DO CCDI		
USO	AMBIENTE	ÁREA MÍNIMA
INSTITUCIONAL	03 salas administrativas	46.33 m ²
	Biblioteca	47.77 m ²
CULTURAL	Salão multiuso	47.77 m ²
LAZER E ESPORTES	Espaço brincante	660.00 m ²
	Quadra poliesportiva	536.00 m ²
	Pista de cooper	752.00 m ²
	Espaço de descanso	660.00 m ²
SERVIÇO	WC e vestiários coletivos feminino	38.73 m ²
	WC e vestiários coletivos masculino	38.73 m ²
	02 Depósitos	47.77 m ²
	Estacionamento	640.00 m ²

	Depósito para materiais da horta, estocagem das sementes e secagem dos grãos	47.77 m ²
ÁREA VERDE	Horta comunitária	181.46 m ²
	Canteiros	4722.00 m ²

5.1.2 Zoneamento

O zoneamento da área foi feito pensando na distribuição dos usos presentes no programa de necessidades, sendo organizados levando em consideração a funcionalidade, a flexibilidade e as estratégias bioclimáticas necessárias para a área. Desse modo, o plano de massas da Figura 60 representa a distribuição geral dos setores e equipamentos na área de entorno do CCDI.

Figura 60 – Zoneamento Geral do Terreno, área no entorno do CCDI



Legenda: ■ CCDI ■ Salão e Centro ■ Estacionamento ■ Recreativo ■ Descanso
 ■ Esportivo ■ Serviço esportivo ■ Vegetação ■ Horta comunitária e seus serviços
 ■ Escola Irmã Iraíades ↔ Fluxo direto

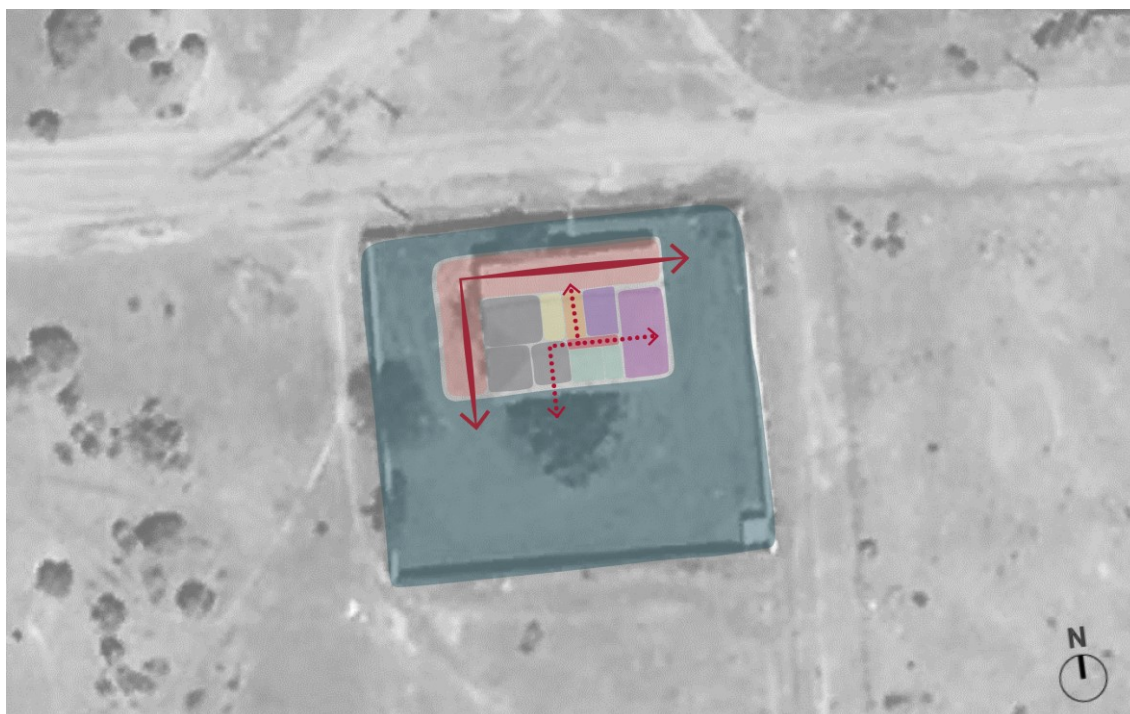
Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

Neste caso, temos uma mancha na cor vermelha que representa o salão multiuso, indicando que esta área é destinada para eventos, reuniões e outras

atividades em grupo, além do centro social. A mancha amarela representa uma área recreativa, voltada para atividades de lazer, como jogos e brincadeiras. A mancha marrom representa uma área de descanso, onde as pessoas podem relaxar e desfrutar da vegetação e da paisagem. A mancha na cor azul indica as áreas de estacionamento, enquanto que a cor verde claro representa a vegetação que circunda todos os demais espaços. A mancha na cor salmão é uma horta comunitária e seus serviços, e a mancha laranja é destinada para atividades poliesportivas. A mancha na cor rosa representa o serviço da área esportiva, responsável por manter e cuidar dessas instalações, e a mancha verde escuro representa o CCDI. Finalmente, a linha pontilhada branca indica o fluxo direto que a área recreativa, disposta no canto inferior esquerdo, possui com a Escola Irmã Iraídes, promovendo a interação e colaboração entre os diferentes espaços.

Enquanto isso, a estrutura interna do CCDI foi mantida para o estudo preliminar, mudando apenas os fluxos e a organização dos espaços. Assim, possui um zoneamento interno pré-definido (Figura 61).

Figura 61 – Zoneamento da intervenção interna do CCDI



Legenda: Alpendre Salas de exposição Copa Hall de Entrada Banheiros
 Sala administrativa e depósito Sala multiuso Vegetação Fluxos

Banco de Dados: Google Earth, 2023. Fonte: Modificado pela autora, 2023.

O hall de entrada é identificado pela cor laranja e o corredor é correspondente a cor vermelha escura, que se conecta com todos os outros ambientes do centro. A copa continua sendo no mesmo lugar, e é representada por uma mancha na cor amarela. As galerias de exposição referentes ao museu da cultura cigana são identificadas pela cor cinza, e substituem as salas anteriores destinadas para dança, biblioteca e informática. A sala multiuso, identificada pela cor azul, é a maior do CCDI, podendo ser utilizada para diversos fins, como palestras, reuniões, aulas, entre outros. Os banheiros são identificados pela cor verde claro, permanecendo no mesmo lugar, e a área de alpendre é identificada pela cor salmão. Foi acrescentado um alpendre na lateral oeste da edificação, visando minimizar os impactos da incidência solar nessa região e oferecendo um espaço de circulação semiaberto para os visitantes. A sala administrativa com depósito é identificada pela cor roxa, enquanto que a vegetação é pela cor verde escuro.

A linha pontilhada vermelha indica as circulações internas principais, que se conectam ao hall de entrada e distribuem-se para todos os outros ambientes do CCDI. As setas vermelhas contínuas representam os fluxos principais externos, que são sombreados a partir dos alpendres.

5.1.3 O conceito e o partido

A identidade do projeto Elo baseia-se na bandeira cigana (Figura 62), adotada no ano de 1971 no I Congresso Mundial Romani, que aconteceu na Inglaterra na cidade de Orpington.

Figura 62 – Ciganos de Sousa/PB segurando a bandeira cigana. Ao fundo, a bandeira do Brasil e da Paraíba

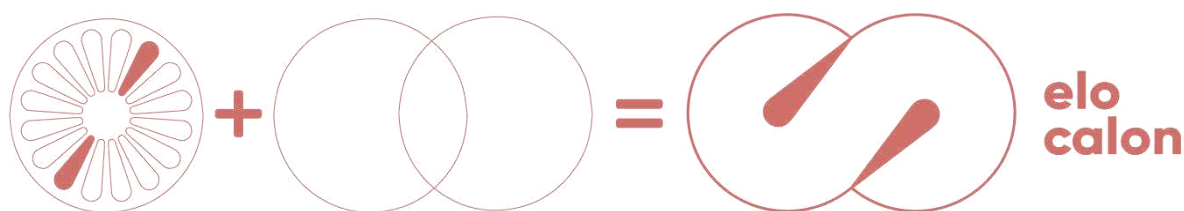


Fonte: Paraíba Criativa, 2015.

Na bandeira, a cor azul representa o céu, trazendo a ideia de liberdade, enquanto que a cor verde simboliza a terra, dando a ideia da mesma como a pátria dos ciganos. A circunferência de 16 aros no centro é uma referência às rodas das carroças ciganas, fazendo alusão ao nomadismo, também chamada de roda ou roseta cigana. A cor vermelha foi escolhida pois significa vida, assim, o símbolo traz a ideia do movimento como imprescindível a vida, trazendo à tona os caminhos percorridos e os caminhos que virão ao povo cigano.

Assim, comparando a forma circular da bandeira com a noção de elo, entende-se que ambas são figuras geométricas que possuem uma curva fechada, geralmente utilizadas como símbolos de continuidade, união e conexão, palavras chaves do projeto proposto. Nesse ínterim, foi criado uma logo para o estudo preliminar que evoque esses sentidos de coletividade e interdependência, unindo a ideia da roseta cigana ao elo (Figura 63):

Figura 63 – Identidade visual do projeto Elo



Fonte: Autora, 2023.

Portanto, no intuito de dar visibilidade a cultura cigana através desses fortes símbolos, vê-se na Figura 64 que o projeto Elo intenta:

Figura 64 – Fundamentos do projeto Elo



Fonte: Autora, 2023.

Essas premissas se interligam de modo a estreitar ainda mais as relações interpessoais dentro da comunidade cigana de Sousa/PB, assim como da história coletiva do grupo, promovendo a valorização de sua cultura e das tradições. Além disso, busca aproximar a população sousense da comunidade cigana, incentivando a interação entre as diferentes culturas e cotidianos da cidade. Para isso, o projeto também tem como objetivo aproximar a parte segregada em estudo do núcleo formal de Sousa/PB, criando espaços públicos inclusivos e acessíveis para todos. Por fim, propõe-se aproximar espaços com uma variabilidade de usos para a comunidade, de

forma a atender às diferentes necessidades e demandas dos moradores e visitantes da região.

Assim, vê-se que o projeto possui um caráter social cujo objetivo é garantir dignidade urbana aos moradores da comunidade cigana de Sousa/PB, propiciando oportunidades de acesso à recreação, lazer, esporte, cultura, entre outros. Este conceito será alcançado através do partido urbanístico que envolve materiais e formas simples e flexíveis, retomando neste momento os exemplos dos estudos de referências supracitados, mas que reverberem com fidelidade a identidade cigana. Toda estética dos equipamentos e mobiliários urbanos do estudo preliminar estarão em consonância com os fundamentos da logo (Figura 62), através de círculos, semicírculos e arcos. De igual modo, a cor vermelha será amplamente utilizada nos materiais do parque urbano, seguido pelas cores azul e verde. Para remeter a poética da materialidade do tecido da bandeira e dos tecidos utilizados pelos ciganos nas tendas do período de nomadismo ao passarem por Sousa/PB, a arquitetura têxtil também estará presente.

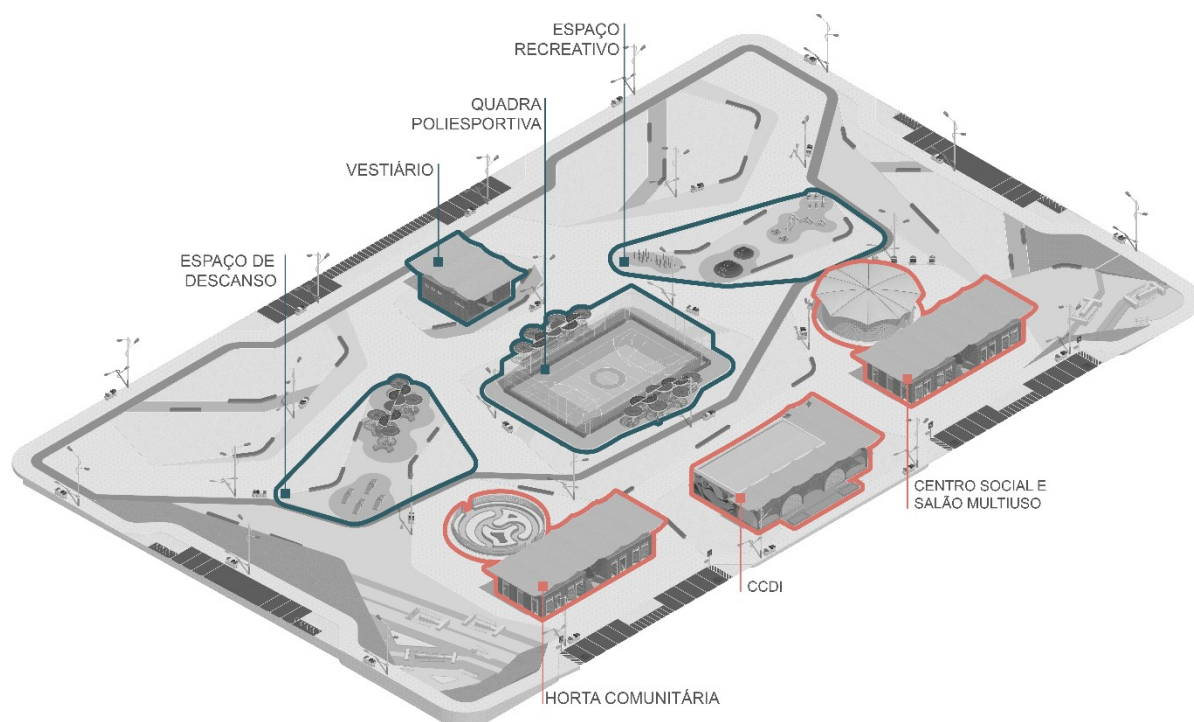
Assim, nos pisos serão utilizados materiais como pedras, concreto, azulejos em mosaicos e vegetações, sempre mantendo elevada a taxa de permeabilidade do terreno. Quanto às paredes, serão compostas de materiais como tijolos cerâmicos e cobogós, enquanto que a cobertura será feita através de estruturas metálicas. Os espaços sombreados contarão com mobiliários que permitam o descanso e a contemplação, juntamente com as áreas verdes, garantindo conforto urbano ao local. As áreas esportivas e recreativas possuirão várias cores em suas composições, trazendo dinamicidade ao ambiente e remetendo a liberdade e alegria do povo cigano. Por fim, a horta comunitária será um local para desenvolver o trabalho em equipe, sendo estruturada de modo a fomentar o fortalecimento dos vínculos comunitários.

5.1.4 A proposta, um resgate da vitalidade urbana através do espaço público

Diante de todas as questões abordadas neste trabalho, o estudo preliminar proposto buscou abarcar as práticas sociais, culturais, recreativas e esportivas da comunidade cigana de Sousa/PB através de um parque urbano, seus equipamentos, mobiliários e espaços públicos. Com base no zoneamento, a espacialidade do parque foi pensada em setores, podendo ser entendida na implantação esquemática a seguir (Figura 65), em que as edificações de cultura e educação (centro social, CCDI, e horta

comunitária) encontram-se na fachada norte, a principal do terreno, e os demais ambientes de recreação, lazer e esporte dispõem-se mais ao centro e ao sul do terreno.

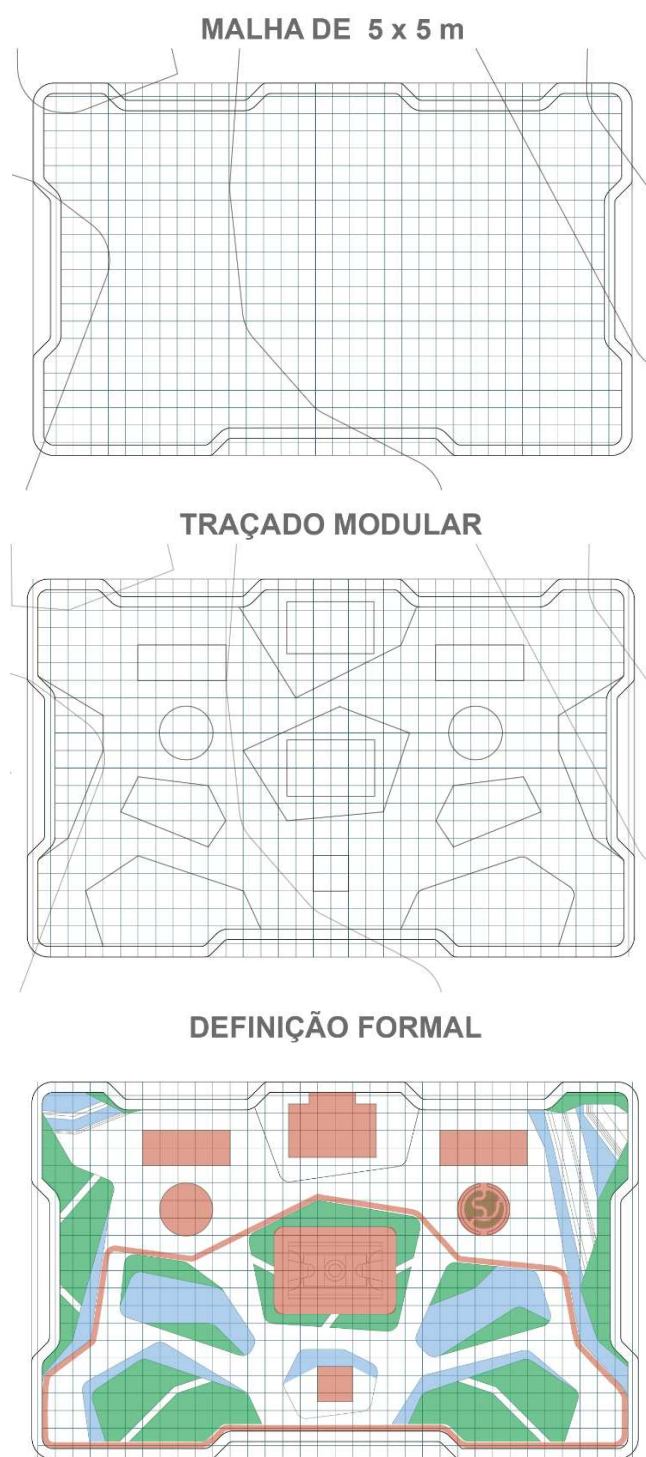
Figura 65 – Implantação Parque Urbano



Fonte: Autora, 2023.

Inicialmente, destaca-se que foi feita uma malha de 5m x 5m para implantação geral do projeto, em que o encontro das arestas dos espaços localiza-se nos vértices dos quadrados formados pela malha (um módulo), ou na metade desses quadrados (meio módulo). Os primeiros elementos dispostos foram os passeios públicos externos e as áreas de estacionamentos, seguido da implantação das edificações que também correspondem ao padrão da malha. Em seguida, arredondou-se os cantos desses encontros com raios que variam de 2 metros a 5 metros, trazendo maior fluidez aos percursos do parque. Por fim, circundando todos os ambientes, foram alocadas as áreas verdes (Figura 66).

Figura 66 – Evolução da Proposta

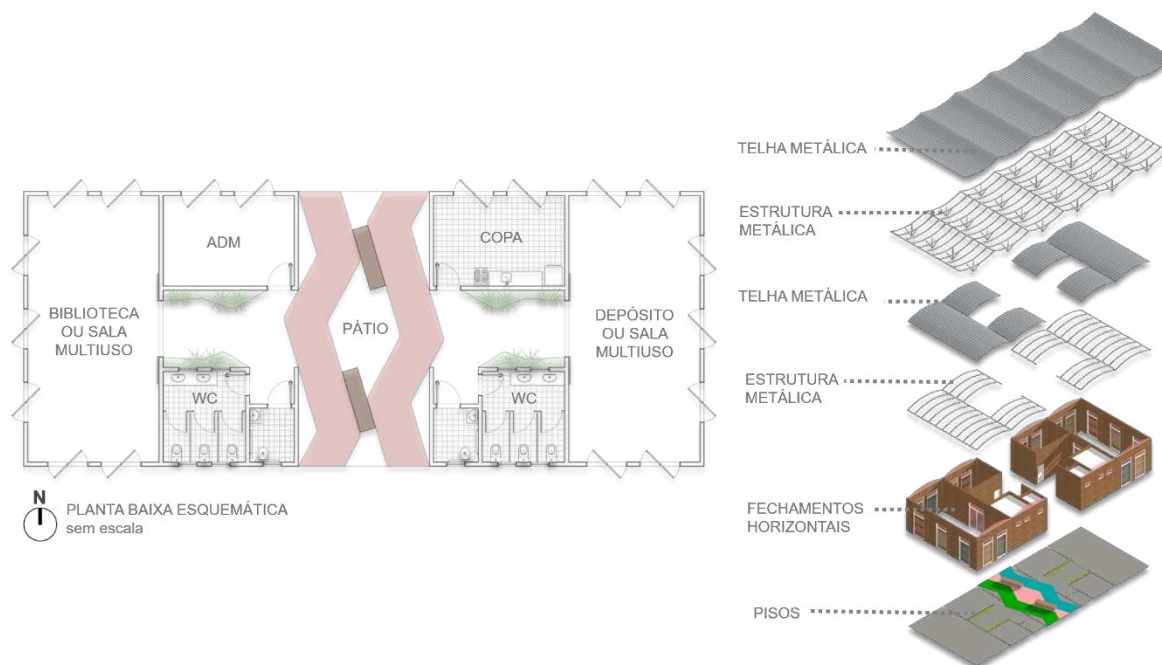


Fonte: Autora, 2023.

Nessa perspectiva, as edificações do centro social e do apoio da horta comunitária também foram feitas dentro da malha de 5m x 5m. Ambas edificações possuem uma planta idêntica entre si, variando apenas os seus usos. Estas são formadas por dois blocos, distribuídos em duas grandes salas, uma administração,

uma copa e quatro banheiros, coletivos e de acessibilidade (Figura 67 e ver apêndices 3 e 4).

Figura 67 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação



Fonte: Autora, 2023.

Visando proporcionar a ideia de espaço público, acessível, aberto e semiaberto, criou-se um pátio central que permite a distribuição de todos os fluxos principais da edificação, além de possuir vegetação e mobiliário, tornando as circulações mais convidativas. Nessa perspectiva, evitando que a edificação aparente intransponibilidade ou um caráter privado, foram inseridos grandes rasgos nas fachadas com fechamentos através de painéis pivotantes, formados de estrutura metálica e tecido, e uma bandeira fixa, formada por estrutura metálica e vidro vermelho. Esses painéis que contornam toda a edificação podem estar constantemente abertos, permitindo que a mesma esteja inserida no parque urbano, e este adentra suas paredes. De igual modo, também possui esquadrias altas no formato de arcos com fechamento em vidro vermelho (Figura 68).

Figura 68 – Pátio Central do Centro Social



Fonte: Autora, 2023.

A cobertura da edificação é feita de material metálico, cuja forma em arcos foi pensada para remeter a ideia de um grande tecido estendido sobre a edificação, trazendo à memória as tendas dos ciganos no período nômade. Enquanto estas eram de caráter provisório, a cobertura metálica visa passar a impressão de solidez, ao mesmo passo em que parece estar livre e em movimento. Vale ressaltar que esta é uma cobertura dupla, em que o fechamento superior possui arcos em uma direção, enquanto que o fechamento inferior possui arcos em direção oposta, separados por um espaço livre e sustentadas por treliça espacial (ver cortes AA' e BB' nos apêndices 3 e 4). Por fim, as paredes são feitas de tijolos maciços, dando destaque a sensação natural que o material possui, ao bom isolamento térmico e acústico do mesmo, e se elevam em um pé direito de 4,50m e um pé esquerdo de 5,80m (Figura 69).

Figura 69 – Cobertura da edificação



Fonte: Autora, 2023.

Além de trazer dinamicidade a estética da edificação, os elementos pátio, cobertura, paredes e painéis permitem a constante circulação e renovação do ar natural, assim como possibilitam maior iluminação natural.

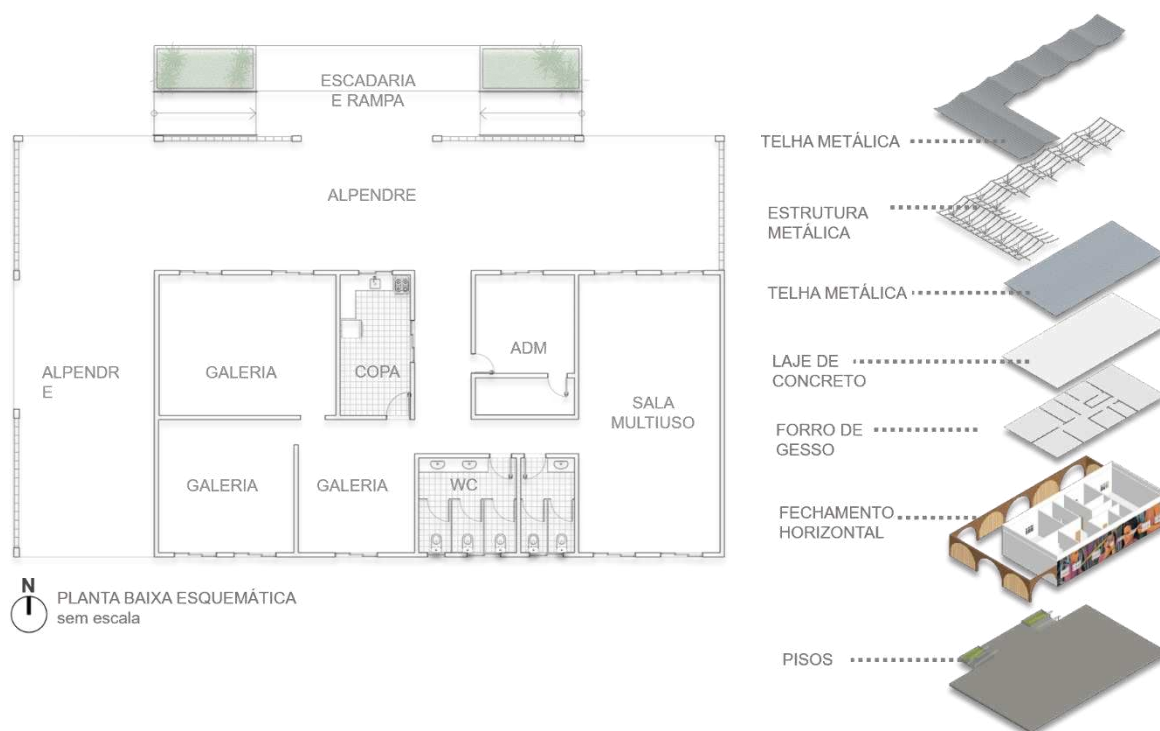
Por sua vez, o CCDI (Figura 70) encontra-se como edificação central entre o apoio da horta comunitária e o centro social. É importante destacar que a planta baixa dos espaços internos desse local foi mantida igual a original, para preservar o imaginário de autoconstrução coletiva (ver apêndice 5). Nesse sentido, apenas os seus usos mudaram, visto que com a intervenção o CCDI se transforma em um museu da cultura cigana sousense, com salas para exposição, sala de administração, copa e banheiros coletivos (Figura 71).

Figura 70 – Fachada do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

Figura 71 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação



Fonte: Autora, 2023.

Como primeira modificação desse local, retirou-se as grandes alvenarias cegas que se estruturavam como um muro externo circundante ao CCDI, integrando-o ao seu entorno. Também houve alteração na cobertura do miolo principal, cujo

fechamento foi feito através de um telhado metálico embutido por uma platibanda, e na área externa em que se adicionou mais um módulo ao alpendre frontal, na lateral oeste da edificação (Figura 72).

Figura 72 – Alpendre na lateral oeste



Fonte: Autora, 2023.

Esses novos alpendres também possuem uma cobertura metálica em forma de arcos sustentadas por uma treliça espacial, com destaque aos tecidos que decoram a parte interna do telhado metálico, trazendo leveza, cores e alegria a entrada do CCDI. O alpendre possui paredes de tijolos maciços com rasgos em formatos de arcos que se contrapõem aos arcos da cobertura. Ora livres, ora preenchidos por cobogós de barro, cujo vazamento circular dos mesmos também se remete a ideia dos arcos, o alpendre torna-se um espaço de circulação externa lúdico e interessante (Figura 73).

Figura 73 – Alpendre com arcos e tecidos



Fonte: Autora, 2023.

Nas fachadas externas do CCDI, pensou-se em deixar paredes livres para a criação de murais urbanos, com pinturas que se remetam à comunidade cigana de Sousa/PB. Ademais, sabendo que o CCDI está em uma cota de 30cm acima do nível do parque urbano, foi inserido uma escadaria e rampas de acessibilidade na fachada frontal, ornamentadas por floreiras que ladeiam esses elementos (Figura 74).

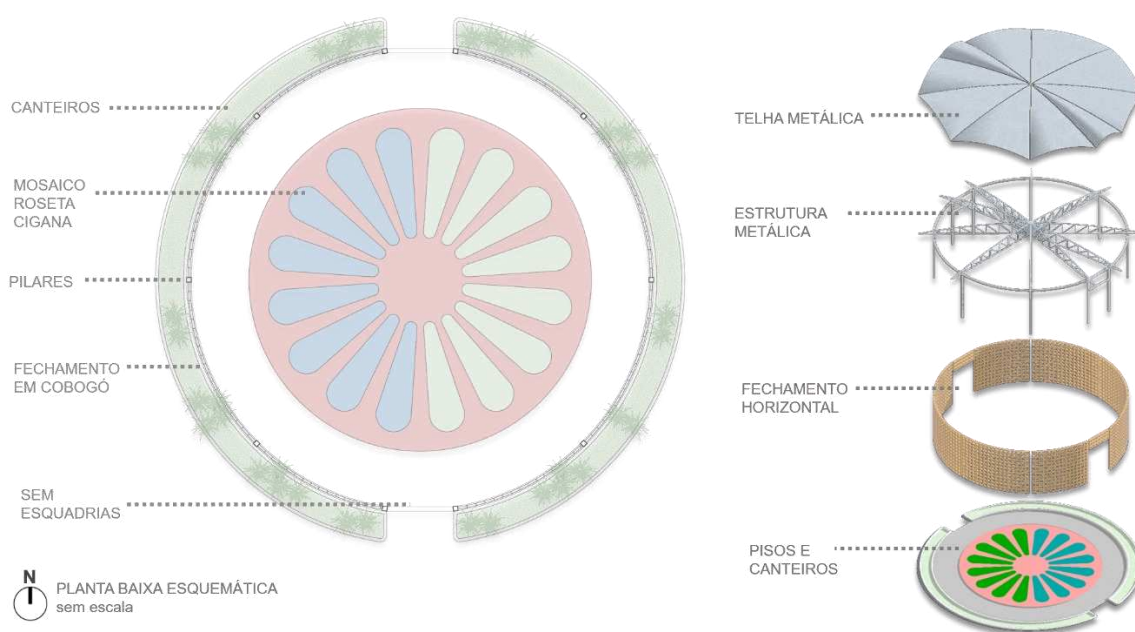
Figura 74 – Murais urbanos do CCDI



Fonte: Autora, 2023.

O salão multiuso para festividades possui uma planta livre e simples em formato circular (Figura 75 e ver apêndice 6), com a roda cigana circunscrita em seu piso através de um mosaico vermelho, azul e verde (Figura 76). Essa configuração permite a variabilidade de layouts dependendo do evento realizado no local, além de se contrapor as demais edificações quadrangulares do parque urbano. O fechamento horizontal dessa edificação é feito somente através de cobogós, além de possuir duas aberturas sem esquadrias, tornando-a um espaço semiaberto. Quanto ao telhado do salão, este reinterpreta as demais coberturas metálicas do parque urbano, através de quedas d'água que se conformam em um círculo, e também possui arcos. Essas telhas são sustentadas por uma estrutura treliçada que fica aparente no interior da edificação, sendo destacada pela cor vermelha. Ao redor do espaço foi colocado um canteiro que abraça a edificação com elementos verdes (Figura 77).

Figura 75 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação



Fonte: Autora, 2023.

Figura 76 – Salão Multiuso



Fonte: Autora, 2023.

Figura 77 – Fachada do Salão Multiuso

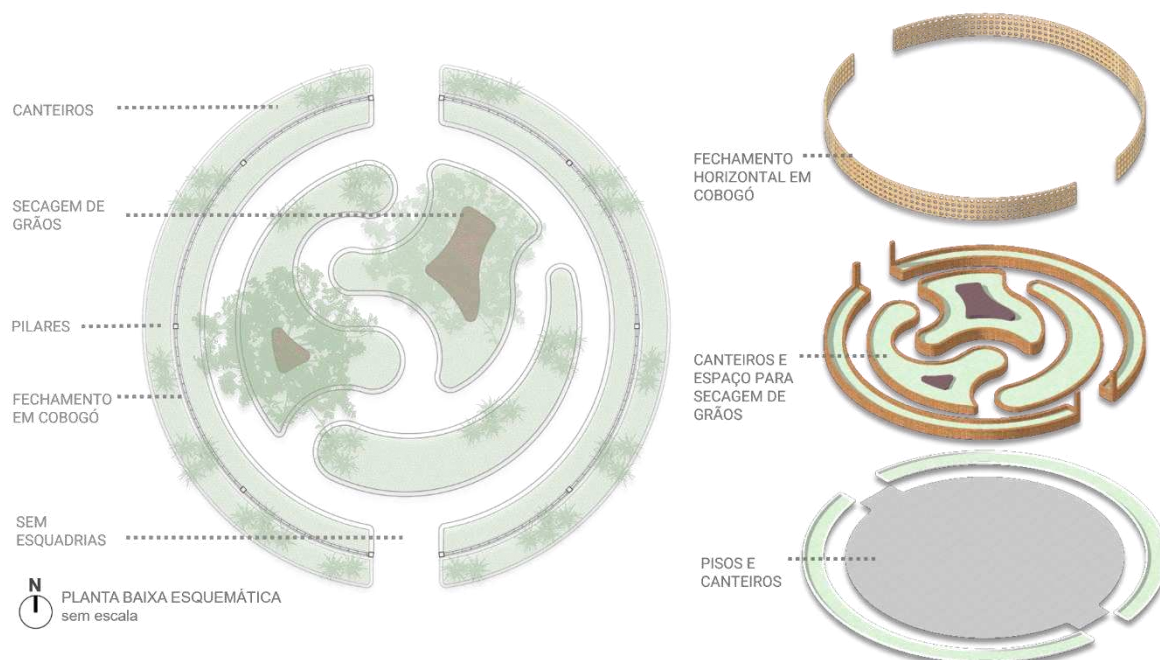


Fonte: Autora, 2023.

Com o mesmo formato do salão, a horta comunitária (Figura 78 e ver apêndice 7) apresenta uma meia parede feita de tijolo maciço e cobogó, visando demarcar o espaço da mesma. Todavia, também não possui esquadrias em suas entradas. Em seu interior, possui floreiras com formato orgânico para o plantio de espécies

vegetativas, espaços em pedra para secagem de grãos, assim como circulações internas (Figura 79).

Figura 78 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação



Fonte: Autora, 2023.

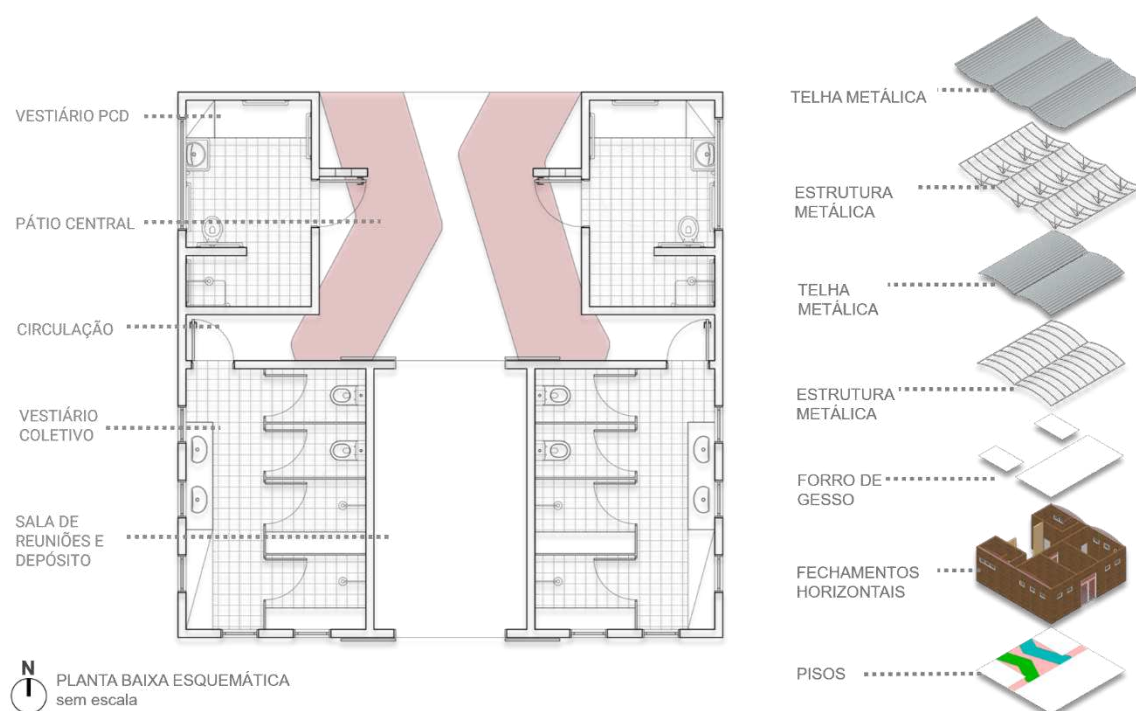
Figura 79 – Horta Comunitária



Fonte: Autora, 2023.

O vestiário do parque urbano (ver apêndice 9) encontra-se de frente para a quadra poliesportiva, como ponto de apoio a mesma. Seu formato corresponde a modulação de um dos blocos que compõem o centro social e o apoio da horta comunitária, assim como a sua cobertura (Figuras 80 e 81). Seguindo esse padrão, apenas algumas paredes internas foram modificadas para se adaptarem ao uso de serviço do vestiário coletivo e acessível, e da sala de reuniões esportivas. Esta última possui duas grandes esquadrias, uma que se abre para uma área verde, e outra para o exterior da edificação. Além disso, o vestiário também possui cobogós em sua fachada, trazendo permeabilidade e privacidade ao mesmo tempo (Figura 82).

Figura 80 – Planta baixa esquemática e isometria da edificação



Fonte: Autora, 2023.

Figura 81 – Vestiário do Parque Urbano



Fonte: Autora, 2023.

Figura 82 – Fachada do vestiário



Fonte: Autora, 2023.

A quadra poliesportiva (ver apêndice 8) encontra-se exatamente no centro do projeto, com uma paginação interna em tons de azul, remetendo ao céu da bandeira cigana e contrastando com as paginações externas na cor vermelha, e possui fechamento horizontal através de uma meia parede de tijolos, e tela de alambrado (Figura 83). No seu entorno, dispõem-se arquibancadas escalonadas projetadas em

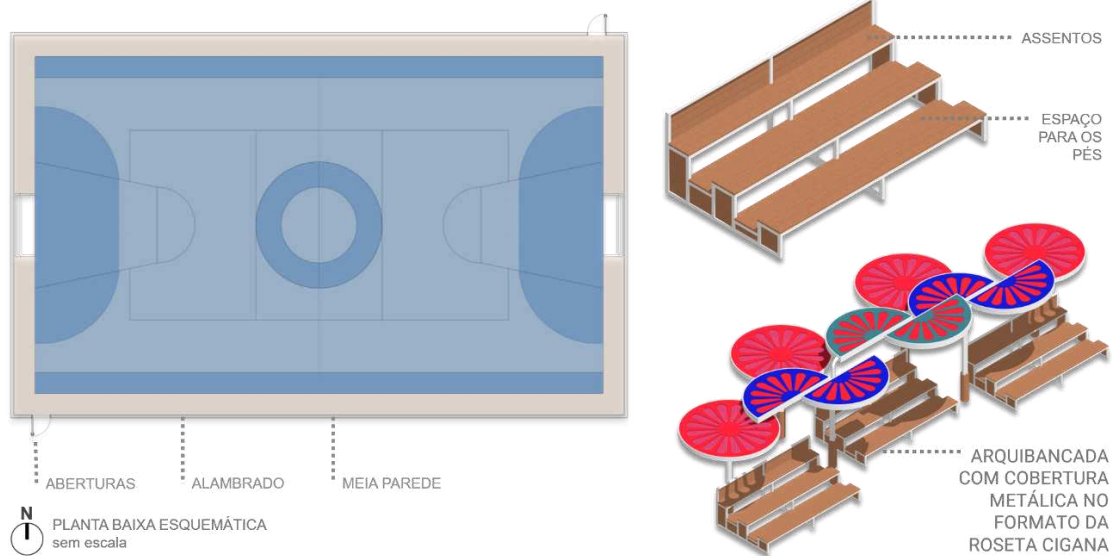
material metálico e madeira, com espaços para assento e para apoiar os pés (Figura 84). Além disso, as arquibancadas possuem uma cobertura cujo pilar é metálico com 1m de revestimento em madeira, e o coroamento do mesmo é feito através de círculos e semicírculos com a roda cigana circunscrita (Figura 85).

Figura 83 – Quadra Poliesportiva



Fonte: Autora, 2023.

Figura 84 – Planta baixa esquemática e isometria dos mobiliários



Fonte: Autora, 2023.

Figura 85 – Arquibancadas da Quadra Poliesportiva



Fonte: Autora, 2023.

O espaço recreativo é composto por mobiliários como bancos de concreto e madeira, e playground infantil em seu centro. (Figura 86). De mesmo modo, a área de descanso abarca mobiliários como bancos de cimento e madeira, porém com um design de semicírculos integrados que se adaptam aos módulos da cobertura, a mesma presente nas arquibancadas (Figuras 87 e 88).

Figura 86 – Espaço Recreativo



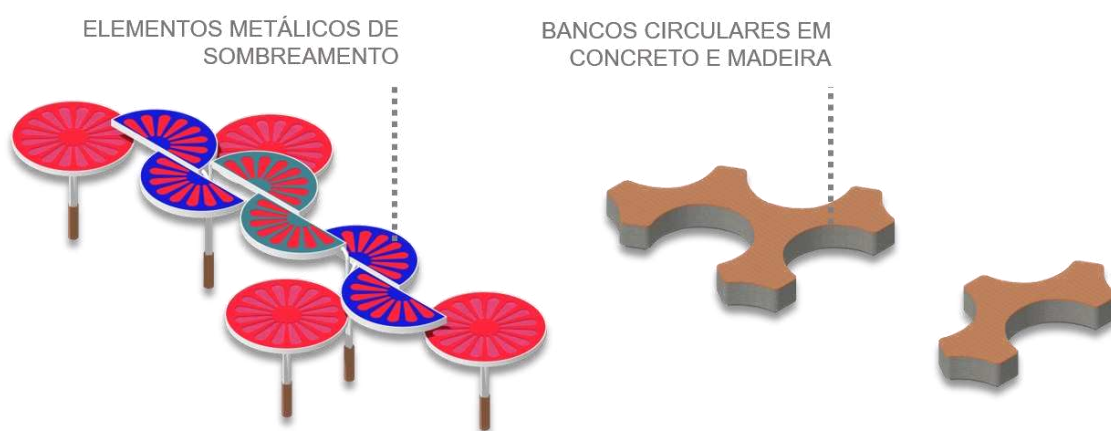
Fonte: Autora, 2023.

Figura 87 – Espaço de Descanso



Fonte: Autora, 2023.

Figura 88 – Isometria dos mobiliários bancos e cobertas



Fonte: Autora, 2023.

Ainda, possuí espreguiçadeiras duplas em metal e madeira, cujo centro do mobiliário é destinado para a inserção de uma árvore, trazendo sombra, sentimentos de tranquilidade, acolhimento e renovação. Ambos os espaços apresentam uma paginação de piso vermelha feita por círculos que se integram, dando origem a formas orgânicas maiores. Além disso, todo o espaço é rodeado por canteiros e vegetação (Figura 89).

Figura 89 – Mobiliário Espreguiçadeira



Fonte: Autora, 2023.

Circundando a quadra poliesportiva, o vestiário, e os espaços de lazer e descanso, o parque urbano dispõe de uma pista de *cooper* na cor vermelha, envolta por espaços verdes, onde o fluxo para caminhar e correr pode ser mais intenso. Quanto as demais circulações, são feitas através de pisos em blocos de concreto intertravado na cor cinza, e de concreto colorido, com duas tonalidades da cor vermelha (Figura 90). Em suas extensões, os caminhos possuem mobiliários como bancos de concreto e madeira, lixeiras em material metálico que emulam as pétalas da roda cigana, e postes de iluminação metálicos com 1m de revestimento em madeira, também formados por arcos que sustentam as lâmpadas (Figuras 91 e 92). Ainda, foram dispostos nessas áreas expositores externos, feitos em metal e pintados nas cores branco e vermelho, cuja forma também emula os arcos da roda cigana (Figura 93). Esse mobiliário serve como uma extensão do museu da cultura cigana, trazendo informações e representações da comunidade.

Figura 90 – Circulações do parque



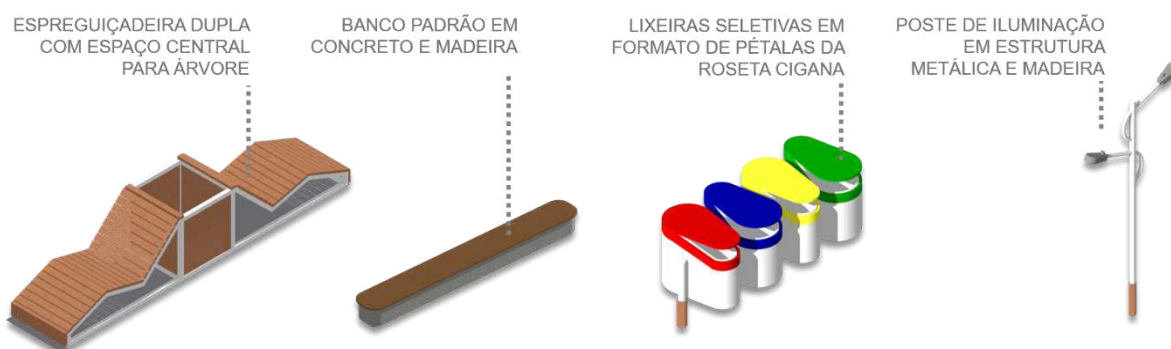
Fonte: Autora, 2023.

Figura 91 – Bancos, lixeiras e postes



Fonte: Autora, 2023.

Figura 92 – Isometria dos mobiliários



Fonte: Autora, 2023.

Figura 93 – Expositores Externos



Fonte: Autora, 2023.

Para vencer as áreas com topografia em aclave (Figura 94) e declive (Figura 95) foram propostas escadarias coloridas com degraus de diversos tamanhos, ladeadas por vegetação e recortadas por rampas, permitindo acessibilidade ao local.

Figura 94 – Escadaria e rampa de aclive



Fonte: Autora, 2023.

Figura 95 – Escadaria e rampa de declive



Fonte: Autora, 2023.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer dos anos, o município de Sousa/PB aliado aos órgãos federais tem demonstrado, apesar da morosidade, interesse na melhoria da qualidade de vida dos ciganos da cidade. Isso é comprovado através de algumas intervenções no local,

como a abertura do processo de regularização fundiária da área e algumas ações de valorização da cultura dessa comunidade. Apesar de etapas iniciais, são fundamentais para o desenvolvimento do Rancho dos Ciganos em Sousa/PB e servem como um apontamento para conquistar o espaço na cidade que lhes é de direito.

Assim, deve haver uma priorização na agenda municipal para essa área da cidade, pois morar com habitabilidade em um local não diz respeito somente a possuir uma casa, mas ocupar um espaço de modo digno, salubre e que proporcione bem-estar físico e mental para os indivíduos. Como exemplo, além da adequação cultural, as moradias e demais edificações do Rancho dos Ciganos precisam de proteção contra fenômenos naturais, como as chuvas e alagamentos. Ainda, é necessário que os ciganos de Sousa/PB ocupem o território sem o risco de ameaças ou remoções, mas que através da regularização fundiária tenham a segurança de posse das terras. Além disso, é imprescindível que o território ocupado possua disponibilidade de serviços públicos, como infraestrutura urbana, sistema de energia elétrica, abastecimento de água, saneamento básico e esgotamento sanitário.

A partir dessas constatações, o Elo Calon apresentou-se como um estudo preliminar de parque urbano de extrema importância social para a comunidade tradicional cigana de Sousa/PB. Isto porque propõe-se a funcionar como um ponto de contracultura frente o anticiganismo que segrega e discrimina a comunidade, oferecendo locais para a realização de atividades de lazer, esportivas e culturais. Ainda, a presença de outros equipamentos e usos, como a horta comunitária, também traz benefícios para o grupo, pois visa promover o desenvolvimento do senso de responsabilidade e colaboração. Além disso, a implantação de espaços verdes beneficia a saúde mental e física dos moradores, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e do microclima local.

Isto posto, essa pesquisa coloca-se como forma de chamar a atenção para a realidade cigana no interior do estado da Paraíba, colocando em primeiro plano os conflitos territoriais que enfrentam, sabendo que o Rancho dos Ciganos é um símbolo de resistência e resiliência. É necessário voltar o olhar para esse espaço e democratizar este território, vendo nele uma potência para estreitar os laços entre ciganos e não ciganos intentando dirimir a segregação e exclusão socioespacial entre a comunidade calon e o restante da cidade formal.

7 REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Isabel Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2022. p. 111-126.
- ALVES, Cida. **Comunidade cigana vem sofrendo intimidação de empresários locais na cidade de Sousa**. João Pessoa: Brasil de Fato, 20 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2020/07/20/comunidade-cigana-vem-sofrendo-intimidacao-de-empresarios-locais-na-cidade-de-sousa>>. Acesso em: 31 out. 2022.
- ARCHDAILY BRASIL. **Centro Comunitário de El Rodeo de Mora / Fournier_Rojas Arquitectos**. [S. l.], 27 mar. 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/867396/centro-comunitario-de-el-rodeo-de-mora-fournier-rojas-arquitectos?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 2 fev. 2023.
- ARCHDAILY BRASIL. **Parque Recreativo Venecia / Jaime Alarcón Fuentes**. [S. l.], 25 maio 2015. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/767205/parque-recreativo-venecia-jaime-alarcon-fuentes?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 2 fev. 2023.
- ARCHDAILY BRASIL. **Praça da Saudade / Natureza Urbana**. [S. l.], 19 jul. 2022. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/965431/praca-da-saudade-natureza-urbana?ad_source=search&ad_medium=projects_tab. Acesso em: 2 fev. 2023.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. ESTADO DA PARAÍBA. Cida Ramos. **Requerimento nº 3262 de 06 de agosto de 2019**. João Pessoa, 1 ago. 2019. Disponível em: http://sapl.al.pb.leg.br/sapl/sapl_documentos/materia/64261_texto_integral. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BONDUKI, Nabil. Uma metodologia para avaliar programas de habitação. In: BARREIRA, M.C. R. N.; FALCÃO, M. C. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEEPUC-SP, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2022. p. 17-38.

CIGANOS enfrentam rotina de discriminação e preconceito na PB. *Jornal da Paraíba*, [S. l.], p. 1, 24 Maio 2017. Disponível em: https://jornaldaparaiba.com.br/noticias/vida_urbana/2017/05/24/ciganos-enfrentam-rotina-de-discriminacao-e-preconceito-na-pb. Acesso em: 31 out. 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação Segregação Residencial: Classes Sociais e Espaço Urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2022. p. 39-60.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CUNHA, Jamilly Rodrigues da; ATHIAS, Renato Monteiro. Ser cigano: identidade, etnicidade e essencialismo. In: GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes; TOYANSK, Marcos; CHIANCA, Luciana de Oliveira (org.). **Ciganos: Olhares e Perspectivas**. João Pessoa: UFPB, 2019. cap. 7, p. 127-147. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/download/341/506/2947-1?inline=1>. Acesso em: 24 jan. 2023.

DÁRIO, Rafaela Pereira. **Nos caminhos do progresso, nas veredas da modernização**: representações da cidade de Sousa-PB. João Pessoa, 2012.

DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FONSECA, Paulo Henrique da. **Além do feudo e do burgo**: a enfiteuse como instituto mutante, suas possibilidades e limites. 2016. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

G1 PB. **Ciganos de Sousa, PB, denunciam invasões, e MPF recomenda à Prefeitura regularização de área**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/07/25/ciganos-de-sousa-pb-denunciam-invasoes-e-mpf-recomenda-a-prefeitura-regularizacao-de-area.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Nômades e peregrinos**: o passado como elemento identitário entre os ciganos calons na cidade de Sousa-PB. *Cadernos de Campo* (São Paulo-1991), v. 19, n. 19, p. 165-172, 2010.

GOLDFARB, Maria Patricia Lopes; MEDEIROS, Jéssica. C. **Processos de Deslocamento e Mobilidade**: Refletindo Experiências Sociais Ciganas, a Partir de

Sousa Paraíba. In: V Reunião Equatorial de Antropologia e XIV Reunião de Antropólogos do Norte-Nordeste, 2015, Maceió. Anais do V REA e XIV REABANE: direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos. Maceió, 19 a 22 de julho de 2015, Maceió: EDUFAL, 2015. On lin. Maceio: EDUFAL, 2015. v. 01. p. 1-20.

HARVEY. D. **El derecho a La ciudad. Carajillo de las Ciudades** - Revista Digital do programa de Gestão da Cidade, Cataluna, 14 abr. 2009. Disponível em: http://cafedelasciudades.com.ar/carajillo/1_art5.htm. Acesso em: 11 out. 2022.

_____. **“O direito à cidade”**. Tradução de Isa Mara Lando. piauí, n. 82, 2013^a.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/sousa.html> >. Acesso em: 17 nov. 2022.

JUSTIÇA Federal na Paraíba determina que Energisa restabeleça fornecimento de energia em comunidade cigana de Sousa. Combate Racismo Ambiental, Rio de Janeiro, 09 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/30PCwny>. Acesso em: 23 set. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o Direito à cidade II**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 144 p.

MARQUES, I. da S.; DOS SANTOS, T. F. S. Povos Ciganos: O Anticiganismo E Os Desdobramentos Da Questão Social / Roma People: Anti-Gypsyism and the Developments of the Social Question. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 12, p. 102171–102188, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n12-641. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/22170>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

MEDEIROS, Jéssica Cunha de; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. **Nomandismo e diásporas: sugestões para se estudar os ciganos**. **Revista Antropológicas**. Ano 19, 26 (1): 201-230, 2015.

MEDEIROS, Jéssica Cunha de; GOLDFARB, Maria Patrícia Lopes. **Processos de deslocamento e mobilidade: refletindo experiências sociais ciganas, a partir de Sousa Paraíba**. V REA. XIV ABANNE. 19 a 22 de Julho de 2015. Disponível em: <https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Jessica%20Cunha%20de%20Medeiros%20-%201019567%20-%204226%20-%20corrigido.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Povos Ciganos**. [S. /], 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/acoes-e-programas-de-gestoes-antiores/comunidades-tradicionais/povos-ciganos>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Inquérito Civil, nº 1.24.002.000443/2017-40, 26 de março de 2021. **Ação Civil Pública de Usucapião Especial Coletivo Urbano**, Sousa, 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/docs/acp-usucapiao-coletiva-comunidade-cigana-de-sousa.pdf/view>. Acesso em: 2 set. 2022.

_____. **MPF move ação de usucapião coletiva para regularizar moradias da maior comunidade cigana Calon estudada e documentada do Brasil**. [S. /], 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/mpf-move-acao-de-usucapiao-coletiva-para-regularizar-moradias-da-maior-comunidade-cigana-calon-estudada-e-documentada-do-brasil>. Acesso em: 16 nov. 2022.

_____. **Sem segurança alimentar e saneamento básico, ciganos vivem situação de vulnerabilidade**. Paraíba, PB. 24 mai. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/30OEHry>. Acesso em: 23 set. 2022.

MOONEN, Frans. **Anticiganismo: os ciganos na Europa e no Brasil**. 3. ed. Recife: [s/e], 2011. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

NATAL. Plano Diretor de Natal, 1984 Lei 3175/84. Diário Oficial do Estado Edição Especial datada de 26 de janeiro de 1983, 1984.

PANERAI, Phillipe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

PLANO que visa garantir direitos dos ciganos é lançado na Paraíba. [S. /]: Ministério Público Federal, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pb/sala-de-imprensa/noticias-pb/plano-que-visa-garantir-direitos-dos-ciganos-e-lancado-na-paraiba>. Acesso em: 24 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA. **Lei municipal nº 2.132, de 15 de novembro de 2010**. Reconhece como de utilidade pública municipal, o Centro Calon de Desenvolvimento Integral - CCDI, e adota outras providências. Sousa, 15 nov. 2010. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1014/_0000001.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA. **Lei municipal nº 2.132, de 19 de outubro de 2007**. Autoriza a prefeitura municipal de Sousa, a doar terreno para o Centro Calon

de Desenvolvimento Integral - CCDI e adota outras providências. Sousa, 19 out. 2007. Disponível em: https://www.camarasousa.pb.gov.br/arquivos/1309/_0000001.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA. **Parecer técnico preliminar sobre a ocupação territorial da comunidade cigana de Sousa**. Parecer Técnico, n. 1410/2020, de 30 de setembro de 2020. Relator: Sheila dos Santos Brasileiro. Salvador, 2020.

REDAÇÃO DO PORTAL DA CAPITAL. **MPF, Prefeitura de Sousa e Cehap se reúnem e discutem regularização fundiária da comunidade cigana**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.portaldacapital.com/2020/08/19/mpf-prefeitura-de-sousa-e-cehap-se-reunem-e-discutem-regularizacao-fundiaria-da-comunidade-cigana/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

RICARDO anuncia ações para manter tradição do povo cigano em Sousa. [S. l.]: Governo da Paraíba, 23 maio 2013. Disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-45367.html>. Acesso em: 24 jan. 2023.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SILVA FILHO, Israel Dias da Silva. **A (in) visibilidade social e marginalização das etnias ciganas frente às políticas educacionais: o caso do povo calon do município de Sousa (Paraíba)**. João Pessoa, 2022.

SILVA, Luana. **Dia Nacional do Cigano: comunidade de Sousa, no Sertão, preserva cultura milenar por meio da música**. **Jornal da Paraíba**, [S. l.], p. 1, 24 maio 2022. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/comunidade/2022/05/24/dia-nacional-do-cigano-comunidade-preserva-cultura-e-idiona-na-pb-sousa>. Acesso em: 31 out. 2022.

SIMÕES, Sílvia Régia Chaves de Freitas. **Vida cigana: aspectos que configuram as atuais dinâmicas das mudanças dos ciganos brasileiros**. 2014. 294 p. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2014. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/3250/1/108977_Silvia.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

SIQUEIRA, Robson de Araújo. **Os Calon do município Sousa-PB: dinâmicas ciganas e transformações culturais**. Recife, 2012. 164 folhas: Dissertação (mestrado)

- Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, 2012.

SOUSA, Helio Abrantes de. **A "parada para morar " dos filhos do vento: identidade e alteridade dos ciganos Calon na cidade de Sousa - PB.** 2014. 99 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

SOUSA, Rubasmate dos Santos de. **Análise da legislação sob a ótica dos desafios e perspectivas para o saneamento básico no município de Sousa-PB.** 2019. 36 f. Artigo (Mestrado Profissional em Sistemas Agroindustriais) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas Agroindustriais, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil, 2019.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação Socioespacial e Centralidade Urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2022. p. 61-94.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. **História dos ciganos no Brasil** – Recife – Núcleo de Estudos Ciganos, 2008, 127p.

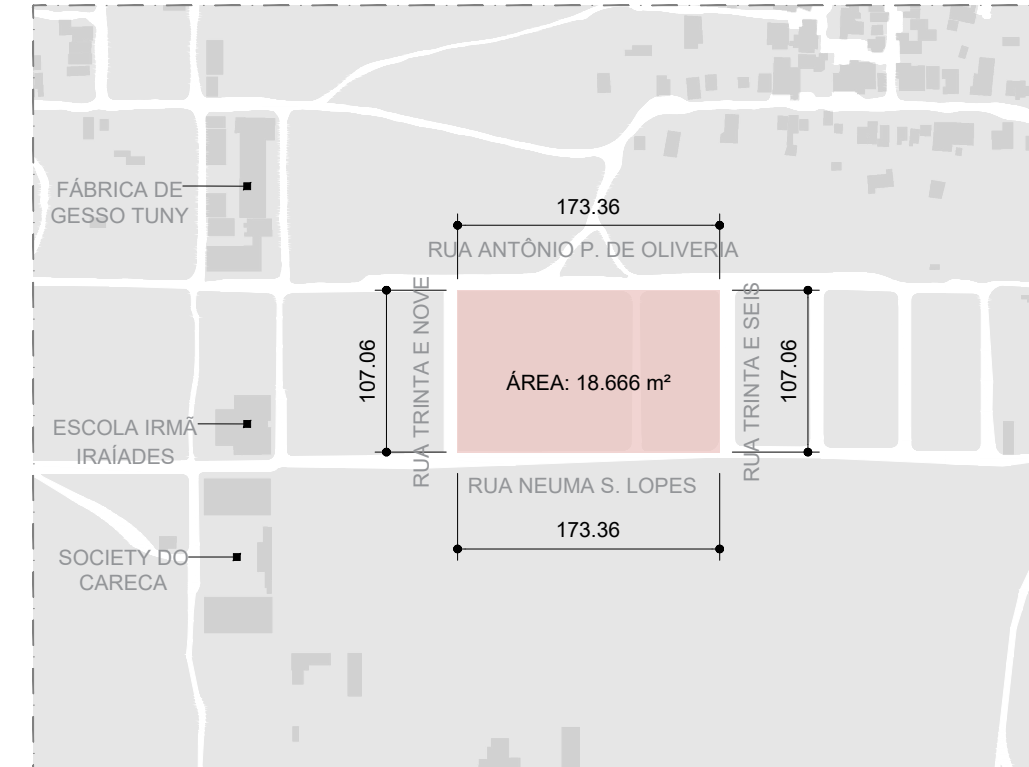
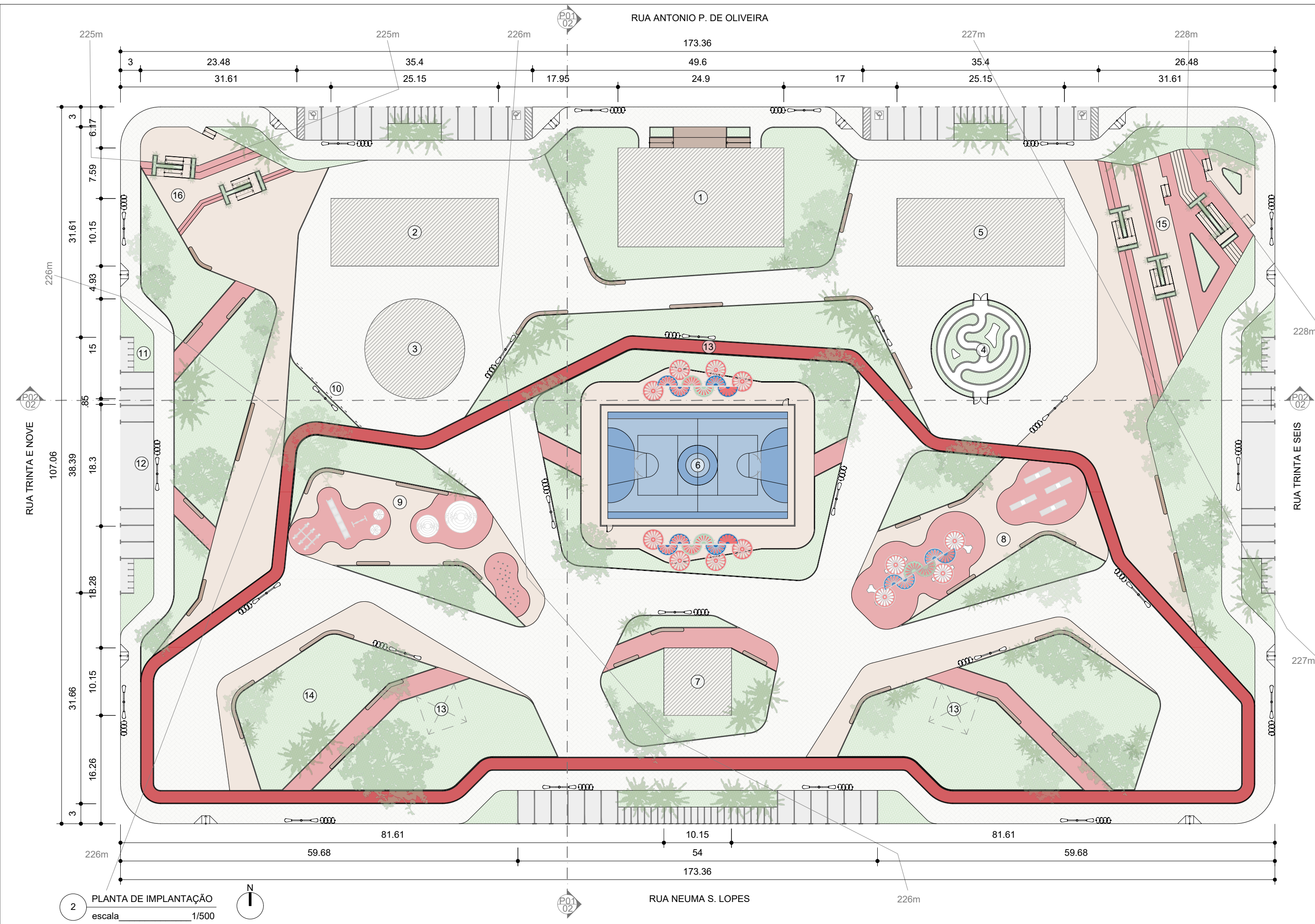
TOLENTINO, Erika dos Santos. **Justiça Ambiental, direito à cidade e ciganos Calon. O Social em Questão**, v. 21, n. 40, p. 333-359, 2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. Introdução. In: _____. A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2022. p. 7-16.

VIEIRA, Anderson Henrique; JÚNIOR, Reginaldo Pereira França. **Enfiteuse e vazios urbanos na cidade de Sousa (PB):** Desafios à garantia da função social da propriedade. Tópicos em Ciências Sociais, Volume 3, p. 50.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo, Studio Nobel, 1998.

WEATHER SPARK. **Clima e condições meteorológicas médias em Sousa no ano todo.** [S. l.], 2017. Disponível em: <https://pt.weatherspark.com/y/31096/Clima-característico-em-Sousa-Brasil-durante-o-ano#>. Acesso em: 10 jan. 2023.



1 PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
escala 1/5000

LEGENDA DOS AMBIENTES

- | | |
|--|---------------------------|
| 1 CENTRO CALON DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL | 9 ESPAÇO RECREATIVO |
| 2 CENTRO SOCIAL | 10 EXPOSITOR EXTERNO |
| 3 SALÃO MULTIUSO | 11 BICICLETÁRIO |
| 4 HORTA COMUNITÁRIA | 12 ESTACIONAMENTO |
| 5 APOIO DA HORTA COMUNITÁRIA | 13 ÁREA PARA TORRE D'ÁGUA |
| 6 QUADRA POLIESPORTIVA | 14 ÁREAS VERDES |
| 7 VESTIÁRIO | 15 ESCADARIA PARA ACLIVE |
| 8 ESPAÇO DE DESCANSO | 16 ESCADARIA PARA DECLIVE |

QUADRO DE ÁREAS E INFORMAÇÕES GERAIS

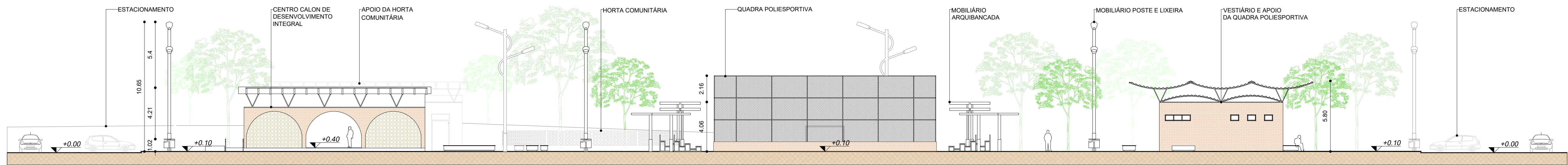
TIPOLOGIAS E USOS	DIMENSÕES	%	LEGISLAÇÃO	%
ÁREA TOTAL DO TERRENO	18.666 m²	100%	18.666 m²	100%
ÁREA VERDE TOTAL	4.722,84 m²	25,3%	3.727 m²	20%
ÁREA PERMEÁVEL TOTAL	4.722,84 m²	25,3%	3.727 m²	20%
ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL	1.768,23 m²	9,47%	9.333 m²	-
TAXA DE OCUPAÇÃO	1.232,04 m²	6,60%	9.333 m²	50%
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	1.768,23 m²	9,47%	-	-
VAGAS DE ESTACIONAMENTO	CARRO: 44	ÔNIBUS: 02	PCD: 02	
TOTAL: 86	MOTO: 40	BICICLETA: 24	IDOSO: 02	



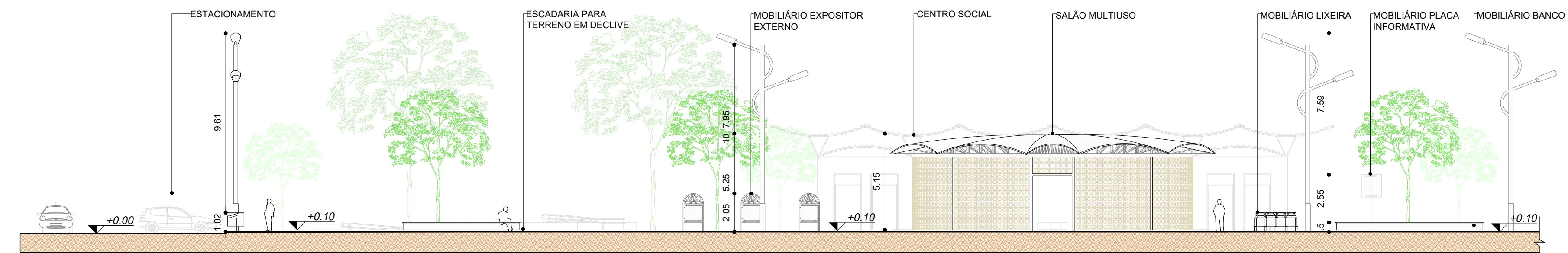
3 RENDER GERAL 01
sem escala



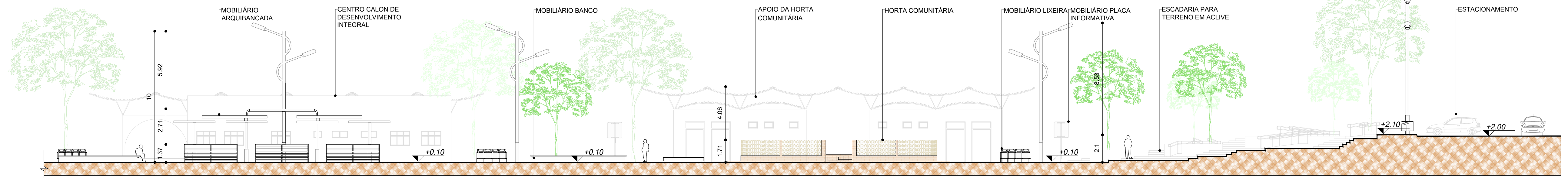
4 RENDER GERAL 02
sem escala



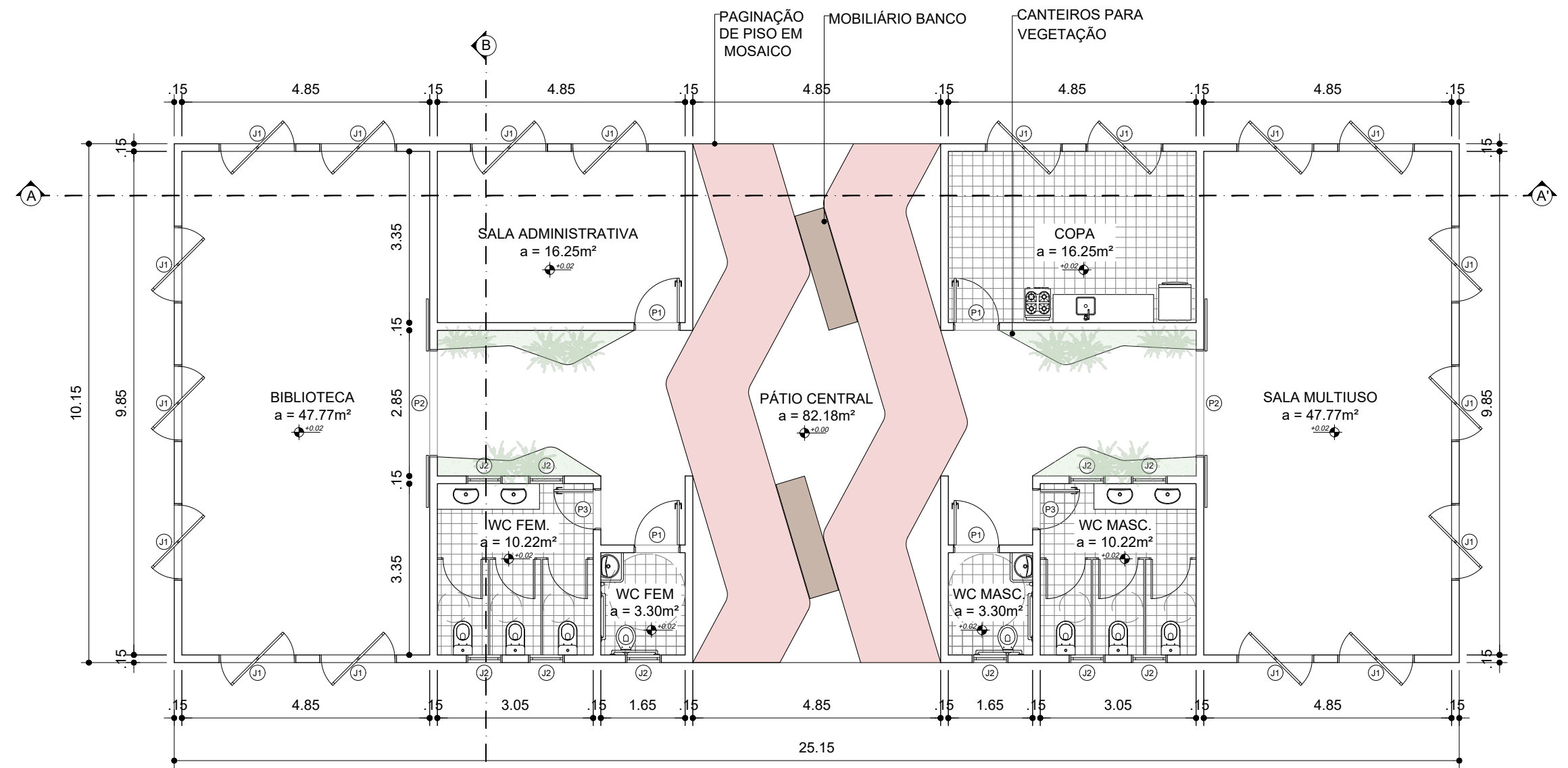
1 PERFIL URBANO 1
escala 1/175



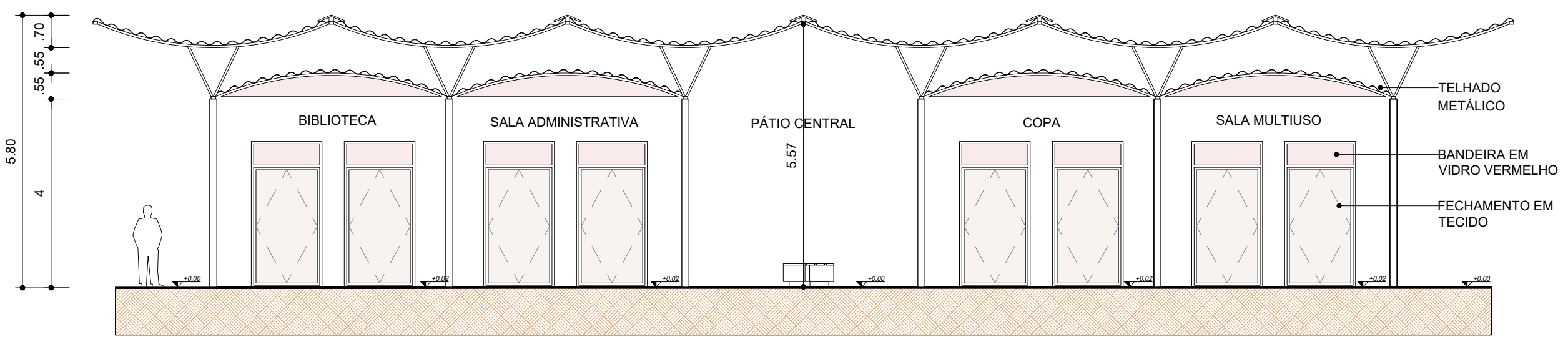
2 RECORTE 1 - PERFIL URBANO 2
escala 1/175



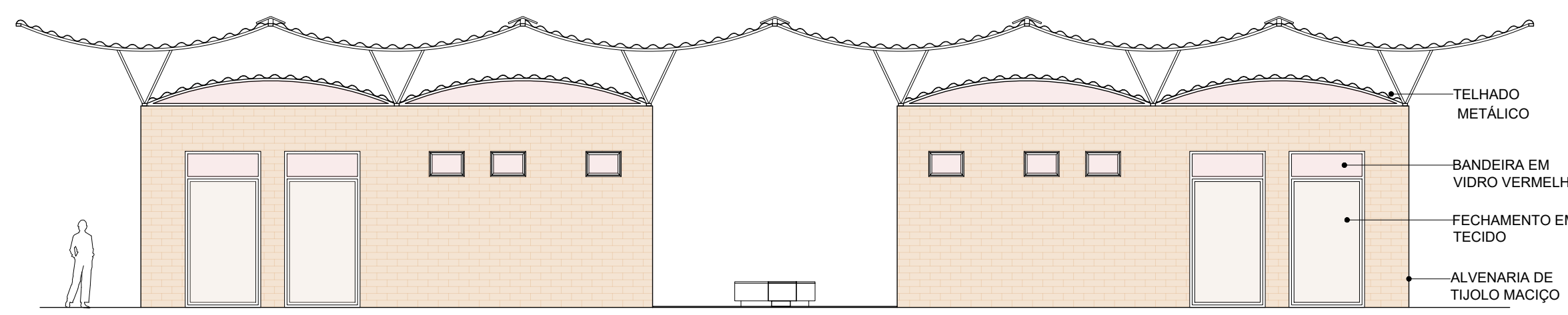
3 RECORTE 2 - PERFIL URBANO 1
escala 1/175



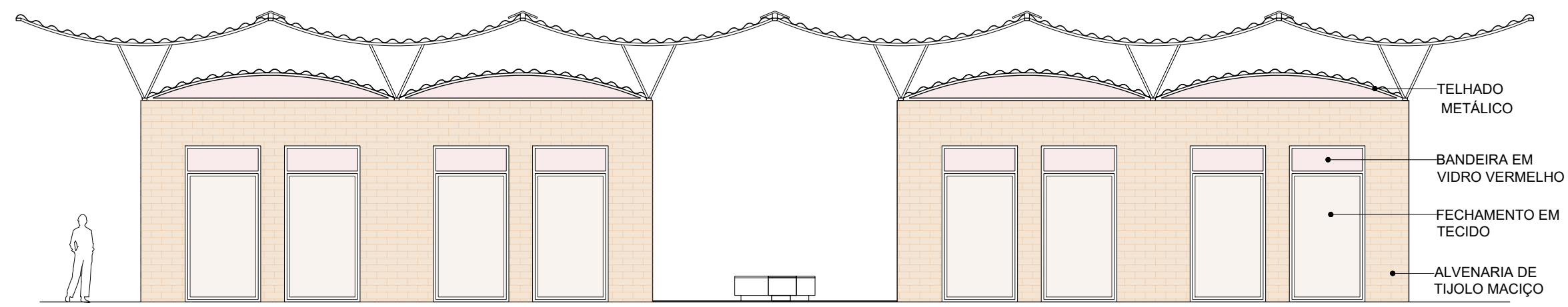
1 PLANTA BAIXA - CENTRO SOCIAL
escala 1/100



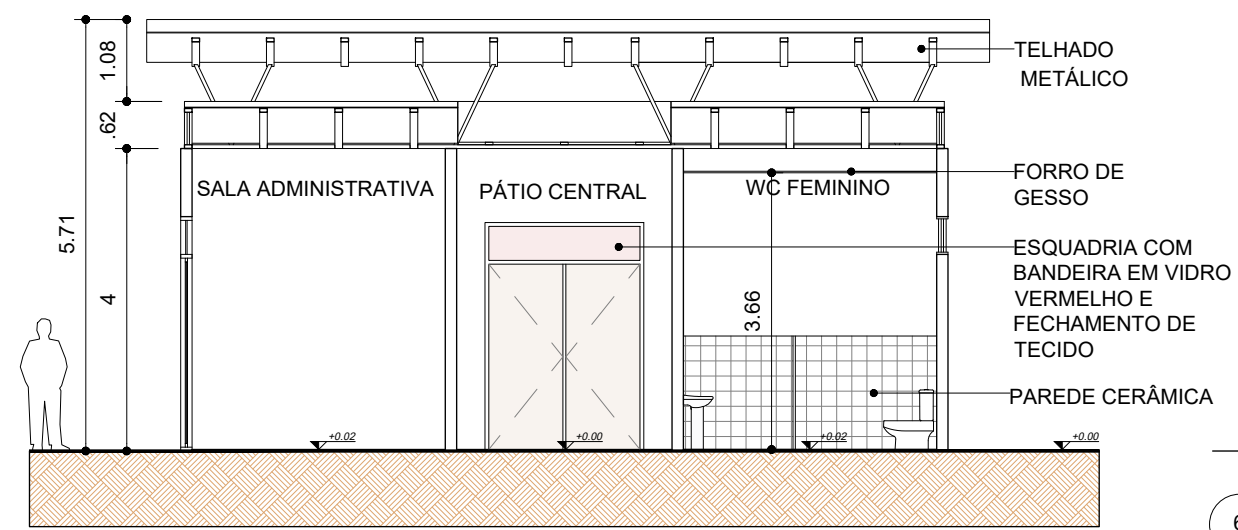
2 CORTE AA' - CENTRO SOCIAL
escala 1/100



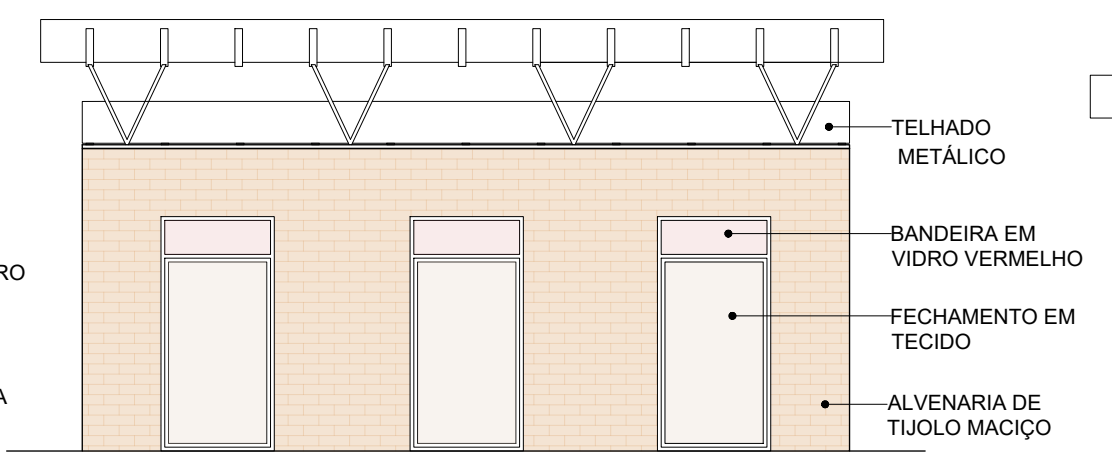
4 FACHADA POSTERIOR - CENTRO SOCIAL
escala 1/100



5 FACHADA FRONTAL - CENTRO SOCIAL
escala 1/100



3 CORTE BB' - CENTRO SOCIAL
escala 1/100



6 FACHADA LESTE - CENTRO SOCIAL
escala 1/100

TABELA DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD
J1	Janela pivotante	150	300	-	Alumínio e Tecido	18
J2	Janela basculante	70	50	-	Alumínio e Vidro	10
P1	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	4
P2	Porta de correr 2 folhas externa	210	300	-	Alumínio e Tecido	2
P3	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2
						ÁREA (m²)
						4.50
						0.35
						1.89
						6.30
						1.68



8 RENDER EXTERNO 01
sem escala



9 RENDER EXTERNO 02
sem escala



7 FACHADA OESTE - CCDI
escala 1/100

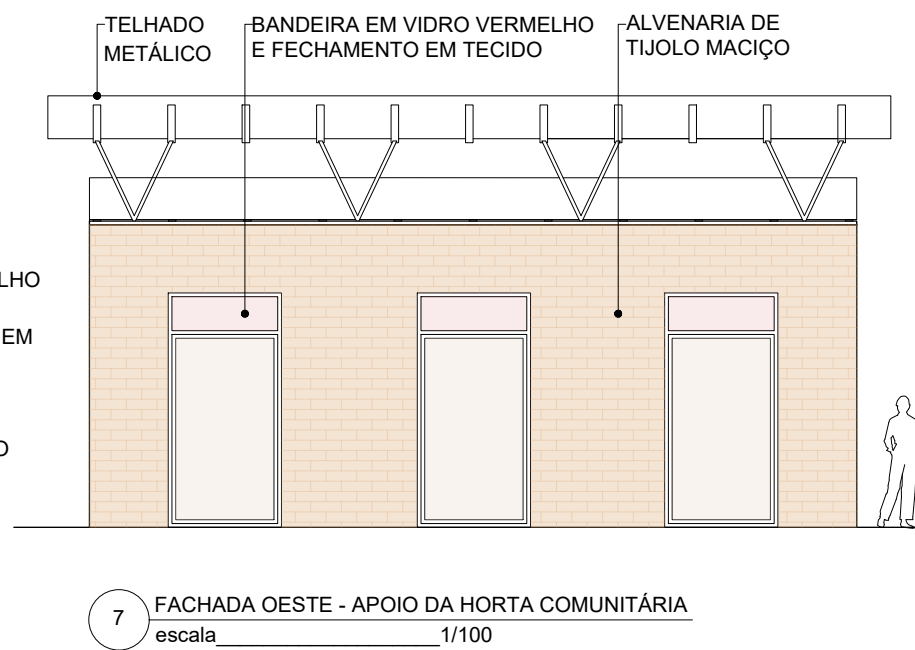
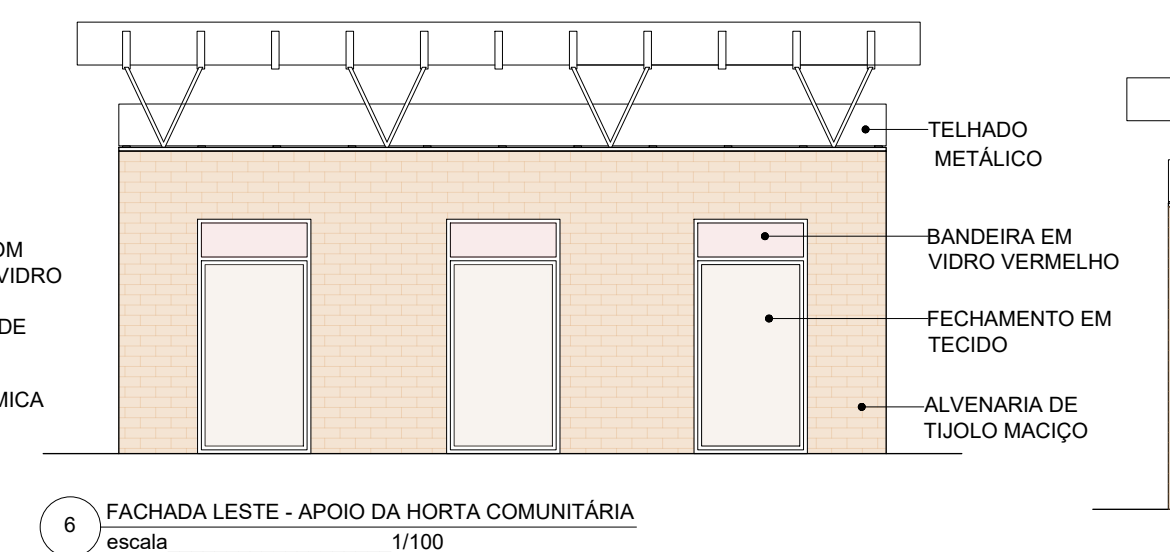
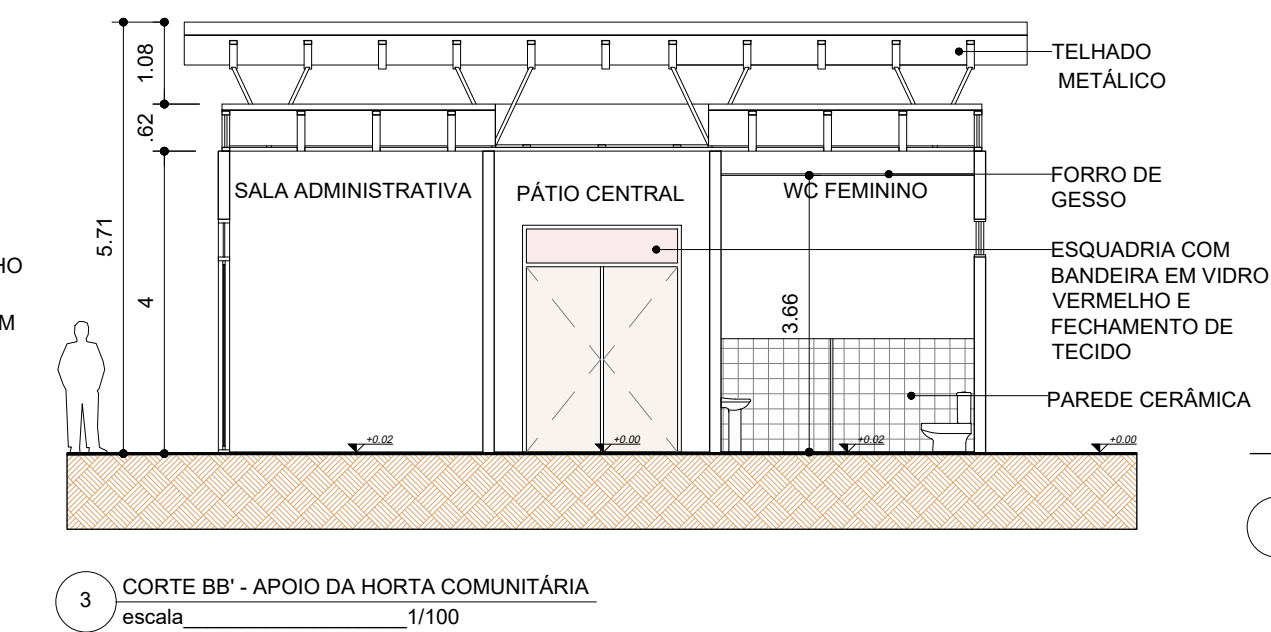
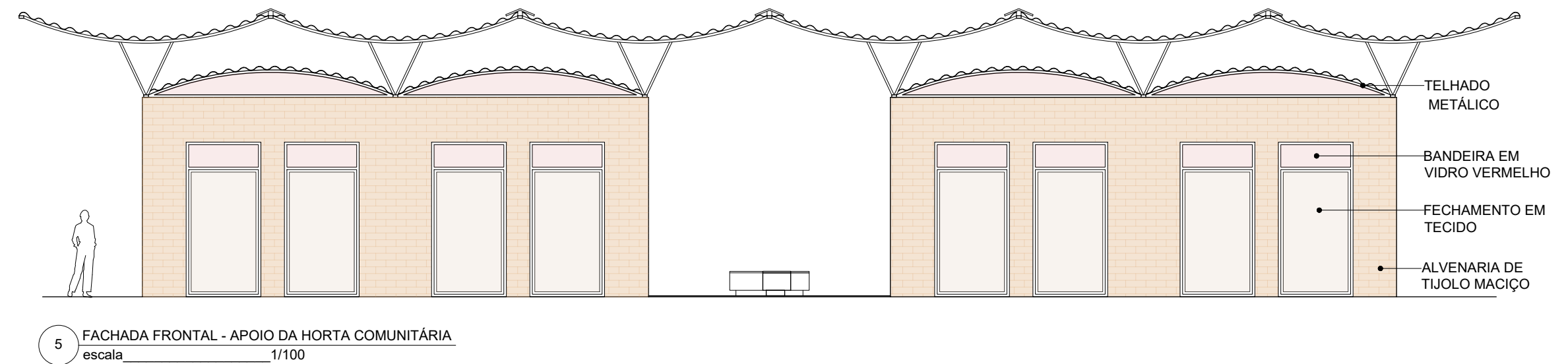
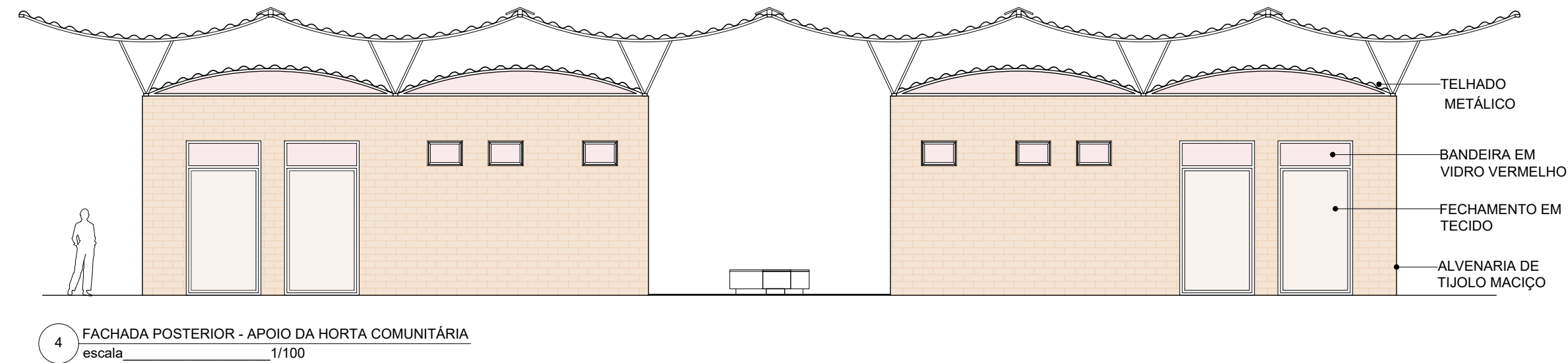
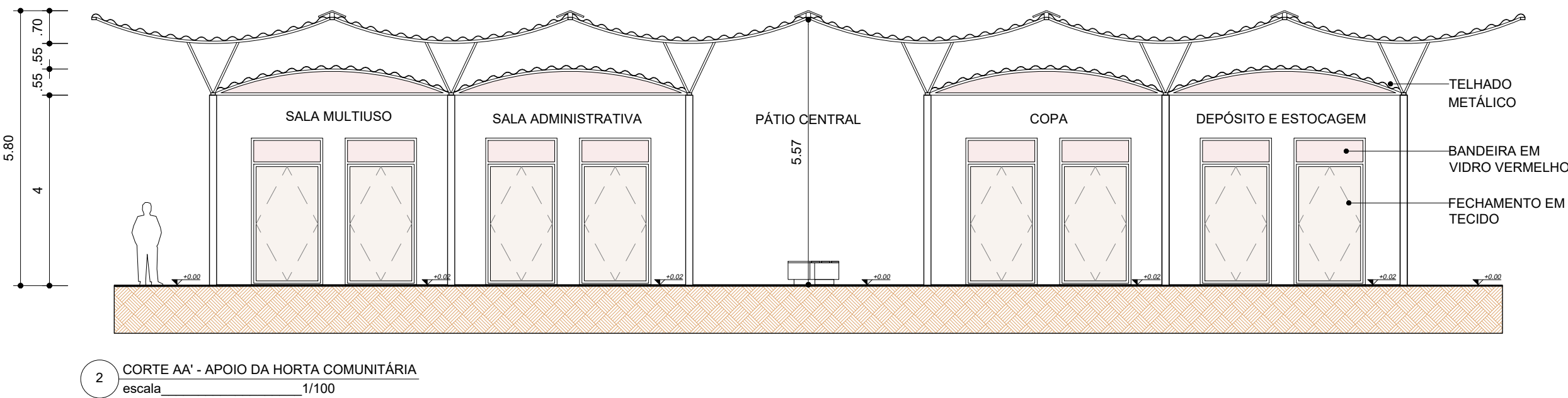
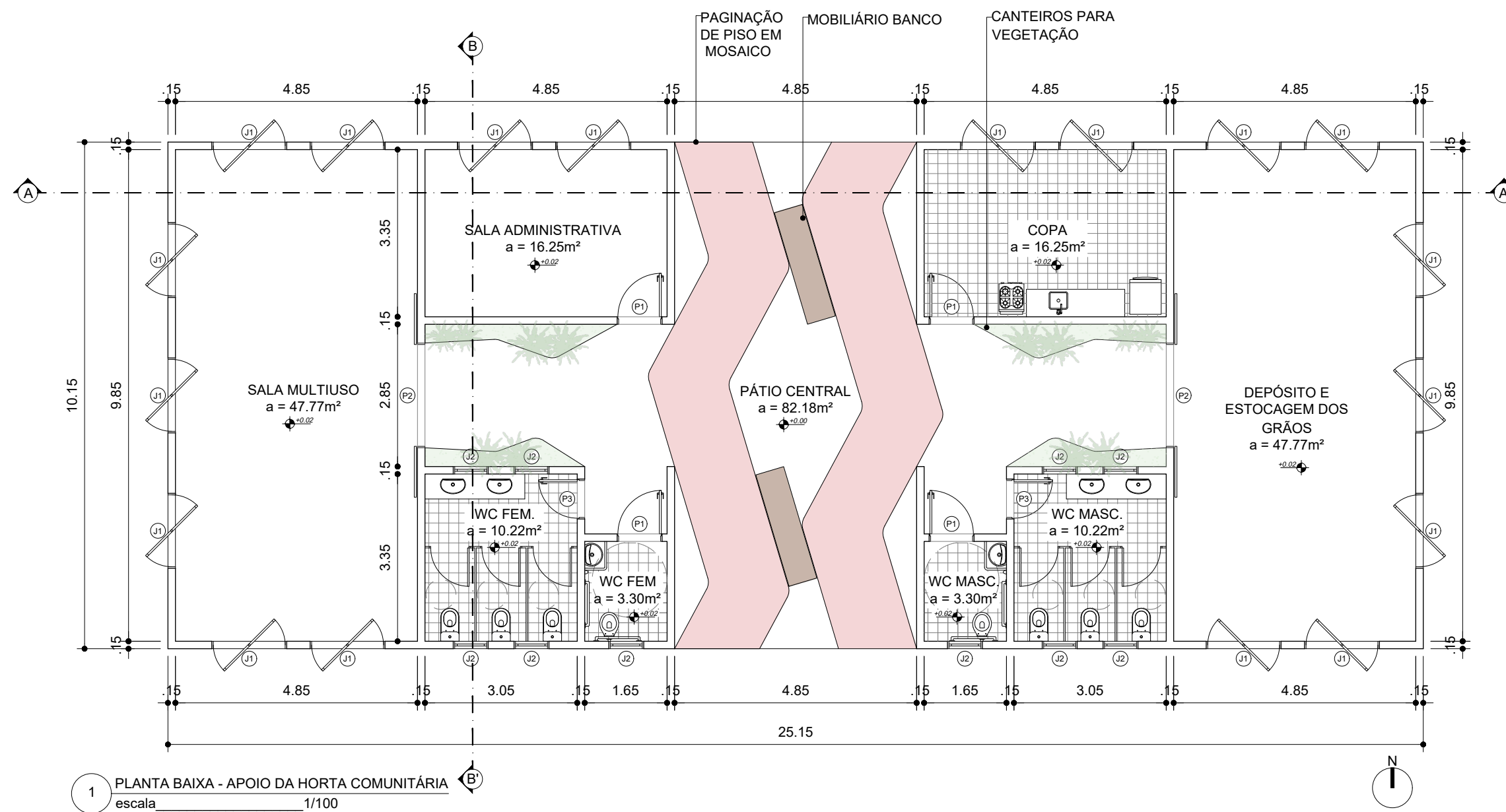


TABELA DE ESQUADRIAS							
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD	ÁREA (m²)
J1	Janela pivotante	150	300	-	Alumínio e Tecido	18	4,50
J2	Janela basculante	70	50	160	Alumínio e Vidro	10	0,35
P1	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	4	1,89
P2	Porta de correr 2 folhas externa	210	300	-	Alumínio e Tecido	2	6,30
P3	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2	1,68



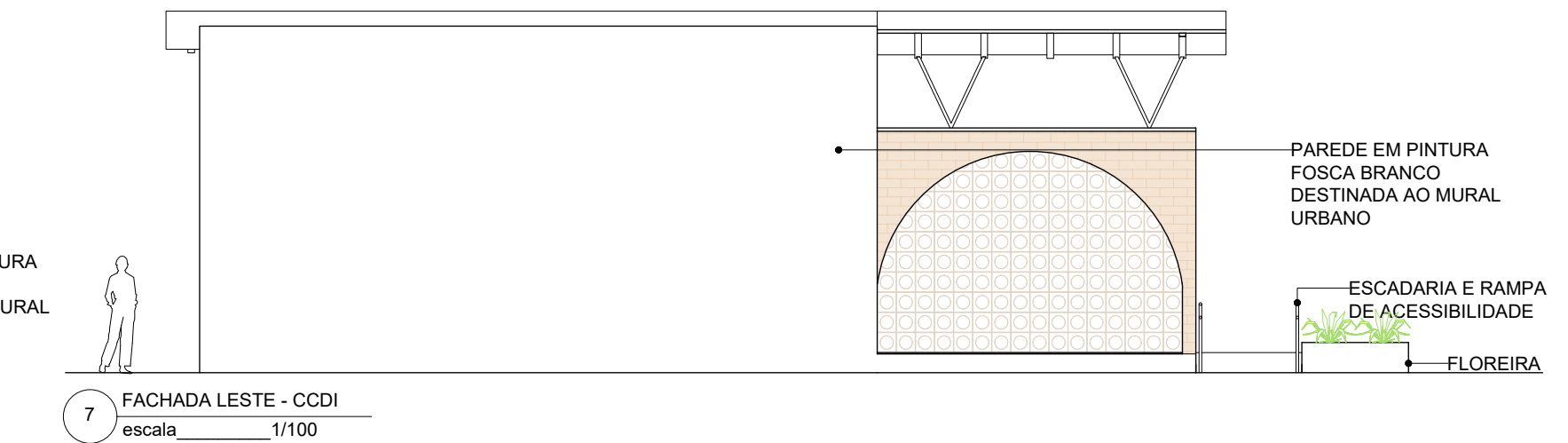
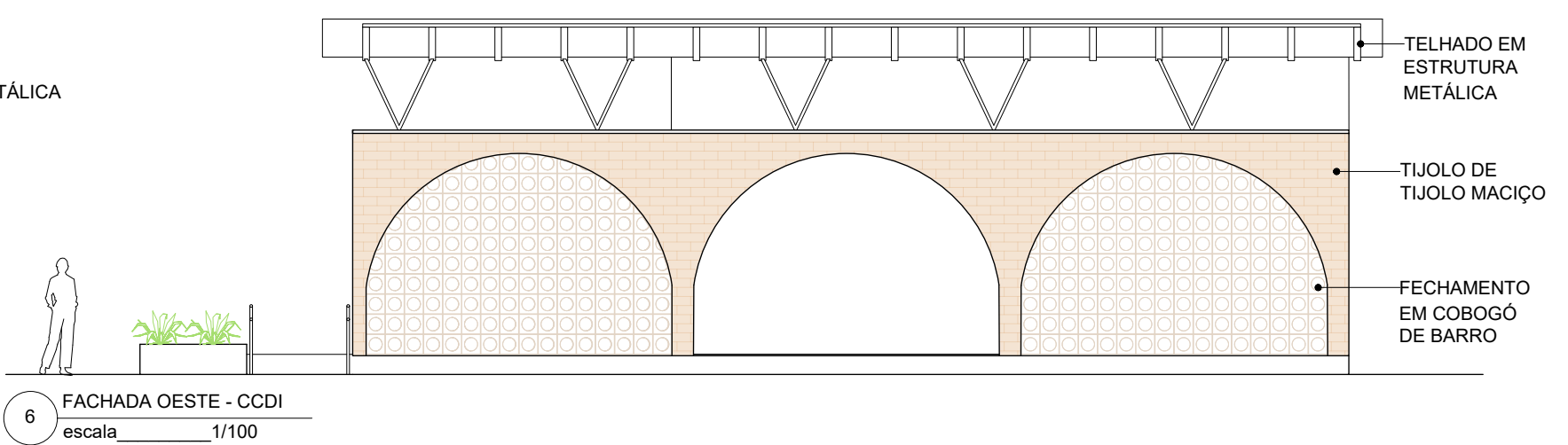
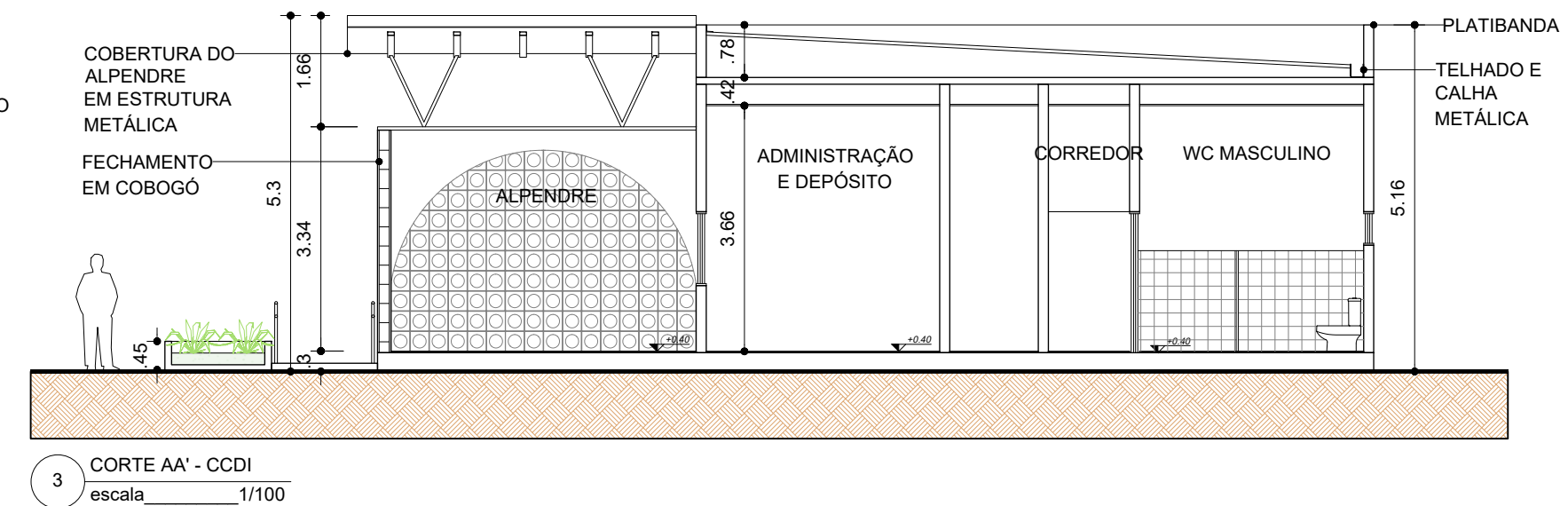
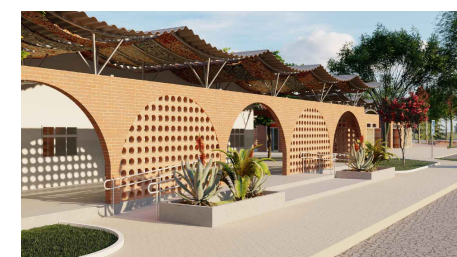
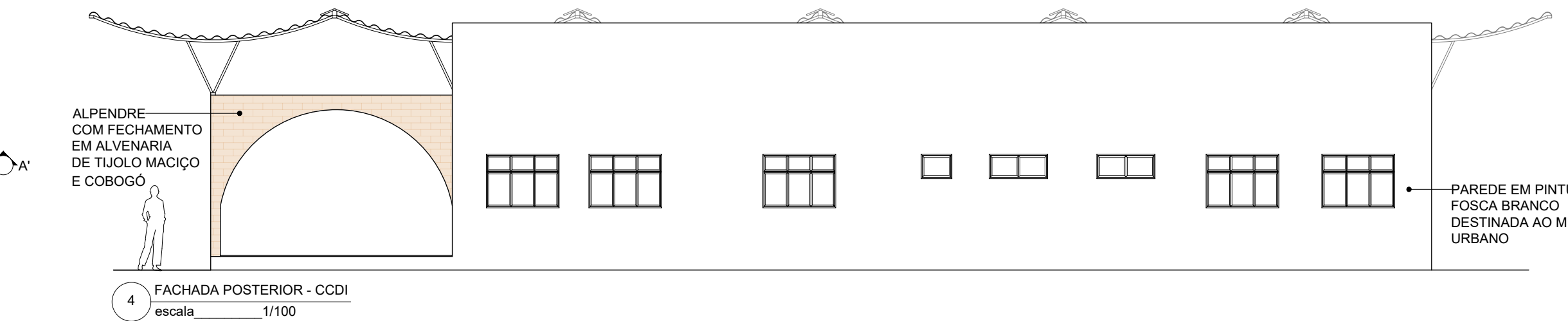
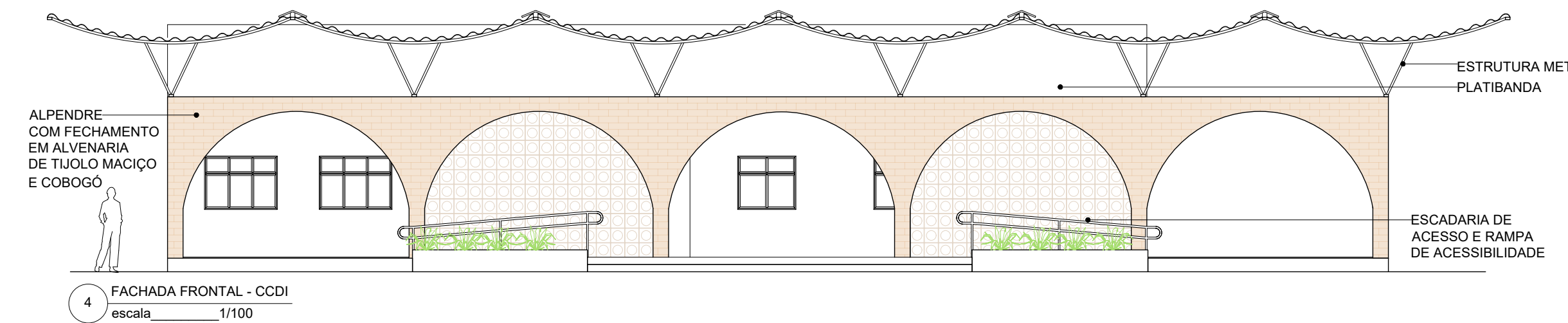
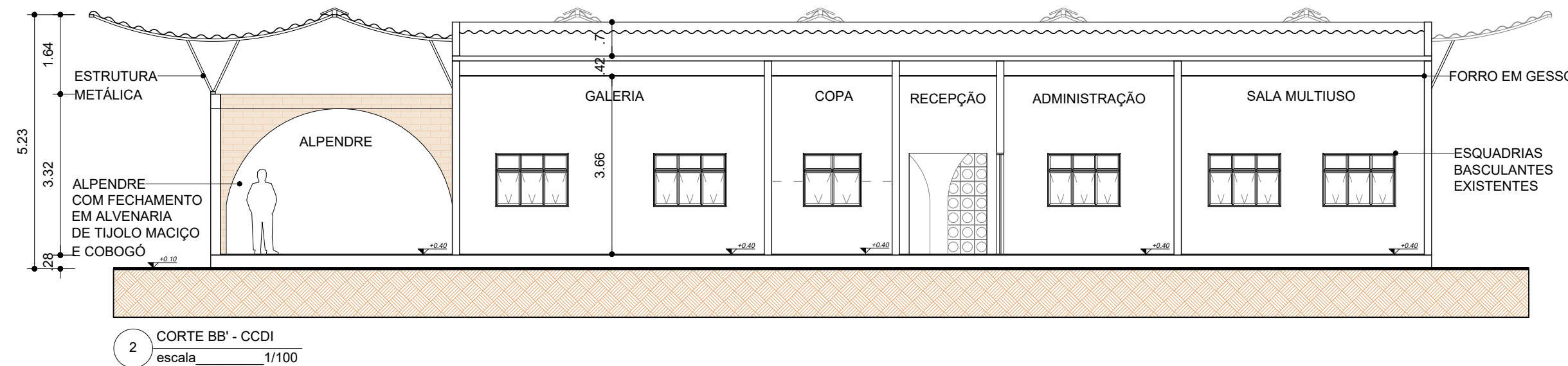
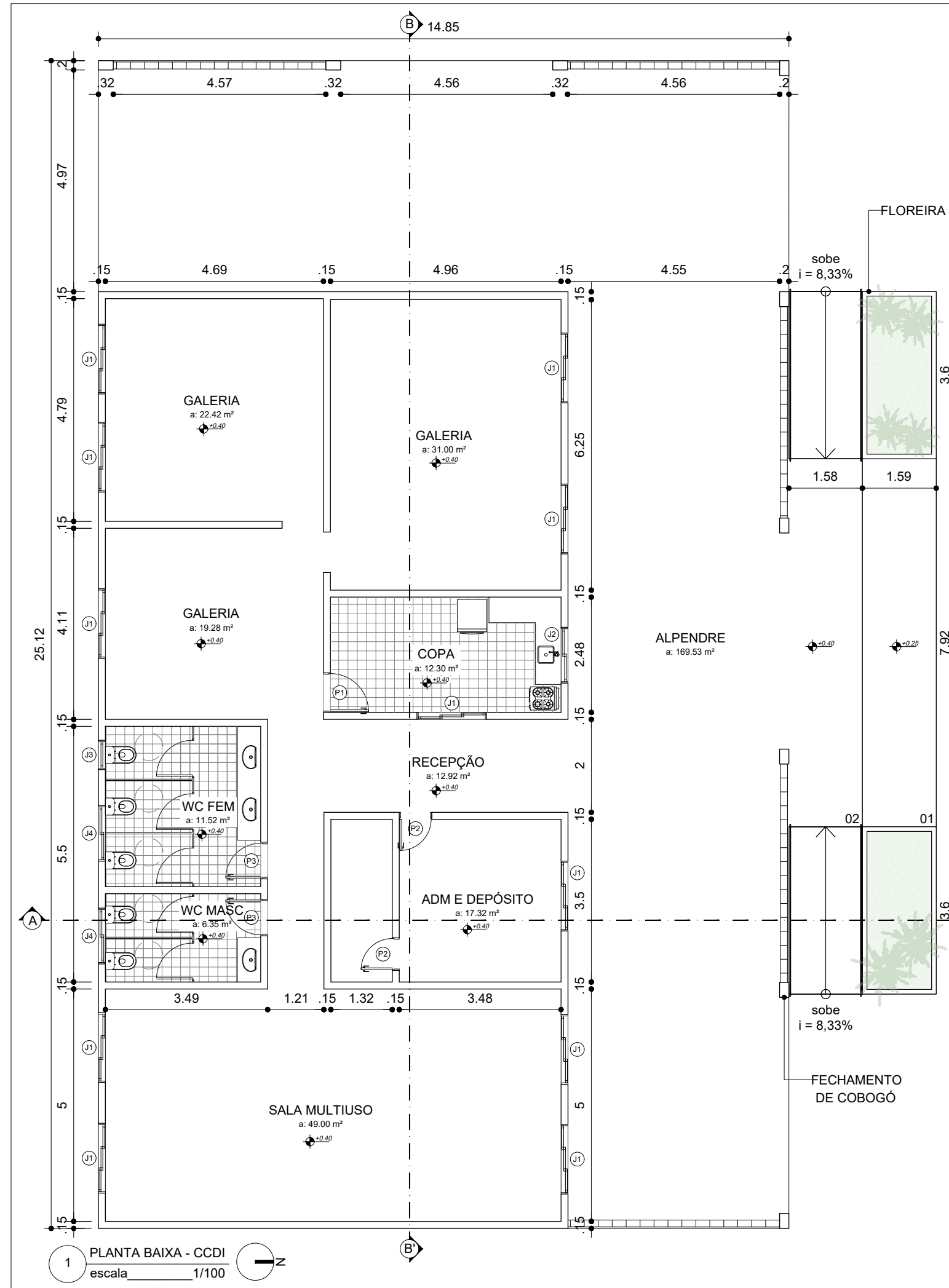
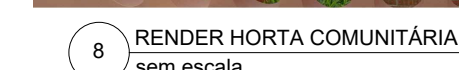
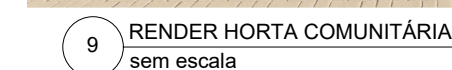
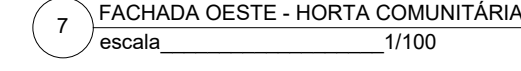
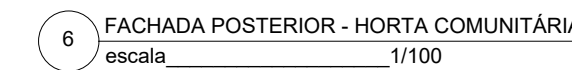
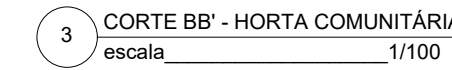
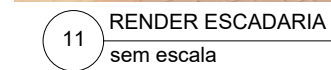
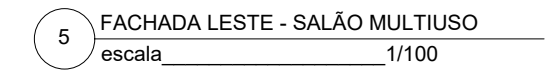
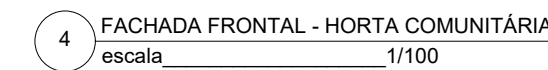
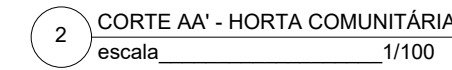
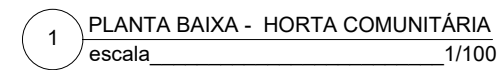
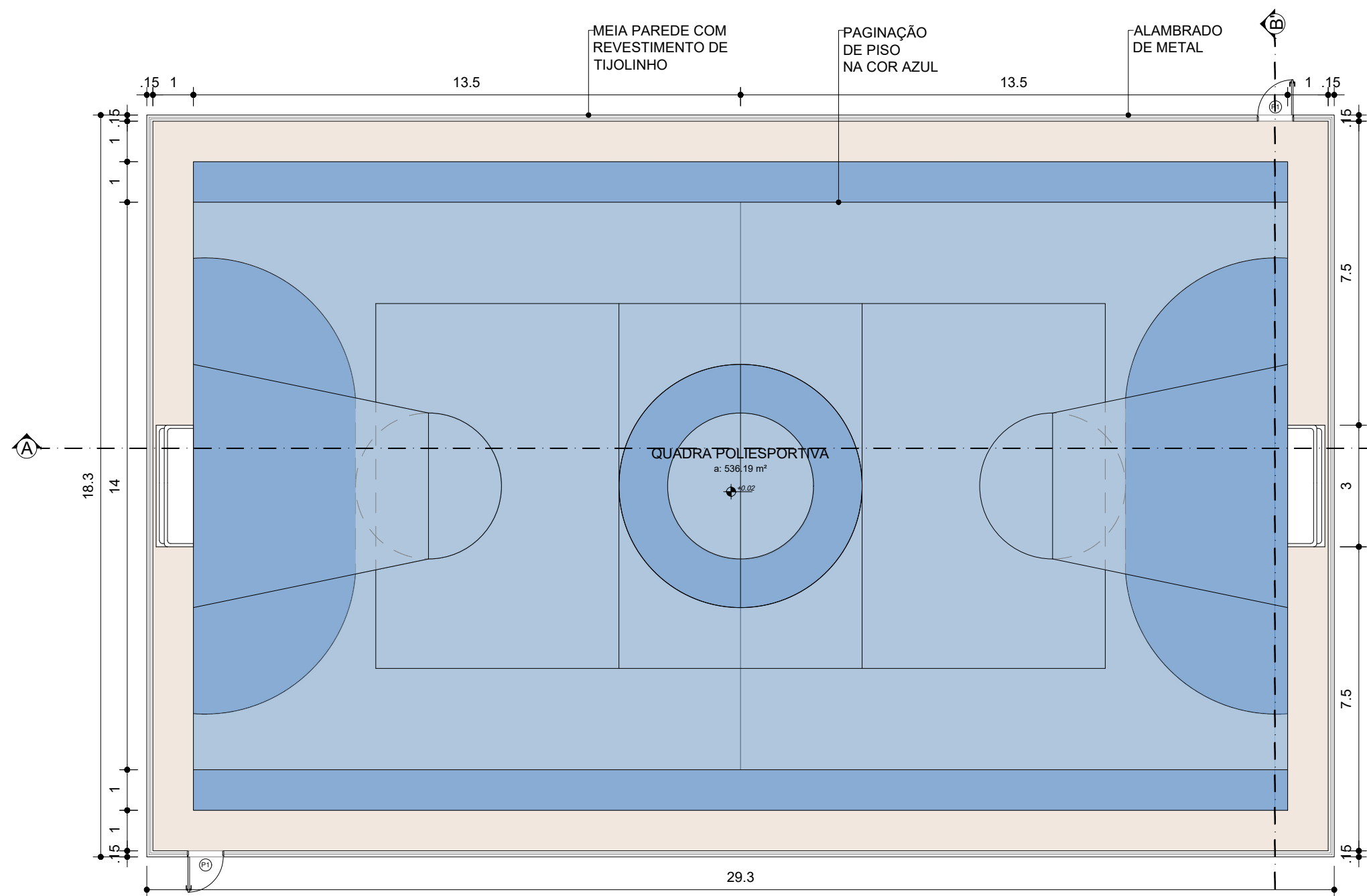


TABELA DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD
J1	Janela de correr 3 folhas	150	120	90	Aço e Vidro	11
J2	Janela de correr 2 folhas	120	90	120	Aço e Vidro	1
J3	Janela basculante	63	57	153	Aço e Vidro	1
J4	Janela de correr 2 folhas	120	57	153	Aço e Vidro	2
P1	Porta de abrir	85	210	-	Madeira	1
P2	Porta de abrir	70	210	-	Madeira	2
P3	Porta de abrir	78	210	-	Madeira	2
		ÁREA (m²)				
		11		1.80		
		1		1.08		
		1		0.36		
		2		0.68		
		1		1.79		
		2		1.47		
		2		1.64		



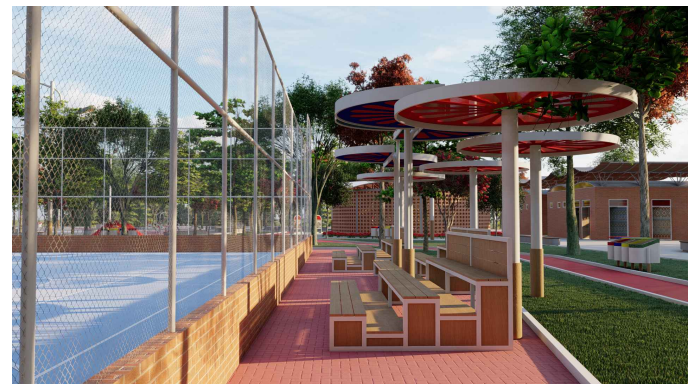


1 PLANTA BAIXA - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125

TABELA DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD
P1	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	2
					ÁREA (m²)	1,89



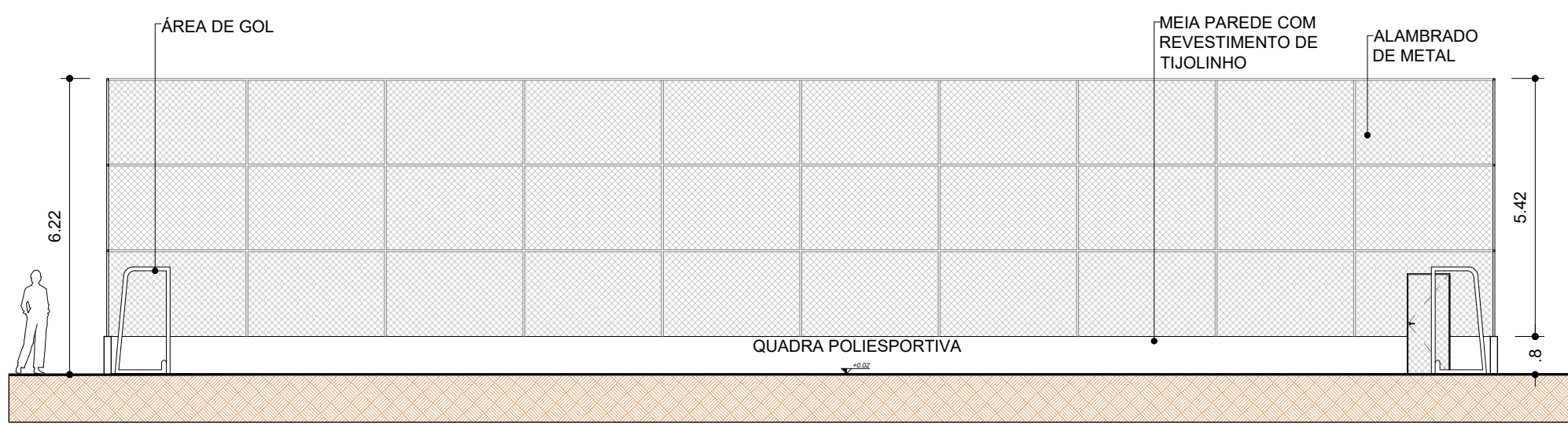
8 RENDER QUADRA POLIESPORTIVA
sem escala



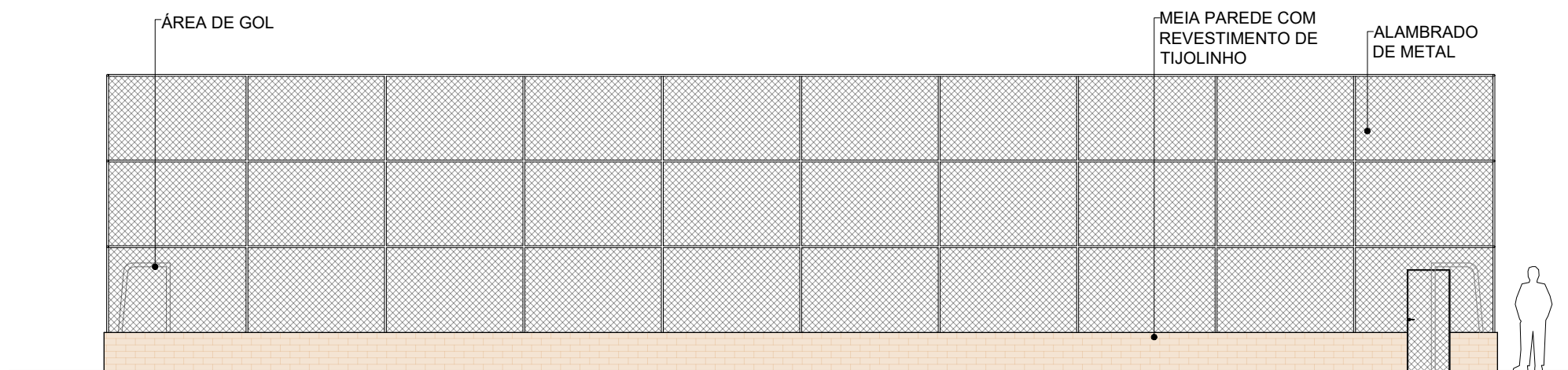
9 RENDER ARQUIBANCADA
sem escala



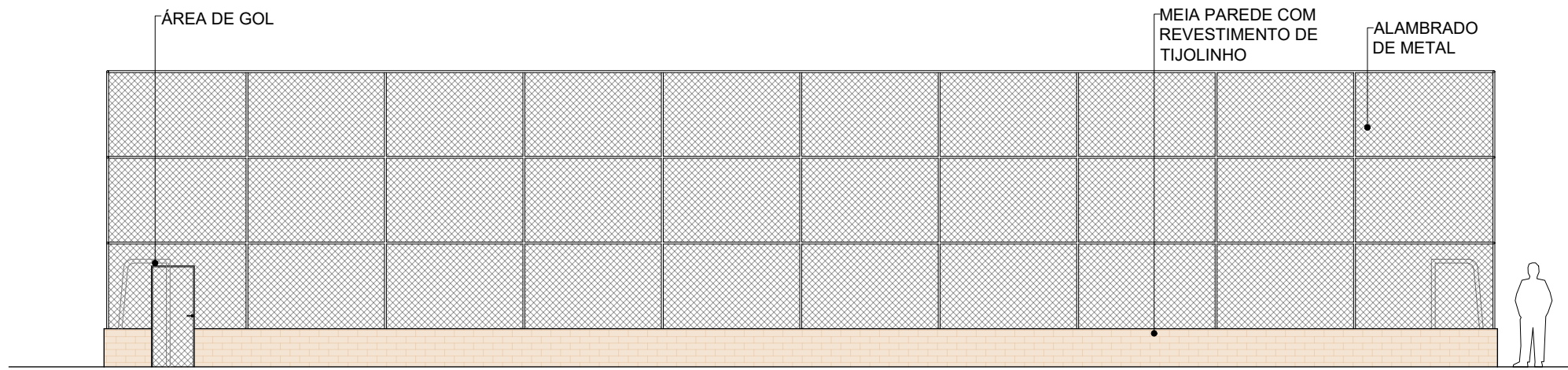
11 RENDER PISTA DE COOPER
sem escala



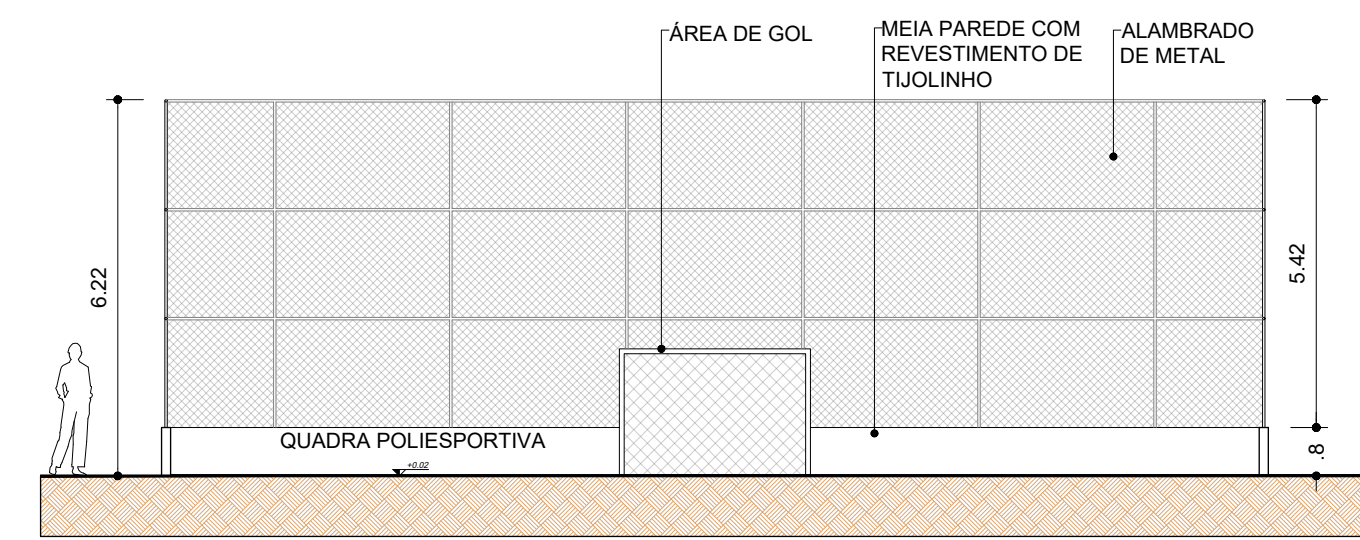
2 CORTE AA' - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125



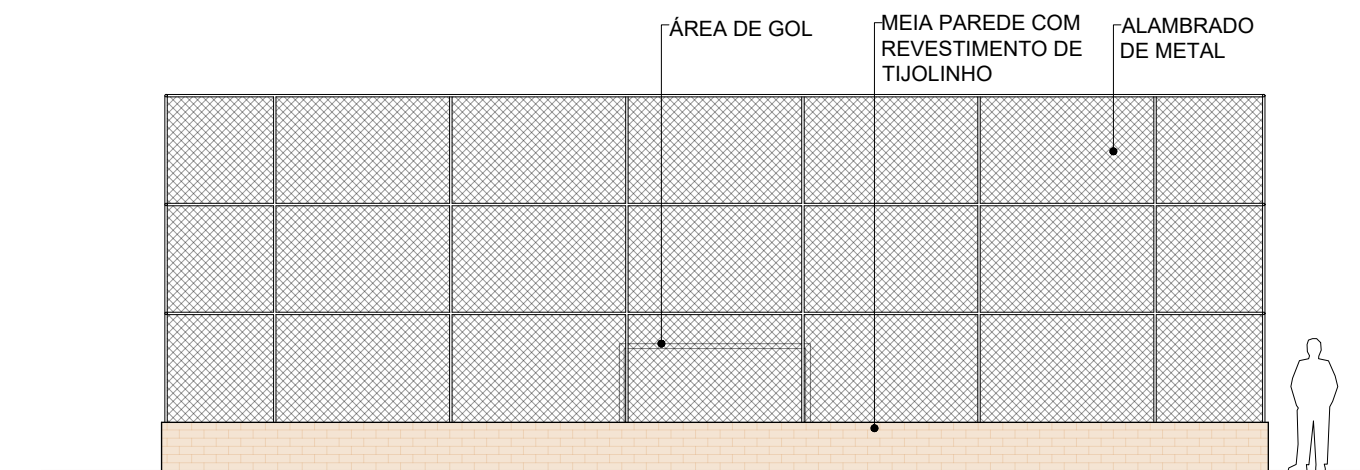
4 FACHADA SUL - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125



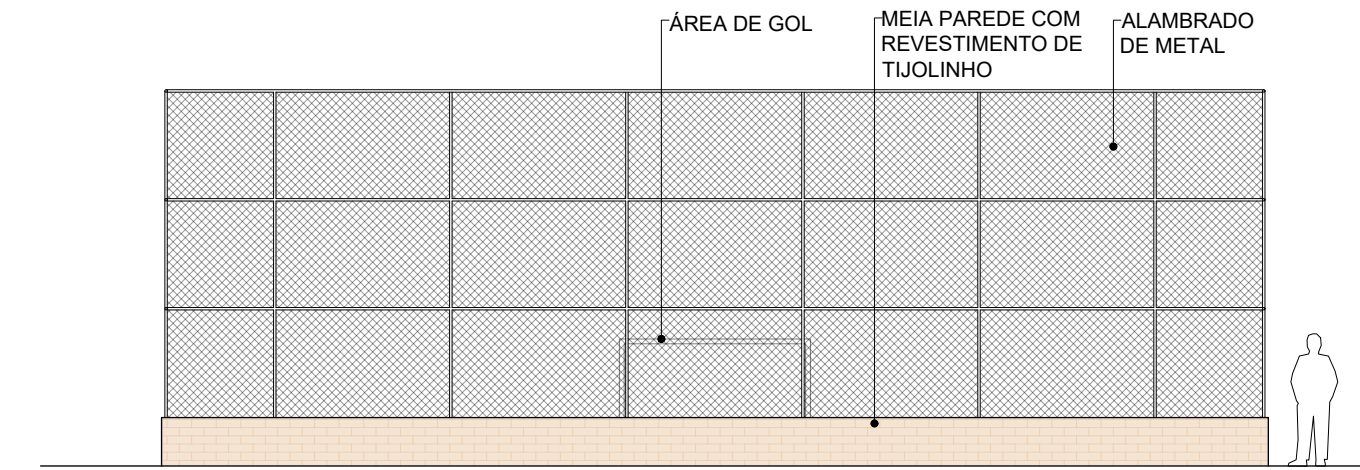
6 FACHADA NORTE - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125



3 CORTE BB' - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125



5 FACHADA LESTE - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125



7 FACHADA OESTE - QUADRA POLIESPORTIVA
escala 1/125

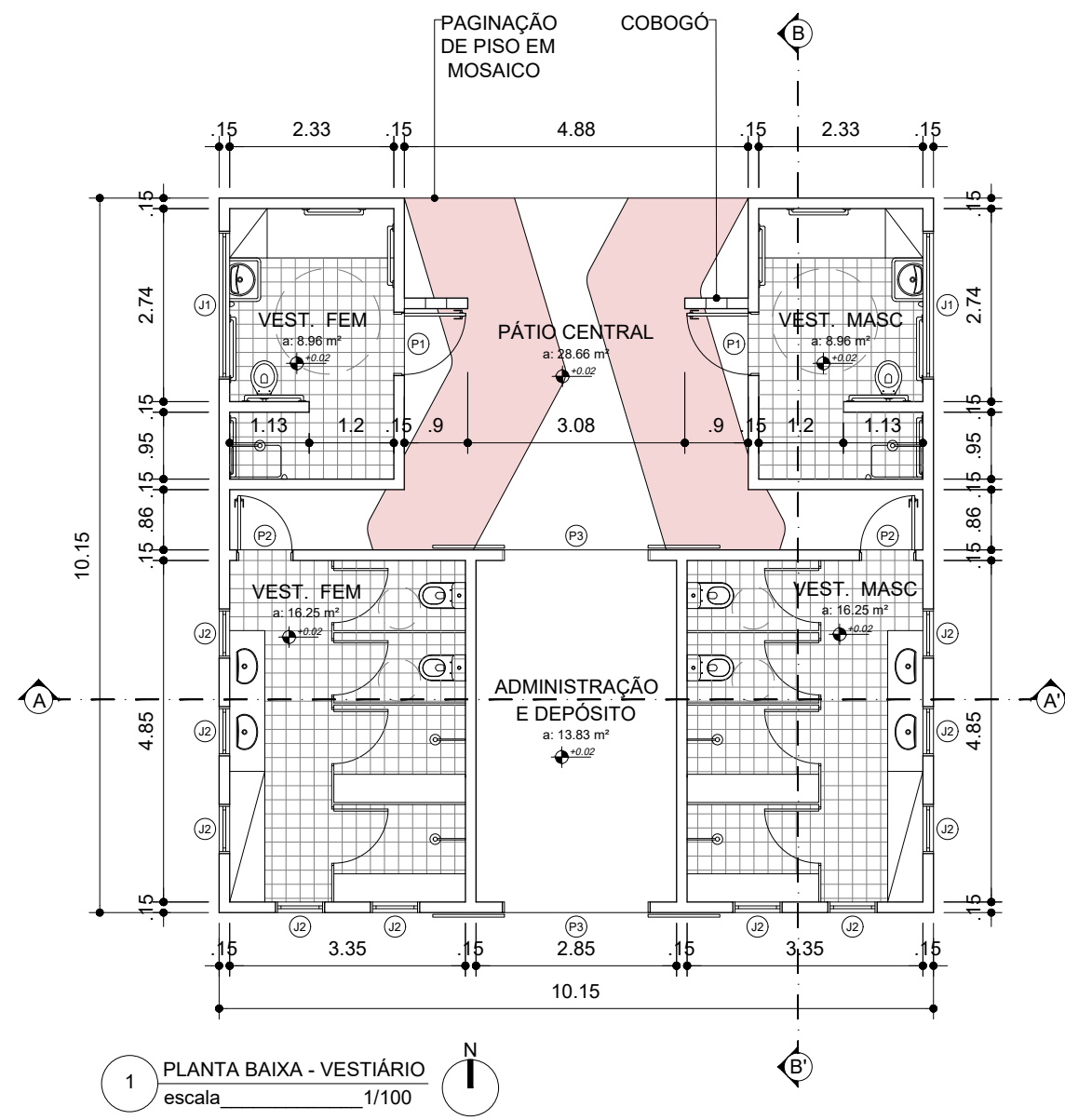


TABELA DE ESQUADRIAS						
COD	TIPO	LARGURA	ALTURA	PARAPEITO	MATERIAL	QTD
J1	Janela basculante	210	50	160	Alumínio e Vidro	2
J2	Janela basculante	70	160	50	Alumínio e Vidro	10
P1	Porta de abrir	90	210	-	Alumínio	2
P2	Porta de abrir	80	210	-	Alumínio	2
P3	Porta de correr 2 folhas externa	210	300	-	Alumínio e Tecido	2

